



República Federativa do Brasil

ESTADO DO PARÁ

ANO LXXXV - 86ª da República - Nº 23.502
Belém - Quarta-feira, 20 de abril de 1977

DIÁRIO OFICIAL

GOVERNADOR DO ESTADO

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

VICE-GOVERNADOR

Prof. CLÓVIS SILVA DE MORAIS RÊGO

GABINETE CIVIL

Dr. CARLOS FRAZÃO FILHO

GABINETE MILITAR

Ten. Cel. FRANCISCO RIBEIRO MACHADO

Secretariado

Secretário de Estado de Administração

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado do Interior e Justiça

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado da Fazenda

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

Engº PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado de Saúde Pública

Dr. MANOEL AYRES

Secretário de Estado de Educação

Prof. ACY DE JESUS N. DE BARROS PEREIRA

Secretário de Estado de Agricultura

Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA M. DOS SANTOS

Secretário de Estado de Segurança Pública

Cel. de Exerc. FLAUS GUEDES H. DE ARAÚJO

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Prof. FERNANDO COUTINHO JORGE

Secretário de Estado de Cultura, Desportos e Turismo

Dr. OLAVO DE LYRA MAIA

Consultor Geral do Estado

Dr. EDGARD OLINTHO CONTENTE

NESTA EDIÇÃO

1 CADERNO

96 PÁGINAS

RAZÕES DO VETO

LEI Nº 4.702

**DECRETOS Nºs 10.047,
10.048, 10.054 a 10.057.**

**PORTARIAS Nºs 3.704 e
3.705.**

DECRETOS

Do Governo do Estado

**RELATÓRIO, BALANÇO,
DEMONSTRAÇÃO DA
CONTA E PARECER DO
CONSELHO FISCAL.**

De Diversas Firmas

CONTRATOS

**Da Secretaria de Estado de
Agricultura**

TOMADA DE PREÇOS

**Do Comando do 4º Distrito
Naval**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**PODER EXECUTIVO****Razões de Veto**

Of. nº 008/77-GG Belém, 13.04.77
 Excelentíssimo Senhor
 Deputado Antônio Alves Teixeira
 DD: Presidente da Assembléia Legislativa
 do Estado
 Palácio da Cabanagem
 N E S T A

Ao acusar o recebimento do Ofício Especial nº 05/SEC-77, de 30 de março findo, que encaminhou o Projeto de Lei nº 05/77, de 29.03.77, aprovado pelo Plenário da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, que "DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO CONTRA A PESTE SUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das prerrogativas que me são conferidas pelo parágrafo 1º, do artigo 69, da Constituição Política do Estado, resolvi vetar parcialmente referido Projeto de Lei, recaindo o veto sobre artigos 2º, 7º, 8º e 9º.

Adotei tal decisão por entender a parte vetada contrária ao interesse público, nos termos do parecer da Secretaria de Estado de Agricultura, a seguir transcrito:

"Submete Vossa Excelência à consideração desta Secretaria de Estado o anexo Projeto de Lei nº 05/77, de 29 de março de 1977, aprovado pela douta Assembléia Legislativa do Estado, e que "dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a PESTE SUINA e dá outras providências".

O Projeto em tela encerra, indiscutivelmente, louvável preocupação com a profilaxia da peste suína, contudo alguns comentários acerca de seus dispositivos merecem ser feitos, por oportuno.

Torna, o referido projeto, obrigatória, em todo o território do Estado do Pará, a vacinação contra a PESTE SUINA (Nog cholera), atribuindo tal obrigação a todos os que "como proprietários, possuidores, depositários ou a qualquer título, tiverem em seu poder um ou mais suínos de quatro semanas", sujeitando tais proprietários, possuidores ou depositários, à multa de hum (1) salário mínimo regional pela recusa à vacinação de seus animais suínos ou se não os vacinarem nas épocas determinadas, duplicando-se tal multa em caso de reincidência (arts. 1º, 2º, 3º e 9º).

Já o art. 3º dispõe que tal vacinação será feita semestralmente, sob a fiscalização e direta orientação da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Produção Animal, da Secretaria de Estado de Agricultura, que para tal fim, dividirá as circunscrições sanitárias em zonas, estabelecendo, parcialmente, por meio de editais, as datas em que serão atendidas.

Parece-nos que o projeto, assim, contraria-se a si mesmo, pois, se a vacinação é procedida pela SAGRI e em épocas por esta determinadas, não poderá ser atribuída responsabilidades pecuniária a todo detentor de suíno que o não vacinar, haja visto a grande extensão territorial do Estado, que tornará impraticável a fiscalização rigorosa por parte da SAGRI.

Considere-se, por outro lado, que a pena de multa atinge mesmo aquele que só possuir um suíno, o que a torna desproporcional, posto que alcançará valor superior ao do próprio animal. Além disso, é de se levar em consideração que a Lei nº 6.205 de 29.04.75, do Governo Federal, proibiu que o salário mínimo fosse tomado como fator de referência, substituindo-o pelo coeficiente de atualização que baixou com o Decreto nº 75.704 de 08.05.75.

Convém ainda ressaltar que os suínos, em muitos casos, constituem parte substancial da alimentação das camadas mais pobres da população, especialmente nos mais recônditos lugares do "hinterland" paraense. A aprovação do projeto, nos termos em que se apresenta, constituiria, antes de medida salutar de profilaxia, um desestímulo à criação de suínos, principalmente pelas camadas mais necessitadas da população, que dificilmente poderiam arcar com as multas decorrentes da não vacinação em épocas certas, épocas essas que seriam fixadas por edital - sem o necessário conhecimento por parte da população interiorana.

Desta maneira, por ser contrária ao interesse público parte do projeto, sugerimos a Vossa Excelência, salvo melhor juízo, que sejam vetados, consoante a Constituição do Estado, os arts. 2º, 7º, 8º e 9º do Projeto de Lei ora examinado. Belém, 12 de abril de 1977. a) Engº Agrº - Antônio Itayguara Moreira dos Santos - Secretário de Estado de Agricultura."

Na certeza de que as razões expedidas justificadas plenamente o veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 05/77, espero que sejam aceitas pelo Plenário desta Colenda Assembléia.

Sirvo-me do ensejo para testemunhar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

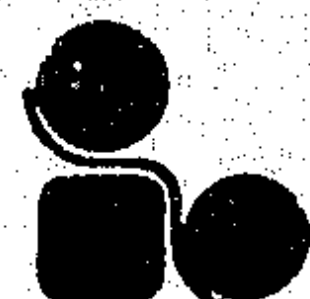
Governador do Estado

(G. Reg. nº 941)

LEI Nº 4.702 DE 13 DE ABRIL DE 1977

Dispõe sobre obrigatoriedade de vacinação contra a peste SUINA e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:



IMPRESA OFICIAL

**DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO**

- DIRETORIA
- ADMINISTRAÇÃO
- REDAÇÃO
- PARQUE GRAFICO

Almirante Barroso, 735
Belém - Pará

Gabinete do Diretor-Presidente: 26.0858
Diretoria de Administração: 26.1196
Diretoria de Documentação e Divulgação:
26.0859

Posto de Vendas Centro - Rua 13 de Maio,
280 - Conj. 1: 22.0174

Posto de Vendas no Palácio da Justiça
Diretor-Presidente

Dr. FERNANDO FARIAS PINTO
Diretora de Documentação
e Divulgação

Prof. EUNICE FAVACHO DE
ARAÚJO

Chefe de Redação e Revisão
RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

**TABELA DE ASSINATURAS
E PUBLICAÇÕES**

Na Capital

Anual: Cr\$ 1.000,00

Semestral: Cr\$ 500,00

Outros Estados e Municípios

Anual: Cr\$ 1.900,00

Semestral: Cr\$ 1.000,00

D. O. número atrasado por ano, aumen-
ta três cruzelros.

PUBLICAÇÕES:

Página Comum, cada centímetro
Cr\$ 25,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,50

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:

Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, exce-
tuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circula-
ção do Diário, na Capital e 8 dias nos Muni-
cípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem
acompanhar qualquer publicação.

ASSINATURAS: Capital, Municípios e
outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em CHEQUE
NOMINAL para IMPRENSA OFICIAL DO
ESTADO.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, inclusive das
AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES e SOCIEDA-
DES DE ECONOMIA MISTA: Redução de
50% na assinatura anual do DIÁRIO.

Art. 1º - É obrigatória, em todo o Territó-
rio do Estado, a vacinação contra a PESTE
SUINA (Nog cholera).

Art. 2º - V E T A D O

Art. 3º - A vacinação contra a peste suína
será feita semestralmente, sob a fiscalização e
direta orientação da Divisão de Defesa Sanitá-
ria Animal, do Departamento da Produção
Animal, da Secretaria da Agricultura, que para
tal fim, dividirá as circunscrições sanitárias em
zonas estabelecendo previamente, por meio de
editais, as datas em que serão atendidas.

Art. 4º - Os trabalhos técnicos de vacina-
ção, fiscalização e orientação, efetuados pela
Divisão de Defesa Sanitária Animal, serão
gratuitas.

Art. 5º - O suíno vacinado poderá ser
tatuado para o controle do serviço.

Art. 6º - Procedida a vacinação, a Divisão
da Defesa Sanitária Animal fornecerá o respec-
tivo atestado de vacinação.

Art. 7º - V E T A D O

Art. 8º - V E T A D O

Art. 9º - V E T A D O

Art. 10 - Onde se verificar a existência de
enfermidade, a Inspetoria Veterinária poderá
interditar áreas públicas ou particulares, proi-
bindo o trânsito de animais contamináveis ou
contaminados.

Art. 11 - Dentro de 30 dias o Poder
Executivo, regulamentará a presente Lei.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13
de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. MANUEL AYRES

Secretário de Estado de Saúde Pública

Eng. Agr. ANTONIO ITAYGUARA MOREIRA DOS
SANTOS

Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. nº 941)

*** LEI Nº 4.691 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976**

Cria cargos de provimento permanente e
comissão no Quadro de Pessoal da Secre-
taria de Estado de Planejamento e Coor-
denação Geral e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

Faço saber que a Assembléia Legislativa
do Estado estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de
Pessoal da Secretaria de Estado de Planeja-
mento e Coordenação Geral, criada pela Lei nº
4.583, de 24 de setembro de 1975, os cargos de
provimento permanente e em comissão cons-
tantes dos Anexos 1 e 2 desta Lei.

Art. 2º - O provimento dos cargos de
classe inicial da Categoria de Técnico de Plane-
jamento será feito mediante concurso público
de provas ou provas e títulos, exigindo-se dos
candidatos a apresentação de diploma de con-
clusão de curso de nível superior de áreas de

interesse para o sistema Estadual de Planejamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A formação básica de interesse para o Sistema Estadual de Planejamento a que se refere este artigo será definida em ato do Poder Executivo.

Art. 3º - A Categoria Funcional de Técnico de Planejamento será inicialmente constituída mediante a transformação, por ato do Poder Executivo, dos cargos e empregos ocupados por servidores que, preenchendo as condições exigidas no Decreto nº 9848, de 1º de novembro de 1976, estejam, à data desta Lei, comprovadamente prestando serviços à disposição da Secretaria de Estado de Planejamento Coordenação Geral com fundamento na Lei nº 4.583, de 24 de setembro de 1975 e seu Regulamento, e manifestem opção nesse sentido, no prazo de 60 dias.

§ 1º - Aos servidores admitidos diretamente pela SEPLAN, nos termos da legislação trabalhista, aplica-se o disposto neste artigo, desde que satisfaçam os requisitos exigidos no Decreto nº, processando-se a inclusão dos empregos na referida Categoria Funcional, sem alteração do respectivo regime jurídico.

§ 2º - A transformação far-se-á do maior para o menor nível de Categoria Funcional do Grupo, observando-se nessa classificação rigo-

rosamente, os critérios seletivos que forem aprovados em Regulamento.

Art. 4º - Aos atuais servidores que, em decorrência de opção pelo vigente Sistema de Classificação de Cargos, passarem a perceber, mensalmente, retribuição inferior à que venham auferindo, aplica-se o disposto no artigo 12 da Lei nº 4621, de 18 de maio de 1976.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Governo do Estado, bem como por outros recursos a esse fim destinados na forma da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de dezembro de 1976.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Dr. FERNANDO COUTINHO JORGE

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

A N E X O 1 (Art. 1º)

CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

NÚMERO DE CARGOS	CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	CÓDIGO
20	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	C	GEP-PL-1.201-3
40	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	B	GEP-PL-1.201-2
60	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	A	GEP-PL-1.201-1

A N E X O 2 (Art. 1º)

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NÚMERO DE CARGOS	CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO
1	CHEFE DE GABINETE	GEP-DAS-011.2
1	COORDENADOR DA ASSESSORIA TÉCNICA	GEP-DAS-012.4
4	ASSESSOR	GEP-DAS-012.3

Republicada por ter saído com incorreção no DIÁRIO OFICIAL nº 23.429 de 1.01.1977.

(G. Reg. nº 941)

DECRETO Nº 10.047 DE 13 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 017/77-CD, da Fundação Educacional do Estado do Pará.

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolu-

ção nº 017/77-CD, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, de 08 de março de 1977, que coloca à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Rute de Lacerda Monteiro, e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES
Governador do Estado
Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS
PEREIRA
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO Nº 017/77-CD DE 08 DE MARÇO DE 1977

Assunto: Coloca à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Rute de Lacerda Monteiro.

O Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, usando de suas atribuições, e de acordo com o processo nº 0700/77-FEP, e a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Rute de Lacerda Monteiro, Professora Assistente, lotada no Colégio Estadual Lauro Sodré, com ônus para a Fundação Educacional do Estado do Pará, percebendo remuneração correspondente a 6 (seis) horas semanais de aula, até ulterior deliberação.

Art. 2º - A presente Resolução, entrará em vigor a partir de 1º de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se Fundação Educacional do Estado do Pará, Belém, 08 de março de 1977.

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS
PEREIRA

Presidente do Conselho Diretor

DECRETO Nº 10.048 DE 13 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 018/77-CD, da Fundação Educacional do Estado do Pará. O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolução nº 018/77-CD, do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, de 08 de março de 1977, que coloca à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Oscarina Pimenta Matos, e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES
Governador do Estado
Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração
Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS
PEREIRA
Secretário de Estado de Educação

RESOLUÇÃO Nº 018/77-CD DE 08 DE MARÇO DE 1977

Assunto: Coloca à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Oscarina Pimenta Matos.

O Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Pará, usando de suas atribuições, e de acordo com o processo nº 0700/77-FEP, e a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição da Secretaria de Estado de Educação a Professora Oscarina Pimenta Matos, Professora Adjunto, lotada no Colégio Estadual Lauro Sodré, com ônus para a Fundação Educacional do Estado do Pará, até ulterior deliberação.

Art. 2º - A presente Resolução, entrará em vigor a partir de 1º de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se. Fundação Educacional do Estado do Pará. Belém, 08 de março de 1977

Prof. Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS
PEREIRA

Presidente do Conselho Diretor

(G. Reg. nº 918)

DECRETO Nº 10.054 DE 15 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 1298, de 5 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 1298, de 05 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a subscrever 10.000 (dez mil) ações nominativas ordinárias da Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Estado do Pará.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES
Governador do Estado
Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL
Secretário de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1298, DE 05 DE ABRIL DE 1977

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a subscrever 10.000 ações nominativas ordinárias da Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Estado do Pará. O CONSELHO RODOVIÁRIO ESTADUAL, usando de suas atribuições, e,

Considerando os termos dos Ofícios DER-PA-00306, de 18.02.77, e DERPA-00408, de 21.03.77, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o parecer do Sr. Conselheiro Eduardo Alves Maia, emitido no processo CRE/11.77, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a subscrever 10.000 (Dez mil ações) nominativas ordinárias, no valor nominal de Cr\$- 1,00 (hum cruzeiro), cada uma, da Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Estado do Pará, (CDI-PARÁ), cuja constituição foi autorizada pela Lei nº 4686, de 17 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado, de 23.12.76.

Art. 2º - Para atender à despesa decorrente da subscrição prevista nesta Resolução, fica aberto no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem o crédito especial de Cr\$- 10.000,00 (Dez mil cruzeiros), o qual correrá à conta do cancelamento de igual importância na dotação abaixo discriminada:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores

3.1.5.0.04.00 - Diversos

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 05 de abril de 1977

Engº LUIZ GONZAGA BAGANHA

Presidente em exercício

(G. Reg. nº 947)

DECRETO Nº 10.055 DE 15 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 1300, de 05 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 1300, de 05 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a adquirir na firma MESBLA S.A., um trator de esteira, marca MASSEY-FERGUSON, modelo MF-400, e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1300, DE 05 DE ABRIL DE 1977

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a adquirir na firma MESBLA S.A. um trator de esteira, marca MASSEY FERGUSON, modelo MF-400, e dá outras providências.

O CONSELHO RODOVIÁRIO ESTADUAL, usando de suas atribuições, e

Considerando os termos do ofício DERPA-117, de 17.01.77, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o teor da Proposta nº 425/76, de 28.12.76, da firma MESBLA S.A., que deu origem ao processo nº 8663/76;

Considerando os pareceres constantes do processo nº 00696/77, de 09.02.77, emitidos pela Comissão designada pela Portaria nº 0081, de 09.02.77, da Diretoria Geral do DER-PA, e pela Procuradoria Geral do Órgão Rodoviários;

Considerando o parecer do Sr. Conselheiro Elmir Nobre Saady, exarado no processo CRE/04/77, de 18.01.77, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a adquirir na firma MESBLA S.A., filial de Belém, um trator de esteira, marca MASSEY-FERGUSON, modelo MF-400, pelo preço de Cr\$- 538.000,00 (Quinhentos e trinta e oito mil cruzeiros).

Art. 2º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a alienar à firma MESBLA S.A. os tratores MF-500-B, de prefixos T-87 e T-88, no estado, de sua propriedade, pelo valores de Cr\$- 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) e Cr\$- 140.000,00 (Cento e quarenta mil cruzeiros), respectivamente.

Art. 3º - A alienação dos tratores indicados no artigo anterior, no valor total de Cr\$- 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil cruzeiros), constituirá parte do pagamento, à MESBLA S.A., pelo fornecimento do trator de esteira MASSEY-FERGUSON, MF-400, de conformidade com os termos da Proposta nº 425/76, de 28.12.76, da mencionada firma.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 05 de abril de 1977

Engº LUIZ GONZAGA BAGANHA

Presidente em exercício

(G. Reg. nº 947)

DECRETO Nº 10.056 DE 15 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 1299, de 05 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 1299, de 05 de abril de 1977, do Conselho Rodoviário Estadual, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a alinear, de conformidade com a legislação em vigor, a lancha "Luiz Alves" e a balsa "Tamandaré", de propriedade do DER-PA.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1299, DE 05 DE ABRIL DE 1977

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a alienar a lancha "Luiz Alves" e a balsa "Tamandaré".

O CONSELHO RODOVIÁRIO ESTADUAL, usando da atribuição que lhe confere a alínea M do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 07 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA - 00409, de 22.03.77, da Diretoria Geral do DER - PA;

Considerando o parecer do Sr. Conselheiro Otávio Bittencourt Pires, emitido no processo CRE/16/77, de 22.03.77, e aprovado por unanimidade em sessão desta data.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a alienar, na forma da legislação em vigor, a lancha "Luiz Alves" e a balsa "Tamandaré", de propriedade do DER-PA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 05 de abril de 1977

Engº LUIZ GONZAGA BAGANHA

Presidente em exercício

DECRETO Nº 10.057 DE 15 DE ABRIL DE 1977

Homologa a Resolução nº 01/77-CA, do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolução nº 01/77-CA, 10 de fevereiro de 1977, do Conselho de Administração do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, que concede ajuda de custo aos servidores do órgão colocados à disposição do Projeto Radam Brasil e dá outras providências.

Art. 2º - Os efeitos da Resolução homologada por este ato retroagem à data de 17.12.1976.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

Dr. FERNANDO COUTINHO JORGE

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

RESOLUÇÃO Nº 01/77-CA DE 10 DE FEVEREIRO DE 1977

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, em sua 2ª Reunião Ordinária,

realizada no dia 10 de fevereiro de 1977, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e,

Considerando a necessidade de fixar normas de concessão de ajuda de custo e transportes para os servidores do IDESP à disposição do Projeto RADAMBRASIL transferidos para nova sede de trabalho,

Considerando proposta apresentada neste sentido pelo Diretor Geral do IDESP,

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução aplicar-se-á, somente, aos servidores do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, colocados à disposição do Projeto RADAMBRASIL.

Art. 2º - Aos servidores referidos no artigo anterior, quando forem transferidos para nova sede de trabalho, será concedida pelo IDESP, ajuda de custo em valor igual ao vencimento-base dos mesmos, quando não houverem percebido indenização desta espécie nos (12) meses imediatamente anteriores.

Art. 3º - Para o deslocamento dos referidos servidores será concedido transporte em condições iguais às previstas no Decreto Federal nº 75.017, de 23 de abril de 1975.

Art. 4º - Esta Resolução terá efeito retroativo à data da assinatura do Convênio firmado entre o DNPM e o IDESP, em 17.12.76, que visa à prestação de apoio técnico e administrativo, mediante a cessão e administração de pessoal necessário ao desenvolvimento dos trabalhos afetos à Comissão Executora do Projeto RADAMBRASIL, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do Conselho de Administração, aos dez dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete.

Dr. SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Presidente

Dr. CARLOS FRAZÃO FILHO

Membro

Dr. RAUL DA SILVA NAVEGANTES

Membro

Dr. RUY CELSO FERREIRA MOURA

Membro

Dr. JOSÉ ALBERTO SIDRIM

Membro Suplente

(G. Reg. nº 947)

DECRETO Nº 10.058 DE 18 DE ABRIL DE 1977

Promove pelos princípios de Merecimento e Antiguidade Oficiais da Polícia Militar do Pará.

Antiguidade Oficiais da Polícia Militar do Pará.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, item IV, da Constituição do Estado do Pará (Emenda Constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam promovidos aos postos imediatos, pelos princípios de merecimento e antiguidade, os Oficiais da Polícia Militar do Pará, abaixo discriminados:

NO QUADRO DE COMBATENTES

A Contar de 21 de abril de 1977

A MAJOR - pelo princípio de merecimento
 Capitão PM Antônio Carlos Nunes de Lima
 Capitão PM Pedro Trindade de Andrade
 A MAJOR - pelo princípio de antiguidade
 Capitão PM Abílio Pereira Marques
 Capitão PM Jaime Maia
 A 2º TENENTE - pelo princípio de antiguidade
 Aspirante Oficial PM Nilo Sérgio Mendes Vasconcelos
 Aspirante Oficial PM Haroldo Ubiratan de Oliveira
 Aspirante Oficial PM Raimundo Daniel Nogueira Lima
 Aspirante Oficial PM Romeu Teixeira Dantas
 Aspirante Oficial PM Raimundo Paiva Filho
 Aspirante Oficial PM Adonai Eber Rodrigues Leitão
 Aspirante Oficial PM Raimundo Wilson Souza Rego
 Aspirante Oficial PM Luiz Roberto Lobato dos Santos
 Aspirante Oficial PM Joaquim de Paula Nogueira Lima
 Aspirante Oficial PM Clemente Matias Dias Filho
 Aspirante Oficial PM José Maria Dias Domingues
 Aspirante Oficial PM Walfredo Antônio dos Santos Dantas
 Aspirante Oficial PM Odomar José da Silva Romeiro Filho
 Aspirante Oficial PM Moisés da Silva Muinhos
 Aspirante Oficial PM Félix Coelho Bezerra
 Aspirante Oficial PM Belizário da Silva Saldanha
 Aspirante Oficial PM Itacy Dias Domingues
 Aspirante Oficial PM João Francisco da Silva
 Aspirante Oficial PM Aldo de Jesus Barbosa Sá
 Aspirante Oficial PM João Francisco Marçal
 Aspirante Oficial PM Marcos Paulo Ruffeil Rodrigues
 Aspirante Oficial PM Otacílio Rodrigues Dias
 Aspirante Oficial PM Raimundo Magno Braga da Silva
 Aspirante Oficial PM Moisés Leal da Silva
 Aspirante Oficial PM Carlos Arthur dos Santos

NO QUADRO DE BOMBEIROS

A 2º TENENTE - pelo princípio de antiguidade
 Aspirante Oficial BM João Geraldo de Souza Lopes Freire
 Aspirante Oficial BM José Cupertino Corrêa
 Aspirante Oficial BM Antônio Vicente Filho
 Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 18 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES
 Governador do Estado

Cel. R/R PM ARTHUR CORRÊA DA SILVA
 Secretário de Estado de Segurança Pública, em exercício

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL
 Secretário de Estado de Administração
 (G. Reg. nº 947)

PORTARIA Nº 3704 DE 15 DE ABRIL DE 1977
 O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ,
 usando de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no Art. nº 195 e 198 da Lei nº 749, de 24.12.53;

Considerando que a Comissão de Inquérito designada pela Portaria Governamental nº 3616, de 20.12.76 não pôde concluir os trabalhos no prazo legal, prorrogado, pelas razões que invocou, através do ofício nº 19/77 de 05.04.77, protocolado na SEAD em 12.07.77, sob o nº 001077/77;

Considerando o entendimento firmado na Exposição de Motivos nº 352, de 04.03.53, do DASP, publicado no DIÁRIO OFICIAL de 21 do mesmo mês e ano, interpretando o parágrafo único do Art. 220, da Lei Federal nº 174, de 28.10.52, que é subsidiária da Lei Estadual nº 749 de 24.12.53,

RESOLVE:

Dissolver a referida Comissão designada pela Portaria Governamental nº 3.616, de 20.12.76, e designar nova Comissão constituída dos funcionários Carlos Ailson Peixoto, Promotor Público da Capital; Pedro Daltro Cunha, Assessor Jurídico da SEVOP e Ulisses Carvalho de Oliveira, Procurador Fiscal do Estado, para, sob a presidência do primeiro, prosseguir os aludidos trabalhos e concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 947)

PORTARIA Nº 3705 DE 15 DE ABRIL DE 1977
 O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ,
 usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o Engº Agrº Antônio Itayguara Moreira dos Santos, titular da Secretaria de Estado de Agricultura, a viajar com destino ao Rio de Janeiro e Brasília, no período de 14 a 20 do corrente, a fim de tratar de assuntos de interesse de sua Secretaria.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 947)

PORTARIA Nº 3706 DE 18 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ,
 usando de suas atribuições legais,

RESOLVE; de acordo com o § 1º da Lei nº 4494 de 03 de dezembro de 1973; fixar para a servidora, sem vínculo empregatício com a Administração Pública, designada para o exercício de função na Zeladoria do Gabinete Militar do Governador, o acréscimo como percentual sobre o nível da gratificação mensal que lhe é atribuída nos termos do Decreto nº 9685 de

07 de julho de 1976, a partir do mês de março, dentro do seguinte critério:

Maria do Carmo Lima - Ajudante I, da Zeladoria do Gabinete Militar do Governador:..... 50%

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Palácio do Governo do Estado do Pará, 18 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

(G. Reg. nº 947)

Secretaria de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, Pedro Itary Braga Chaves do cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado em Itupiranga, Termo Judiciário da Comarca de Marabá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. nº 923)

DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com o art. 35, parágrafo único, da Lei nº 3.346, de 17 de setembro de 1965, Pedro da Mata Lima, para exercer o cargo de Adjunto Promotor Público do Interior, lotado em Itupiranga, Termo Judiciário da Comarca de Marabá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com o art. 104, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 12, item II, da Lei nº 749 de 24 de dezembro de 1953 e o art. 15, da Lei nº 3.346, de 17.09.1965 (Reorganização do Ministério Público do Estado), Luiz Ismaelino Valente para exercer o cargo de Promotor Público do Interior, lotado na Comarca de Oriximiná, em virtude de aprovação em concurso público.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com o art. 104, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 12, item II, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 e o art. 15, da Lei nº 3.346, de 17.09.1965 (Reorganização do Ministério Público do Estado), Raimunda do Carmo Gomes para exercer o cargo de Promotor Público do Interior, lotado na Comarca de Itaituba, em virtude de aprovação em concurso público.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. nº 923)

DECRETO DE 08 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimunda Arcângela de Oliveira Buraslan do cargo de Escriuário-Documentarista, lotado na Secretaria do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. nº 923)

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, Oswaldo Baptista do Carmo do cargo de Chefe de Expediente, lotado na Secretaria do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. nº 923)

Secretaria de Estado de Administração

DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei nº 749 de 24 de dezembro de 1953, Luiz Ismaelino Valente, do cargo, em comissão, de Assessor Jurídico, Símbolo CC-1, do Quadro Permanente, lotado na Secretaria de Estado de

Administração, que vinha exercendo em substituição, ao titular Genuino Amazonas de Figueiredo Neto.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 923)

Secretaria de Estado de Segurança Pública

DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1977
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o 1º Tenente R/R PM Osmar de Queiroz Holanda, do cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Capitão Poço.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Cel. R/R PM ARTHUR CORRÊA DA SILVA

Secretário de Estado de Segurança Pública
em exercício

DECRETO DE 13 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO:

RESOLVE:

Nomear o 1º Tenente R/R PM Osmar Queiroz Holanda para exercer o cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Salinópolis.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Cel. R/R PM ARTHUR CORRÊA DA SILVA

Secretário de Estado de Segurança Pública, em
exercício

(G. Reg. nº 923)

DECRETO DE 13 DE ABRIL DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o 1º Sargento PM José Ribamar de Oliveira, do cargo, em comissão, de Delegado de Polícia do Município de Salinópolis.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de abril de 1977

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

Cel. R/R PM ARTHUR CORRÊA DA SILVA

Secretário de Estado de Segurança Pública, em
exercício

(G. Reg. nº 923)

SECRETARIA

ADMINISTRAÇÃO

Imprensa Oficial do Estado

PORTARIA Nº 031 DE 14 DE ABRIL DE 1977

O Diretor-Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a Comissão de Licitação designada para proceder alienação de bens móveis desta Entidade, de acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 01/77 rejeitou as propostas encaminhadas para a venda de uma (1)

máquina tipográfica GRAFO PRESS, modelo GPC, motor 1,5 HP, Série 41520 e uma (1) máquina de linotipo, modelo 31, nº 64160, considerando referidas propostas não condizentes com os interesses da Autarquia, tudo de acordo com a Ata publicada no *Diário Oficial do Estado* nº 23.478 de 15 de março de 1977;

RESOLVE:

Determinar ao Presidente da Comissão de Licitação Sr. HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES, que adote as medidas indispensáveis para promover a venda das referidas máquinas, mantendo-se as condições mínimas estabelecidas na licitação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 944)

ANÚNCIOS

S/A Agro Pastoral Grupiá

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

C.G.C. - MF Nº 05.091.137/0001

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta empresa a se reunirem em Assembleia Geral

Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 1977, às 9:00 horas, na sede social da sociedade, localizada à Praça da Bandeira, nº 90, nesta cidade, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Leitura, discussão e apreciação do Relatório da Diretoria e Balanço Geral relativos ao

exercício encerrado em 31.12.76;

b) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e;

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.
Belém, 19 de abril de 1977.

a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 212º - Dias: 19, 20 e 21.04.77)

Amazônia Mineração S.A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas de Amazônia Mineração S.A., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária na sede social da Empresa à rua Santo Antônio nº 455, às 11,00 horas do dia 29 de abril de 1977, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976.

b) Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal com respectiva fixação de honorários.

c) Discussão de assuntos de interesse geral.

Belém, 04 de abril de 1977

Pela Diretoria

John D. Godinho

Diretor Secretário

(Ext. Reg. nº 2180 - Dias: 20, 21 e 23.4.77)

VIVENDA - Associação de Poupança e Empréstimo

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Convocação

Ficam convocados os Senhores Associados desta Associação para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, às 18 horas em 1ª convocação e às 19 horas em 2ª e última convocação, do próximo dia 29 de abril de 1977, na sede social, de conformidade com o estatuído nos artigos 19 a 26 da RC-12/67 do Banco Nacional da Habitação, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da ordem do dia:

a) Leitura e aprovação do Relatório do Conselho de Orientação, Balanço do exercício de 1976, demonstração da conta de Receita e Despesa a ele referente e Parecer dos Auditores Independentes;

b) Eleição de membros do Conselho de Orientação;

c) Indicação dos Auditores Independentes e fixação de seus honorários.

Outrossim comunicamos aos Senhores Associados que encontram-se à disposição dos mesmos, na sede social, para exame, o Relatório do Conselho de Orientação, Balanço de 1976,

Demonstração da Conta de Receita e Despesa e o Parecer dos Auditores Independentes - Auditoria H. Mattos S/C.

Belém (Pa), 18 de abril de 1977

ANTONIO BERNARDO SOUZA FILHO
Presidente do Conselho de Orientação

(Ext. Reg. nº 2169 - Dias: 20, 21 e 23.4.77)

INCOSA

Industrial do Côco S. A.
C.G.C. 05.070.115/0001-76

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

01 - Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 30 de abril de 1977, às 15:00 horas, em sua sede social, à Rua Senador Manoel Barata nº 147, a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte:

a) Relatório da Diretoria Balanço Geral, demonstração da conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1977;

b) Eleição e fixação dos honorários do Conselho Fiscal para o exercício de 1977/1978, e

c) O que ocorrer.

Outrossim ficam os senhores Acionistas cientes de que se encontram à sua disposição, na sede social, no horário de expediente, os documentos a que se refere o Art. 99 do Decreto Lei 2627/40.

Belém, Pa, 18 de abril de 1977

A Diretoria

(Ext. Reg. nº 2176 - Dias: 20, 21 e 23.4.77)

Centrais Elétricas do Pará S.A.

CELPA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

— CONVOCAÇÃO —

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. CELPA, para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 29 de abril de 1977, às 16:00 horas, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço, Conta de Lucros e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e Laudo de Auditoria, sobre as contas de 1976;

b) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercício de 1977/1978;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977/1978.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2149 - Dias: 20, 23 e 29.4.77)

Banco do Estado do Pará S.A.

CGC. Nº 04.913.711
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
1ª CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convidados os Senhores Acionistas do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A., para reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se a vinte e nove de abril de mil novecentos e setenta e sete, às 11:00 horas, na sede do Banco, à Trav. Padre Prudêncio, 154, 5º andar, nesta cidade de Belém, do Pará, para apreciação da seguinte matéria:

- Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício de 1976 e Parecer do Conselho Fiscal.
- apropriação de lucros à disposição da Assembléia Geral, relativos aos Balanços de junho e dezembro de 1976;
- pagamento de dividendos na base de 12% a.a.;
- fixação dos honorários da Diretoria;
- fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
- verba para donativos;
- eleição do novo Conselho Fiscal, e;
- o que ocorrer.

Belém, (Pa), 18 de abril de 1977.

João Elias Nazaré Cardoso
Presidente

Adriano Velloso de Castro Menezes
Diretor

Aldeiro Costa Cavalcante
Diretor

Orion Barreto da Rocha Klautau
Diretor

(Ext. Reg. nº 2216 Dia: 20.04.77)

Saney S.A.

CGC. 04.819.603/0001-70

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da SANEY S.A., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 1977, às 10:00 horas, na sede social da Empresa, à Rodovia BR-316 - Km 11 - Ananindeua-Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976;

b) Assunto de interesse geral;

c) Autorizar a alienação de Bens Imóveis.

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

Ananindeua-Pa, 20 de abril de 1977.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2214 Dias: 20, 21 e 23.04.77)

Cosmorama S.A. - Vidros e Materiais de Construção

CGC. 04.912.788/0001
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos aos Senhores Acionistas desta Sociedade a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária que ocorrerá na sede social à rua Senador Manoel Barata nº 534/42, nesta Cidade, no dia 30 (trinta) de abril corrente, às 8:00 (oito) horas, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- Apreciação e julgamento das Contas da Diretoria referentes ao exercício de 1976;
- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977;
- Fixação dos honorários dos Membros da Diretoria e Conselho Fiscal, para o exercício de 1977 e,
- O que ocorrer.

Belém, Pará, 18 de abril de 1977.

Joaquim Nunes Alves

CPF nº 000625452 - Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 2218 Dias: 20, 21 e 23.04.77)

Comércio e Indústria de Ferragens e Madeiras S.A.

CGC. nº 04.906.319/0001-31
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas da COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS S.A. "CIFEMA", para a Assembléia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 do corrente, às 8:00 (oito) horas, em nossa sede social à Av. Almirante Barroso nº 165, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- Apreciação e Julgamento das Contas da Diretoria referentes ao exercício de 1976;
- Eleição dos Membros da Mesa da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal, para o exercício de 1977; e
- Fixação dos honorários dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o exercício de 1977.

Belém, Pará, 18 de abril de 1977.

BENTO JOSÉ DA COSTA

Diretor-Presidente - CPF. 000428542-53

(Ext. Reg. nº 2194 Dias: 20, 21, e 30.04.77)

Lomasa Comércio, S.A.

CGC. 05.028.048/0001-21
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a comparecerem à reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em nossa sede social nesta Cidade, à rua 15 de Novembro, 140, no dia 29 de abril, às 16,00 horas, para tratarem e deliberarem o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas, e o Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 1976.

b) Eleição e fixação de honorários dos membros e suplentes do Conselho Fiscal.

c) O que ocorrer.

Belém, 15 de abril de 1977.

a) **ROBERTO FARID ELIAS MASSOUD**
 Presidente

(Ext. Reg. nº 2137 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Empresa Bragantina de Pesca S.A. - EMBRASA -

CGC. 05.320.569/0001-58
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária no dia 30 de abril de 1977, às 10,00 horas, em nossa sede social sita à rua Sônia Ferreira s.n, em Bragança, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Conta Lucros & Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal tudo relativo ao ano de 1976;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação dos seus honorários para o corrente exercício;

c) O que ocorrer.

Bragança, 16 de abril de 1977

a) **DIRETORIA**

(T. nº 00714 Reg. nº 2139 Dias: 19, 20 e 21.04.77)

Produtos de Acabamentos S/A - PRACASA

A V I S O

Informamos que acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da empresa, os documentos a que se referem o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2.627/40 (artigo 133 da Lei nº 6.404/76).

CONVOCAÇÃO

A Diretoria convida os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à Rua 28 de Setembro,

703, às 18 horas de 30 de abril de 1977, a fim de:

a) Aprovarem as contas da Diretoria referente ao ano de 1976;

b) Nos termos do artigo 298 da Lei de Sociedades Anônimas nº 6.404, de 15.12.76, deliberarem sobre a transformação da sociedade em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e sobre os demais atos ligados a essa transformação;

c) O que ocorrer.

Belém, 14 de abril de 1977.

a) *A Diretoria*

(T. nº 00701 - Reg. nº 2082 - Dias: 16, 19 e 20/04/77)

Agropecuária

Arco-Íris S.A.

CGC. MF. 04.986.253

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas desta sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1977, às 10 horas em sua sede social na Avenida Presidente Vargas, 197, Conjunto 201, nesta Capital, a fim de discutirem e votarem a seguinte ordem do dia:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1977 e fixação de seus honorários;

c) Outros assuntos de interesse social.

Belém, 12 de abril de 1977

AZIZ MALUF

Diretor Comercial

(Ext. Reg. nº 2141 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Figueiredo Mendonça S.A.

Aparelhos Domésticos

CGC. 04.907.507/0001

Convidamos os nossos acionistas a reunirem-se em Assembléia geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1977, às 10 horas, em nossa sede social situada na avenida Nazaré nº 1.307, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1976;

b) Eleição dos membros da Diretoria para os exercícios de 1977/1978, e dos membros do Conselho Fiscal para o presente exercício;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o corrente exercício;

d) O que ocorrer.

Outrossim, avisamos que se acham a disposição dos senhores acionistas, os documentos de que trata a legislação em vigor, referentes ao exercício de 1976.

Belém, 14 de abril de 1977

a) **DIRETORIA**

(Ext. Reg. nº 2132 Dias: 19, 20 e 21.04.77)



Agente do Sistema Financeiro da Habitação
Carta Patente Nº 27
do Decreto Lei Nº 70 de 21.11.66

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores Associados:

Cumprindo as determinações estatutárias, é com satisfação que submetemos ao exame e aprovação de V. Sas. os números constantes de nosso Balanço Geral levantado em 30 de dezembro de 1976 acompanhado da respectiva Demonstração de Receita e Despesa e do parecer dos Auditores Independentes.

Pela análise de tais documentos poderão os senhores Associados da VIVENDA constatar o extraordinário progresso experimentado pela empresa no exercício que passou. As metas traçadas para a Administração Executiva não apenas foram atingidas como, em muitos casos, superadas. A captação dos recursos do público, em Cadernetas de Poupança, que estava estimada para Cr\$ 41.568.000,00, atingiu o montante líquido de Cr\$ 53.040.765,10. As aplicações, projetadas para contratações na ordem de Cr\$ 60.000.000,00, se situaram na cifra de Cr\$ 83.000.000,00, tendo sido desembolsados efetivamente

Cr\$ 55.000.000,00. A decidida atuação em favor de uma nova dinamização do mercado imobiliário em Belém e Santarém resultou no financiamento a 546 famílias que realizaram o sonho da casa própria, elevando para 3.391 o número de habitações produzidas com os recursos da Caderнета de Poupança Vivenda.

Tal performance possibilitou que, no exercício referente ao 2º semestre de 1976, obtivéssemos um lucro de Cr\$ 5.968.303,41 que permitirá o pagamento de dividendos na ordem de Cr\$ 4.472.006,50 aos nossos Associados.

É com esse orgulho que apresentamos nossas contas. E com um profundo agradecimento a V. Sas. que, pela confiança depositada em nossa CADERNETA DE POUPANÇA, possibilitaram os meios para que todos os objetivos fossem alcançados.

Belém (Pa), 31 de janeiro de 1977

ANTONIO BERNARDO DE SOUZA FILHO
Presidente do Conselho de Orientação

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1976

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO SOCIAL	
Caixa	CR\$ 1.889.103,25	Reservas e Fundos	CR\$ 5.835.564,50
Depósitos em Bancos	9.581.678,54	Recursos de Associados	177.485.721,78
Depósitos em Caixas Econômicas	374.280,76		
Depósito no FAL	17.501.145,29		
	29.346.207,84		
REALIZÁVEL		EXIGÍVEL	
Financiamentos Imobiliários	253.899.949,71	BNH — Assistência Financeira	41.869.989,50
Aplicações Diversas	68.962.998,22	BNH — Refinanciamentos Diversos	135.381.830,42
Outros Créditos Realizáveis	35.798.477,81	Depósitos Especiais	1.368.300,41
	358.661.425,74	BNH — Empréstimos para Repasse	955.946,07
IMOBILIZADO		Credores Diversos	3.696.446,12
Bens, Móveis de Uso	1.611.780,40	Provisões Diversas	32.975.387,97
Bens, Imóveis de Uso	816.809,92	Créditos à Disposição de Financiados	3.786.110,85
	2.428.590,32	Dotação p/Proj. de Cooperativa RD 4/72	502.898,90
			220.536.910,24
PENDENTE		PENDENTE	
Despesas Diferidas	15.021.575,35	Rendas Diferidas	1.599.602,73

COMPENSAÇÃO	
Seguro Fidelidade	1.375.000,00
Garantias Recebidas	185.829.466,45
Valores Recebidos em Custódia	291.944,69
Valores Recebidos a Cobrança	251.177,07
Devedores Por Garantia	97.294.536,05
Mandatários Por Cobrança	22.560.638,49
Crédito Aberto a Terceiros	47.573.916,58
Outros Direitos Potenciais	3.342.000,00
	<u>358.518.679,33</u>
TOTAL	<u>763.976.478,58</u>

COMPENSAÇÃO	
Dirigentes e Preposto-Garant. de Gestão ..	1.375.000,00
Prestadores de Garantia	185.829.466,45
Depositantes de Valores em Custódia	291.944,69
Remetentes de Valores a Cobrança	251.177,07
Garantias Outorgadas	97.294.536,05
Valores Recebidos a Cobrança	22.560.638,49
Credores p/Abertura de Crédito	47.573.916,58
Outras Obrigações Potenciais	3.342.000,00
	<u>358.518.679,33</u>
TOTAL	<u>763.976.478,58</u>

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA GERAL LEVANTADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1976

DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO		RECEITA OPERACIONAL	
Despesas Administrativas	CR\$ 4.719.104,04	Renda de Disponibilidades	CR\$ 5.332.562,62
Despesas Patrimoniais	1.507.643,59	Renda de Financiamentos Imobiliários	61.654.461,96
Despesas de Operações Passivas	62.205.861,93	Renda de Aplicações Diversas e Outras	6.636.726,97
	<u>68.432.609,56</u>		<u>73.623.751,55</u>
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO		RECEITA DE SERVIÇOS	
Fundo de Reserva	596.830,34	Renda de Serviços	113.418,08
Fundo de Emergência	298.415,17		
Dividendos a Pagar ou Creditar	4.472.006,50		
Provisões para Garantir Div. Fut.	601.051,40		
	<u>5.968.303,41</u>		<u>663.743,34</u>
TOTAL	<u>74.400.912,97</u>	TOTAL	<u>74.400.912,97</u>

ANTONIO BERNARDO DE SOUZA FILHO
Presidente do Conselho de Orientação

JOSÉ RACHID SALÉ
Conselheiro
WALBERT DA SILVA MONTEIRO
Administrador Geral

LUTPHALA DE CASTRO BITAR
Conselheiro
AMILTON ARAÚJO
Téc. em Contabilidade - CRC-Pa - 2494
C P F - 003328872

Parecer dos Auditores Independentes

Examinamos o Balanço Geral e a Demonstração da Receita e Despesa da "VIVENDA ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO", referentes ao SEMESTRE findo em 31 de dezembro de 1976.

Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, inclui as provas nos registros contábeis e procedimentos consonantes com a legislação pertinente do B.N.H. —

Em nossa opinião, o Balanço Geral e a Demonstração da Receita e Despesa acima referidos, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira

da "VIVENDA ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO", naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior. —

Belém, 31 de janeiro de 1977

AUDITORIA H. MATTOS S/C — CRC. sp. 3.255 — AI/PJ. 43 — CGC. 45.991.155/0001-75 — GEMEC — RAI — 72/018-PJ — Credenciada no B.N.H. conforme RC. 30/68.

Dr. Hamilton Mattos
Contador CRC. sp. 4.438 — AI/PF. 73
GEMEC — RAI — 72/018-1-FJ.
Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

(Ext. Reg. nº 2170 - Dia 20.04.77)

Vale do Capim Agro Industrial S/A

Leite - Pará

C.G.C. 05.511.340/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES AÇIONISTAS:

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, é com o máximo prazer que submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Geral e a respectiva Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, correspondente ao exercício findo em data de 31 de Dezembro de 1976.

Em nossa sede social encontram-se os documentos para o devido exame, assim como para qualquer esclarecimento, esperando que tais dados sejam por V.Sas., convenientemente aprovados."

Fazenda Vale do Capim, 15 de abril de 1977

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.76

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	
Caixa e Bancos	5.042,97	Fornecedores	147.060,42
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		Financiamentos	309.464,10
Gado de Corte e Cria	423.715,13	Títulos a Pagar	325.000,00
Devedores Diversos	21.206,70	Credores Diversos	173.173,98
Clientes	307.355,46		945.698,50
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Aplicações Financeiras	23.056,80	Financiamentos	5.370.631,63
Capital a Realizar	5.830.358,00	Títulos a Pagar	200.000,00
	5.853.414,80		5.570.631,63
IMOBILIZADO		NÃO EXIGÍVEL	
- Terras, Construções Cíveis, Edificações, Pastagens, Inst. Pecuárias, Obras de Infra Estrutura	4.734.999,49	Capital Autorizado	21.000.000,00
- Gado de Leite	4.037.374,93	Reserva de Correção Monetária	2.212.576,49
- Veículos, Animais de Trabalho, Vasilhames, Ap.Maqs.e Equipamentos, Móveis e Utensílios	1.631.843,70	COMPENSAÇÃO	
- Estudos e Projetos e Marcas e Patentes	815.771,57	Cauções da Diretoria	30,00
SUB - TOTAL	11.219.989,69		
Bens do Ativo C/Correção	2.663.844,50		
VALOR CORRIGIDO	13.883.834,19		
Fundo de Depreciação	(817.876,79)		
Correção Monetária das Depreciações	(434.716,00)		
	12.631.241,40		
PENDENTE			
Lucros e Perdas	10.447.861,72		
Variações Cambiais a Compensar	537,92		
Juros a Vencer	38.530,52		
	10.486.930,16		
COMPENSAÇÃO			
Ações Cauçionadas	30,00		
TOTAL DO ATIVO	29.728.936,62		29.728.936,62

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

D E B I T O S		C R E D I T O S	
Saldo Anterior	8.547.801,14		
DESPESAS		Receitas da Agro Pecuária	2.461.669,23
Custos da Agro Pecuária	4.114.828,48	Receitas do Setor Industrial	3.494.948,13
Custos do Setor Industrial	2.881.517,99	Receitas Gerais	80.997,00
Despesas Gerais	1.541.328,47		6.037.614,36
	7.937.674,94	Saldo que passa para o exercício de 1977	10.447.861,72
	16.485.476,08		16.485.476,08

(aa) DR. JOSÉ CARLOS VILELA DE ANDRADE
DR. MANOEL ELPIDIO PEREIRA DE QUEIROZ FILHO
RAÚL CARVALHO VILLELA
JORGE AVELAR SILVA

- Diretor Superintendente - CPF nº 006.685.248
- Diretor Industrial - CPF nº 064.731.218
- Diretor Comercial - CPF nº 000.437.892
- Tec.Contabilidade - CRC-SP nº 21.705 - Insc.Soc.Pará nº 74 - CPF nº 199.444.548

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da VALE DO CAPIM AGRO INDUSTRIAL S.A., tendo examinado, devida e detidamente, o Balanço Geral encerrado em data de 31 de dezembro de 1976, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, bem como os livros de escrituração, tendo encontrado tudo em perfeita ordem e de conformidade com os lançamentos feitos, são de parecer que o referido Balanço e contas sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Fazenda Vale do Capim, 12 de abril de 1977

(aa) DR. MARCELO MANCINI NOGUEIRA
DR. JOÃO BATISTA PRADO ROSSI
DR. WASHINGTON FERNANDO DE AZEVEDO KUHLMANN

(Ext. Reg. nº 2.199 — Dia: 20/4/77)

Agro Pecuária Cerro Verde S.A.

C. G. C. Nº 04.989.919/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, estamos submetendo à esclarecida apreciação de V.Sas. o Balanço Geral da nossa empresa encerrado em 31 de dezembro de 1976, como também a Conta de Lucros e Perdas referente ao exercício do 1º de janeiro de 1976 a 31 de dezembro de 1976, por passando ao inteiro dispor dos interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura julgarem necessários.

Belém, 16 de fevereiro de 1977

JOÃO GILBERTO RODRIGUES DA CUNHA
DIRETOR PRESIDENTESEBASTIÃO CANTIDIO DRUMOND
DIRETORWALTER SOARES RIBAS
DIRETORJOÃO HUMBERTO DE ANDRADE CARVALHO
DIRETOR

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O		P A S S I V O	
<u>DISPONÍVEL</u>		<u>EXIGÍVEL</u>	
CAIXA	1.791,76	CONTAS CORRENTES	304.903,78
CONTAS CORRENTES DE BANCOS	398.919,68	PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER	7.179,14
	400.711,44	DUPPLICATAS A PAGAR	11.124,00
<u>REALIZÁVEL</u>		SALÁRIOS A PAGAR	20.815,00
ALMOXARIFADO	2.455,50	BANCOS COM FIANÇAMENTO	1.208.840,00
CAPITAL A REALIZAR	16.352.791,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	9.569,74
CONTAS CORRENTES	205.216,73		1.562.431,66
REBANHOS	3.937.537,66	<u>NÃO EXIGÍVEL</u>	
	20.548.000,89	CAPITAL AUTORIZADO	40.000.000,00
<u>IMOBILIZADO</u>		RESERVA DE CORREÇÃO MOETÁRIA	1.448.951,44
TERRAS	677.140,00		41.448.951,44
CONSTRUÇÕES CIVIS	567.503,49	<u>COMPENSAÇÃO</u>	
CADO	7.563.813,07	CAUÇÃO DA DIRETORIA	400,00
ESTUDOS E PROJETOS	1.012.163,85		400,00
INSTALAÇÕES PECUÁRIAS	1.814.838,57		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	47.951,71		
OBRA DE INFRAESTRUTURA	221.656,40		
PASTAGENS	4.773.660,35		
VEÍCULOS, MÁQ., APARELHOS E EQUIP.	1.995.888,00		
CORREÇÕES MONETÁRIAS	1.448.951,44		
	20.123.566,88		
<u>PENDENTE</u>			
LUCROS E PERDAS	1.939.103,89		
	1.939.103,89		
<u>COMPENSAÇÃO</u>			
AÇÕES CAUCIONADAS	400,00		
	400,00		
	43.011.763,10		43.011.763,10

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

D É B I T O S		C R É D I T O S	
PRODUTOS AGRÍCOLAS	960,00	CADO	240,25
CUSTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	1.400,00	VENDAS	3.500,00
CUSTO DA PRODUÇÃO	1.702,47	RECEITAS EVENTUAIS	332.432,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	723.436,13	LUCROS E PERDAS (SALDO)	1.939.103,89
LUCROS E PERDAS (SALDO ANTERIOR)	1.547.777,54		2.275.276,14
	2.275.276,14		2.275.276,14

Belém, 31 de dezembro de 1976

JOÃO GILBERTO RODRIGUES DA CUNHA
DIRETOR PRESIDENTESEBASTIÃO CANTIDIO DRUMOND
DIRETORWALTER SOARES RIBAS
DIRETORJOÃO HUMBERTO DE ANDRADE CARVALHO
DIRETORJOÃO TEIXEIRA MARTINS
TÉC. EM CONTABILIDADE
CRC-RJ 026684-4, S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da AGRO-PECUÁRIA CERRO VERDE S/A, declaramos que procedendo a uma minuciosa e detalhada verificação nos livros e papéis que constituem o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976, encontramos tudo em perfeita ordem e exatidão, razão pela qual opinamos sejam os mesmos aprovados.

Belém, 16 de fevereiro de 1977

SEBASTIÃO LUIZ DE ANDRADE FIGUEIRA

DARCY CONSTANTINO DE FARIAS

ALEXANTO EMILIO DUMORTOUT

MILTON DE CARVALHO

Fazendas Monte Azul S/A - FAMOSA

C.G.C. 04.966.651/0001

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação e julgamento de V.Sas., as contas de nossa gestão, referente ao ano de 1976, já devidamente apreciadas pelo Conselho Fiscal.

Os resultados apresentados, de conformidade com o Balanço e Demonstração da Conta "Lucros e Perdas", demonstram o trabalho desta diretoria e por todos que se empenham em sua valiosa colaboração.

Agradecemos a confiança que nos depositaram e esperamos haver cumprida satisfatoriamente a nossa missão, colocando-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos, esperamos que as nossas contas mereçam aprovação.

Belém (Pa), 10 de janeiro de 1977

MANOEL DIAS LOPES - Diretor

C.P.F. 000.353.002

ALBERTO DIAS NEVES - Diretor

C.P.F. 000.352.972

JOAQUIM DIAS - Diretor

C.P.F. 000.394.382

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.76A T I V O

<u>IMOBILIZADO</u>		
Terras.....	142.420,00	
Pastagens.....	1.051.875,50	
Obras de Infra-estrutura.....	155.882,32	
Instalações Pecuárias.....	244.987,56	
Construções Cíveis.....	184.855,02	
Veículos, Maq., Apar. Equipamentos....	75.829,42	
Móveis e Utensílios.....	6.945,00	
Gado.....	540.878,00	
Animais de Trabalho.....	11.200,00	
Estudos e Projetos.....	26.635,43	2.441.508,25
<u>REALIZAVEL</u>		
Adiantamentos s/ Serviços.....	10.787,12	
Almoxarifado.....	35.169,79	
Rebanhos Bovinos.....	875.926,00	
Conta Capital a Realizar.....	10.733,00	
Participações.....	10.110,00	942.625,91
<u>DISPONIVEL</u>		
Bancos.....		104.680,43
<u>PENDENTE</u>		
Despesas de Exercício.....		29.652,90
<u>COMPENSADO</u>		
Ações Cauçionadas.....	300,00	
Bens Vinculados a Garantias.....	2.591.572,00	2.591.872,00
TOTAL DO ATIVO.....		6.110.339,49
=====		=====

Fazendas Monte Azul S/A - FAMOSAP A S S I V ONÃO EXIGÍVELCapital

- Ações Preferenciais..... 268.132,00
 Ações Ordinárias..... 2.047.151,00

Reserva Legal..... 4.844,73 2.320.127,73

EXIGÍVEL

Conta Corrente..... 87.259,21

Bancos c/ Financiamentos..... 1.048.000,00

Obrigação Tributária a Recolher.... 99,00

Saldo a Disposição A. Acionistas... 62.981,55 1.198.339,76

COMPENSADO

Caução da Diretoria..... 300,00

Garantia Prestada a Terceiros..... 2.591.572,00 2.591.872,00

TOTAL DO PASSIVO..... 6.110.339,49

MANOEL DIAS LOPES - Diretor

ALBERTO DIAS NEVES - Diretor

JOAQUIM DIAS - Diretor

ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA

TEC. EM CONTABILIDADE

C.R.C. 1656

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 31.12.76D E B I T O

Custos dos Rebanhos..... 258.766,23

Despesas Administrativas..... 281.979,87

Despesas Financeiras..... 71.347,79

Apuração de Resultado..... 18.082,61

Vendas de Bens e Materiais..... 11.736,46 641.912,96

TOTAL DO DEBITO..... 641.912,96

=====

C R E D I T O

=====

Resultado do Rebanho..... 334.531,24

Vendas - Gado..... 589.299,91

Custos das Vendas.. 479.843,00 109.456,91

Animais de Trabalho..... 1.000,00

Receitas Financeiras..... 781,00

Ressarcimento de Despesas..... 10,00

Reprodução e Recuperação..... 166.480,91 612.260,06

Despesas de Exercício..... 29.652,90

TOTAL DO CREDITO..... 641.912,96

Fazendas Monte Azul S/A - FAMOSA

ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA
TEC. EM CONTABILIDADE
C.R.C. 1656

MANOEL DIAS LOPES - Diretor
ALBERTO DIAS LOPES - Diretor
JOAQUIM DIAS - Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Examinamos como é nosso dever, as contas da Diretoria da Fazendas Monte Azul S/A, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976. Constatamos que a sua Diretoria sempre se houve com a máxima correção na direção dos negócios sociais, recomendamos portanto, a V.Sas. a aprovação de seus atos.

Belém (Pa), 10 de janeiro de 1977.

RAIMUNDO RODRIGUES DA CUNHA FILHO
JUVENCIO RODRIGUES DA CUNHA
Dr. FERNANDO CALVIS MOREIRA

(Ext. Reg. nº 2.156 — Dia: 20/4/77)

Amazônia Mineração S.A.RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

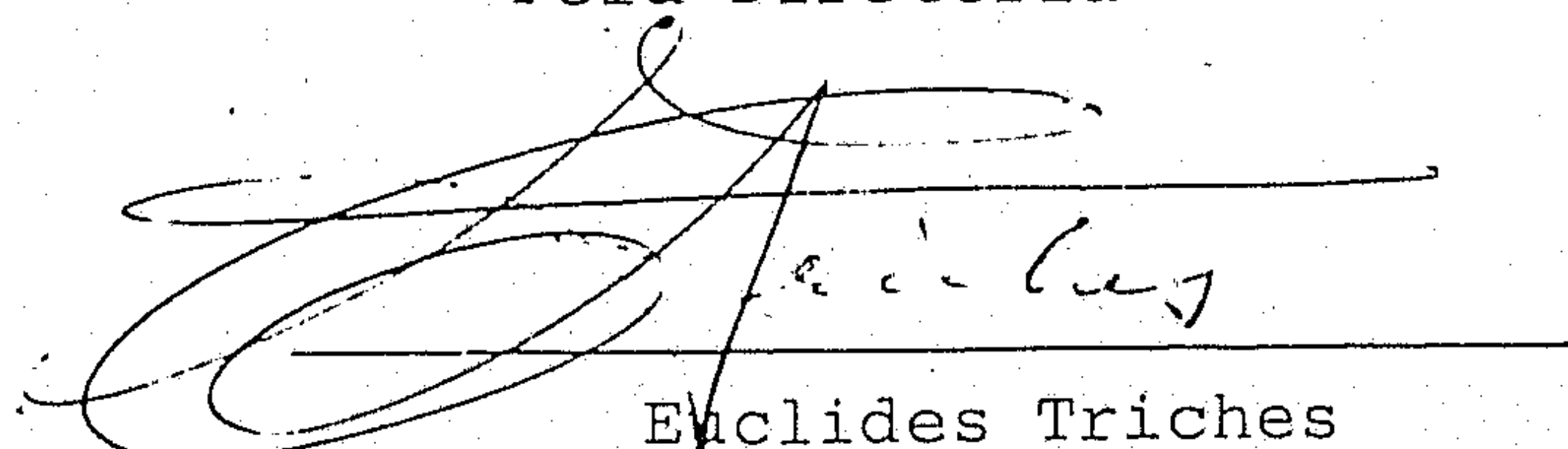
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o presente Relatório da Diretoria, bem como o Balanço Geral acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Amazônia Mineração S.A. no exercício de 1976 devemos ressaltar que em 13 de maio de 1976 foi assinado o Decreto Federal nº 77.608 o qual outorgou concessão à nossa empresa, de construção, uso e gozo da Estrada de Ferro Carajás/São Luiz.

Na área de trabalhos técnicos as atividades prosseguiram normalmente em 1976, visando a localização das instalações de operação e serviço nos setores de mina, ferrovia e porto que constituem em os três mais importantes setores do projeto.

Sendo do interesse dos Senhores Acionistas obter novos esclarecimentos ou complementações, a Diretoria da Amazônia Mineração S.A. se coloca à inteira disposição de V.Sas.

Belém, 28 de fevereiro de 1977.
Pela Diretoria



Euclides Triches
Diretor Presidente

Amazônia Mineração S.A.

C.G.C. Nº 04973657/0001

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

P A S S I V O

A T I V O

DISPONÍVEL

Caixa e bancos
Depósitos em trânsito

1.968.350,15
2.000.000,00
3.968.350,15

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (360 dias)

Contas a receber -
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará
Rede Ferroviária Federal S.A.
Outras contas a receber
Depósitos para Importação e Judiciais

14.669.067,14
14.502.264,86
2.481.224,39
4.808.081,02
32.092.634,72

IMOBILIZADO

Técnico - custo
Direito de lavra - Serra dos Carajás
Equipamentos e outros (deduzido de Cr\$ 5.017.984,91 de reserva
para depreciação)
Construções em andamento
Correção Monetária (deduzida de Cr\$ 928.154,15 de reserva para
depreciação)

273.606.694,12
40.315.629,34
576.313.801,71
91.617.423,94
981.833.540,11
41.387.323,00
1.023.270.865,11
50.839,00
1.023.321.754,11

Adiantamento para compra de terras
Financeiro - (Incentivos Fiscais - FIMAM ao custo)
Total do Imobilizado

PENDENTE

Despesas com pesquisas - outros projetos
Outros

7.312.745,90
152.057,12
7.464.803,02

Total do Ativo

1.066.847.542,00
24.899.790,01
1.091.747.332,01

COMPENSAÇÃO (Fianças)

ELCIDES TRICHES
DIRETOR PRESIDENTE-CFP Nº 024-211601

OREN ELWOOD HUDSON
DIRETOR DE OPERAÇÕES-CFP Nº 0254-25607

LAIZ COSTA E SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO-CFP Nº 001582597

ROBERTO JOSÉ RODRIGUES
DIRETOR COMERCIAL-CFP Nº 000401297

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (360 dias)

Contas a pagar por serviços e outros
Contas a pagar - associados
Salários e encargos sociais
Imposto de Renda
Outros

34.910.414,90
6.285.341,15
3.490.237,90
676.283,00
1.024.721,05
46.397.068,00

NÃO EXIGÍVEL

Capital subscrito -
Nacional
Estrangeiro

1.321.386.200,00
141.200,00
1.321.527.400,00

Menos: A integralizar
Capital subscrito integralizado
Reserva para aumento de capital
Créditos para aumento de capital

323.149.397,41
928.378.002,59
92.072.456,65
14,76
1.020.450.474,00

Total do Passivo
COMPENSAÇÃO (Fianças)

1.066.847.542,00
24.899.790,01
1.091.747.332,01

CHARLES WILLARD MORRIS
DIRETOR CONTROLADOR-CFP Nº 403153478

PAULO AUGUSTO TIVACQUA
DIRETOR TESOUREIRO-CFP Nº 014751587

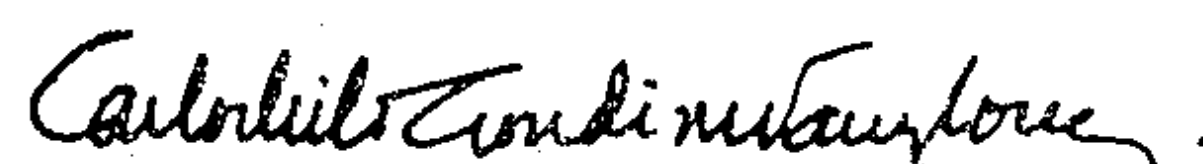
JOHN DASILVA GODINHO
DIRETOR SECRETÁRIO-CFP Nº 027023807

SILVESTRE LAIZ PEREIRA CERQUEIRA
TÉC. EM CONTABILIDADE-CFP RJ-026.197-4-S-PA
CPF Nº 118905927

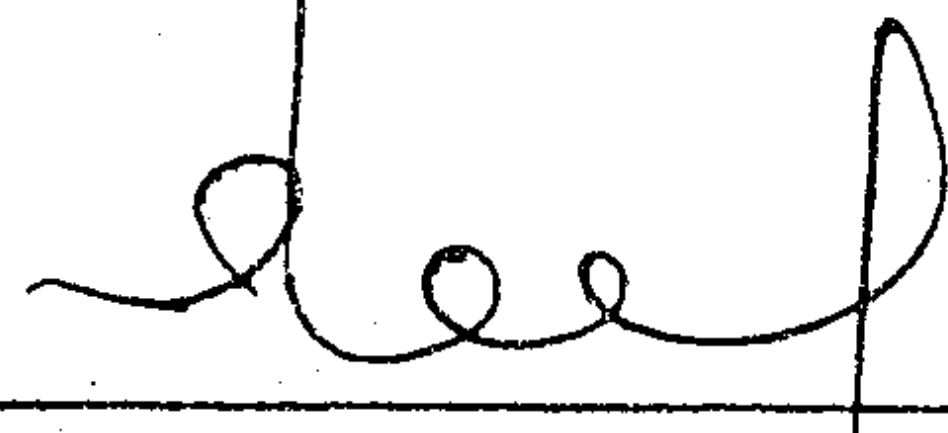
Amazônia Mineração S.A.PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal de AMAZÔNIA MINERAÇÃO S.A., tendo examinado o Balanço Geral, o Relatório da Diretoria e demais documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976, encontraram-nos rigorosamente em ordem pelo que são de parecer que os referidos documentos merecem aprovação dos Senhores Acionistas.

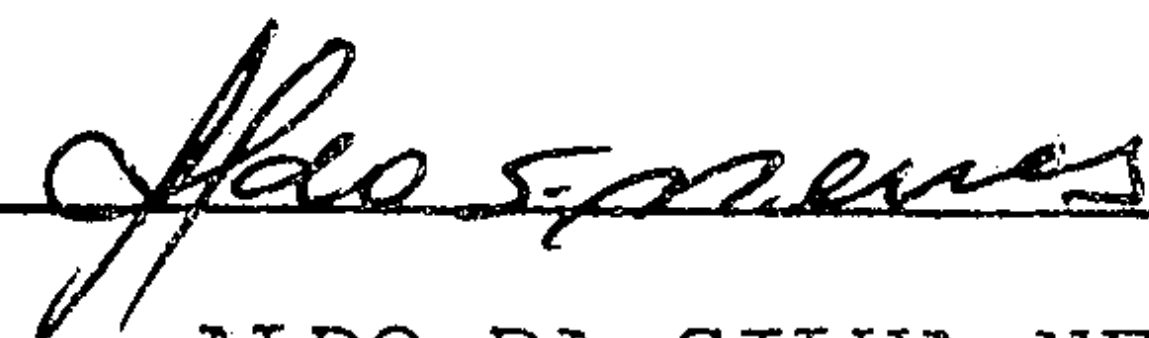
Belém 28 de fevereiro de 1977.



CARLOS NILO GONDIM PAMPLONA



WANDER PAULO JEVEAUX



ALDO DA SILVA NEVES

(Ext. Reg. nº 2182 - Dia: 20.4.77)

Salvador, Indústria e Comércio S/A - SINCOSA

C.G.C.- M.F. nº 04.894.002/0001-22

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em face da disposição legal e em obediência aos ditames estatutários, cabe-nos apresentar a V.Sas., o Relatório das atividades empresariais do ano de 1976.

2. Como poderão os Senhores Acionistas verificar, através do Balanço e do Demonstrativo de Resultados, ambos levantados em 31 de dezembro passado, houve rédito positivo, ficando a aplicação do lucro líquido subordinada à sã-bia decisão da A.G.O. respectiva.

Salvador, Indústria e Comércio S/A - SINCOSA

3. Contudo, esta Diretoria continua à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos adicionais.

4. É o relatório.

Belém, 03 de janeiro de 1977

aa) Antônio Ferreira Jorge
Diretor-Presidente
CPF-MF. nº 000.345.412

Manuel Ferreira Jorge
Diretor
CPF-MF. nº 007.681.542

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O

1.- DISPONÍVEL		
1.1.-Bens Numerários	96.363,76	
1.2.-Depósitos Bancários à Vista	<u>1.044.737,10</u>	1.141.100,86
2.-REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
2.1.-Estoque	3.406.905,64	
2.2.-Clientes		
2.2.1-Contas a Receber	209.435,68	
2.2.2-Duplicatas a Receber	1.288.552,89	
2.2.3-Promissórias a Receber	<u>27.045,87</u>	
menos	<u>1.525.034,44</u>	
2.2.4-Provisão p/Cobrança Duvidosa	<u>45.751,00</u>	1.479.283,44
2.3.-Outros Créditos	<u>79.996,37</u>	4.966.185,45
	Ativo Circulante	6.107.286,31
3.- IMOBILIZADO		
3.1.-Imobilizações Técnicas		
(-) Valor Originário	949.722,07	
(+) Correção Monetária	<u>1.121.886,23</u>	2.071.608,30
3.2.-Imobilizações Financeiras		
3.2.1-Participações em Outras Empresas	92.430,79	
3.2.2-Aplic.p/Incent.Fiscais-SUDAM	189.903,50	
3.2.3-Outras	<u>91.056,92</u>	373.391,21
	Ativo Real	8.552.285,82
4.- PENDENTE		
4.1.-Pagamentos a Classificar		<u>63.337,00</u>
	sub-total	8.615.622,82
5.- CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
5.1.-Ações Caucionadas	000,00	
5.2.-Valores Segurados	33.000,00	
5.3.-F.G.T.S.	<u>37.369,01</u>	394.969,01
		<u>9.010.591,83</u>

Salvador, Indústria e Comércio S/A - SINCOSA**P A S S I V O****1.- EXIGÍVEL A CURTO PRAZO**

1.1.-Fornecedores	589.148,23		
1.2.-C/C. Diretores e Acionistas	208.597,44		
1.3.-Títulos Descontados	202.883,26		
1.4.-Outras Exigibilidades			
1.4.1-Obrigações Fiscais	359.986,95		
1.4.2-Obrigações Previdenciárias	101.908,02		
1.4.3-Provisão ICM (PN-70/72)	<u>511.035,85</u>	<u>972.930,82</u>	<u>1.973.559,75</u>

2.- NÃO EXIGÍVEL

2.1.-Capital		4.200.000,00	
2.2.-Reservas Legais			
2.2.1-Legal (2627/40)	363.174,04		
2.2.2-Manut.p/Cap.Giro Próprio	<u>950.503,83</u>	<u>1.313.677,87</u>	
2.3.-Reservas Estatutárias			
2.3.1-Garantia do Ativo Fixo	252.012,04		
2.4.-Reservas Livres			
2.4.1-Reserva Social	1.230,00		
2.4.2-Lucros Suspensos	221.644,50		
2.4.3-Outras Reservas	<u>24.592,66</u>	<u>247.467,16</u>	<u>1.813.157,07</u>

3.- PENDENTES

3.1.-Receitas Diferidas	17.000,00		
3.2.-Outras Pendências	7.117,00		
3.3.-Lucro a Disposição da AGO	<u>604.789,00</u>	<u>628.906,00</u>	

4.- CONTAS DE COMPENSAÇÃO

4.1.-Cauções de Ações	600,00		
4.2.-Seguros em Vigor	357.000,00		
4.3.-F.G.T.S.	<u>37.369,01</u>	<u>394.969,01</u>	

9.010.591,83

Antônio Ferreira Jorge
 Antônio Ferreira Jorge
 Diretor-Presidente
 C.P.F.-M.F. nº 000345412

Manuel Ferreira Jorge
 Manuel Ferreira Jorge
 Diretor
 C.P.F.-M.F. nº 007681542

Pedro José Martin de Mello
 Pedro José Martin de Mello
 Contador-DEC. 75412
 C.R.C. nº 0565-Pa.
 C.P.F.-M.F. nº 000646452

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS EM 31.12.76**1.- RENDAS OPERACIONAIS****1.1.-Vendas de Produtos**

Tributados e não Tributados

8.784.429,31

Salvador, Indústria e Comércio S/A - SINCOSA**2.-Vendas de Mercadorias**

Tributadas e não Tributadas

3.858.989,09

12.643.418,40

- CUSTO DOS PRODUTOS E DAS MERCADORIAS8.258.296,63**- LCURO BRUTO**4.385.121,77**- DESPESAS COM VENDAS****.1.-I. C. M.**

1.052.453,77

.2.-Outras251.792,75

1.304.246,52

- GASTOS GERAIS**.1.-Honorários da Diretoria**

270.000,00

.2.-Despesas de Pessoal

376.127,90

.3.-Impostos e Taxas

247.483,91

.4.-Encargos Sociais

335.133,50

.5.-Outros Gastos383.229,901.611.975,21**- LUCRO OPERACIONAL**

1.468.900,04

- RENDAS NÃO OPERACIONAIS

188.546,04

- REVERSÃO DE PROVISÕES**1.1.-Provisão ICM (PN-CST nº 70/72)**565.795,60**- LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**2.223.241,68**1.- PROVISÕES****10.1.-Provisão para Cobrança Duvidosa**

45.751,00

10.2.-Provisão ICM (PN-CST nº 70/72)511.035,85556.786,85**1.- RESERVAS**

1.666.454,83

11.1.-Reserva Legal (D.L. 2627)

111.162,00

11.2.-Reserva p/manut, de Capital de Giro Próprio950.503,831.061.665,83**2.- LUCRO A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.**

604.789,00

Antônio Ferreira Jorge
 Antônio Ferreira Jorge
 Diretor-Presidente
 CPF-MF. nº 000345412

Manuel Ferreira Jorge
 Manuel Ferreira Jorge
 Diretor
 CPF-MF. nº 007681542

Pedro José Martin de Mello
 Pedro José Martin de Mello
 Contador-DEC. 75412
 C.R.C. nº 0565-Pa.
 CPF-MF. nº 000646452

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal de Salvador, Indústria e Comércio S.A., após examinarem o Relatório da Diretoria, bem como os livros e documentos comprobatórios das operações do ano de 1976, manifestam-se, favoravelmente, à aprovação

Salvador, Indústria e Comércio S/A. - SINCOSA

das contas do declinado ano, consubstanciados no Balanço e Demonstrativo dos Resultados, e recomendam à Assembléia Geral Ordinária respectiva, a aceitação das aludidas sínteses contabilísticas.

Belém, 10 de janeiro de 1977

aa) Octávio Augusto de Bastos Meira
CPF. nº 000.410.762

Paulo Petrucelli
CPF. nº 000.606.232

Raimundo Rodrigues da Silva Braga
CPF. nº 000.266.702

(Ext. Reg. nº 2.197 — Dia: 20/4/77)

Cosmorama S/A. - Vidros e Materiais de Construção

C.G.C. 04.912.788/0001-63

Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1976, a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de Abril de 1976.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação e julgamento de V.Sas., as Contas de nossa gestão, referentes ao ano de 1976.

Ficamos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que porventura julgarem necessários.

Belém, Pará, 18 de Março de 1976

Joaquim Nunes Alves - Dir. Presidente

Osmar de Moura A. Mendes - Dir. Comercial

João Pedro A. da Cruz - Dir. Vice-Presidente

José Peres - Dir. Técnico

Oswaldo de Moura A. Mendes - Dir. de Finanças

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

ATIVO

IMOBILIZADO

Imóveis; Construção; Maquinismos; Móveis e Utensílios; Instalações e Veículos	2.020.285,21	
Investimentos; Depósitos p/ Investimentos e FINAM		
Fundo de Investimento da Amazônia	359.170,88	
Consortio Balauto	9.538,00	
Correção Monetária do Ativo Imobilizado	<u>106.894,86</u>	2.495.888,95

DISPONÍVEL

Caixa e Bancos		348.239,84
----------------------	--	------------

REALIZÁVEL

Mercadorias	2.766.517,06	
Títulos a Receber; Pagamentos Antecipados; Devedores Diversos e Adiantamentos a Empregados	<u>1.928.119,37</u>	4.694.636,43

PENDENTE

Despesas Diferidas		9.996,82
--------------------------	--	----------

COMPENSAÇÃO

Ações Cauçionadas	50.000,00	
Contratos de Seguros	<u>2.395.000,00</u>	<u>2.445.000,00</u>
		<u>9.993.762,04</u>

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL

Capital	1.920.000,00	
Reserva Legal	97.256,78	
Reserva p/ Garantia de Dividendos	97.256,78	
Reserva da Correção Monetária	98.681,81	
Reserva p/ Manutenção de Capital de Giro Próprio.	<u>1.061.629,00</u>	

Cosmorama S/A. - Vidros e Materiais de Construção

Lucros Suspensos	545.705,18	
Provisão p/ Créditos Duvidosos	48.077,37	
Provisão p/ Depreciação do Ativo Imobilizado	55.600,33	
Provisão p/ Depreciação da Correção Monetária ...	4.965,64	
Correção Monetária das Depreciações	8.213,05	3.937.385,94
EXIGÍVEL		
Fornecedores	1.175.216,18	
Títulos Descontados	1.006.976,38	
Obrigações Fiscais; Obrigações Sociais; Contas a Pagar; Credores Diversos e Recebimentos Antecipados	665.016,21	2.847.208,77
PENDENTE		
Saldo à Disposição da Assembléia Geral		764.167,33
COMPENSAÇÃO		
Caução da Diretoria	50.000,00	
Valores Segurados	2.395.000,00	2.445.000,00
		9.993.762,04

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

RESULTADOS NEGATIVOS:-	DÉBITO	
Despesas Tributárias	978.538,62	
Despesas Administrativas	1.922.029,34	
Despesas Financeiras	164.645,86	
Despesas de Manutenção de Capital de Giro Próprio	751.197,00	
Depreciações	25.085,61	
Provisão p/ Créditos Duvidosos	48.077,37	3.889.573,80
LUCRO LÍQUIDO		
Reserva Legal	42.453,74	
Reserva p/ Garantia de Dividendos	42.453,74	
Saldo à Disposição da Assembléia Geral	764.167,33	849.074,81
		4.738.648,61

RESULTADOS POSITIVOS:-	CRÉDITO	
Mercadorias		3.954.324,68
Renda de Prestação de Serviços		652.406,95
Outras Renda		131.916,98
		4.738.648,61

Belém, Pará, 31 de Dezembro de 1976

Francisco Moreira Pacheco-Contador
CRCPa. 0584 e CPF nº 000588312Osmar de Moura A. Mendes-Dir.Comercial
CPF nº 001330532José Peres-Dir.Técnico
CPF nº 001380372Joaquim Nunes Alves - Dir.Presidente
CPF nº 000625452João Pedro A. da Cruz-Dir.Vice-Presidente
CPF nº 000625022Osvaldo de Moura A. Mendes-Dir.de Finanças
CPF nº 001146342**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No desempenho de nossas atribuições de Conselheiros Fiscais da COSMORAMA S/A - VI DROS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, procedemos a metuculoso exame nas Contas da Diretoria referentes ao ano de 1976, encontrando tudo exato, pelo que, recomendamos a sua aprovação.

Belém, Pará, 18 de Março de 1976

Benjamin Marqães - CPF nº 000436212

Ruy Afonso da Cruz Vinagre - CPF nº 000418072

José Tavares - CPF nº 004377602

Figueiredo Mendonça S/A. - Aparelhos Domésticos

C. G. C. 04907507/0001 - 84

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo os dispositivos legais e estatutários, vimos submeter à apreciação de Vsa. Sas., as demonstrações do BALANÇO GERAL e CONTA DE LUCROS E PERDAS de nossa Empresa, referentes ao exercício de 1.976. Permanecemos ao inteiro dis- por dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimento sobre as Contas apresentadas.

ELY DE SOUZA ALCANTARINO

Diretor - CPF 004574772

CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH

Diretor - CPF 000504152

Atenciosamente

LUIZA RODRIGUES VASQUES

Diretor - CPF 001376932

SÉRGIO FACIOLA DE SOUZA MENDONÇA

Diretor - CPF 009055182

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31.12.1976

= A T I V O =		= P A S S I V O =	
a) IMOBILIZADO		g) INEXIGÍVEL	
Móveis e Utensílios.....	52.580,72	Capital.....	1.000.000,00
Imóveis.....	519.666,61	Fundo de Reserva Le gal.....	72.301,35
Instalações.....	53.496,60	Fundo p/Depreciações	58.441,89
Veículos.....	30.717,00	Fundo de Provisão..	65.179,88
Correções Monetárias.....	52.364,53	Reserva de Manut.de	
Ações de Outras Companhias	29.224,34	Cap.Giro Próprio..	179.447,00
b) DISPONÍVEL		Lucros Suspensos...	13.604,27
Caixa e Bancos		h) EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	1.388.974,39
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		Fornecedores.....	3.102.324,47
Estoque.....	432.857,60	Títulos a Pagar....	160.000,00
Efeitos a Recaber.....	2.139.716,51	Obrigações Social a	
INPS c/Salário Família...	753,00	Recolher.....	23.765,73
d) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		Obrigações Tributá- rias a Recolher..	1.738,20
Contas Correntes.....	2.110.061,25	Contas a Pagar.....	267.809,13
Clientes.....	555.175,67	i) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.555.637,53
Depósitos à Ordem da Sudam	30.865,60	Crédito Direto ao	
Depósitos Compulsórios....	1.679,09	Consumidor.....	522.097,26
e) PENDENTE		Empréstimos Bancári os.....	1.272.097,26
Despesas Diferidas.....	9.680,20	j) PENDENTE	
f) COMPENSAÇÃO		Saldo à Disposição	
Contratos de Seguros em VI gor.....	1.900.000,00	da A.G.O.	483.322,41
Ações Cauçionadas.....	120,00	k) COMPENSAÇÃO	
		Bens Segurados.....	1.900.000,00
		Caução da Diretoria	120,00
			8.600.151,59

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, EM 31.12.1976

= C R E D I T O =		= D E B I T O =	
Lucro na Venda de Mercadorias		Despesas Administrativas, Pessoal,	
Outras Receitas.....		Encargos Sociais, Despesas Finan	
		ceiras e Tributos.....	
		Fundo p/ Depreciações.....	
		Fundo de Provisão.....	
		Reserva de Manutenção de Capital :	
		de Giro Próprio.....	
		Distribuição dos Resultados:	
		Fundo de Reserva Legal 25.438,02	
		Saldo à Disposição da	
		A.G.O.	
		483.322,41	
		508.760,43	
		2.407.571,93	
		=====	

Belém, 31 de dezembro de 1.976

a) ALBERTINO FERREIRA RIBEIRO
Tec. Contabilidade - CRC-PA 1.109
CPF 007941632-20

aa) ELY DE SOUZA ALCANTARINO - Diretor
LUIZA RODRIGUES VASQUES - Diretor
CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH - Diretor
ILMAR MENDES LIMA - Diretor
SERGIO FACIOLA DE SOUZA - Diretor
MENDONÇA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, componentes do Conselho Fiscal da Empresa FIGUEIREDO MENDONÇA S/A - APARELHOS DOMESTICOS, em reunião conjunta no Escritório da Sociedade, examinamos o Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, compulsando os documentos referentes ao exercício findo, e, tendo encontrado tudo em ordem, somos de parecer que tais documentos e contas da Diretoria, devam ser aprovados, pelos Senhores Acionistas.

Belém, 16 de abril de 1.977

aa) Sérgio Torres do Carmo
Alberto Soares
Tereza Vidal Gomes Coêlho

Companhia Nacional de Pecuária

C.G.C. M.F. — 05.082.730/0001-00
RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS,

A Diretoria da Companhia Nacional de Pecuária, cumprindo disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório, o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976, bem

como o Parecer do Conselho Fiscal. Fica a Diretoria ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. Belém, 11 de março de 1977. Ass.) Augusto Bento Pontes, Marco Aurélio Costa Vahia de Abreu e Eduardo Costa Vahia de Abreu.

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

— A T I V O —		— P A S S I V O —	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Caixa	40.187,44	Fornecedores	4.488,40
Bancos	216.533,93	Contas a Pagar	5.532,06
REALIZÁVEL		Financiamentos Bancários	4.999.440,00
Conta a receber	8.630,90		5.009.460,46
IMOBILIZADO		NÃO EXIGÍVEL	
Imóveis	8.500.000,00	Capital	11.281.322,00
Imóveis c/Cor. Monetária	1.944.000,00	Reserva Reav. Ativo Imobilizado	22
Construções	191.252,55	Reserva p/Aumento de Capital	1.718.249,61
Máquinas, Motores e Equipamentos	268.832,97		12.999.571,83
Máq.Mot.e Equip.c/Cor.Monetária	49.436,47		
Veículos	36.500,00	RESULTADO PENDENTE	
Veículos c/Cor. Monetária	8.760,00	Recursos do Proterra	26.000,00
Móveis e Utensílios	51.548,60	COMPENSAÇÃO	
Móveis e Utensílios c/Cor. Monet.	2.850,36	Caução da Diretoria	300,00
Ferramentase Inst.Ag.e Pecuários	43.088,52	Comodato de Mercadorias	15.739,57
Pastagens	2.193.823,77		
Pastagens c/Cor. Monetária	336.000,00		
Obras de Infra-Estrutura	94.560,00		
Instalações Pecuárias	575.896,97		
Animais de Trabalho	23.800,00		
Rebanhos	2.487.877,71		
RESULTADO PENDENTE			
Despesas Diferidas	23.142,96		
Recursos do Proterra	26.000,00		
Lucros e Perdas	912.309,14		
COMPENSAÇÃO			
Caução da Diretoria	300,00		
Mercadorias em Comodato	15.739,57		
TOTAL DO ATIVO	18.051.071,86	TOTAL DO PASSIVO	18.051.071,86

DEMONSTRATIVO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1976

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas		125.680,70
Despesas	1.037.989,84	
Prejuízo no Exercício	912.309,14	
TOTAIS	1.037.989,84	1.037.989,84

Transcrito do Livro Diário nº 1 fls. 65/68
Belém, 31 de dezembro de 1976.

Augusto Bento Pontes
Diretor-Presidente
CPF. 002963507-10

Carlos de Almeida Kasprzykowski

Rua Capitão Rezende, 206 C/24 - Ap. 201 Rio de Janeiro - RJ. - Tel.
201-8811 - Contador - CRC-PA S-307 - CPF. 042013707-63

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Pecuária, tendo examinado a escrituração, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de

1976, são de parecer que sejam aprovadas as contas prestadas pela Diretoria e atos por ela praticados. Belém, 14 de janeiro de 1977. Ass.)
Evaristo Baptista da Silva Terra, Marcel Augusto de Almeida Kasprzykowski e Antonio Carreira.

(Ext. Reg. - nº 2153 - Dia: 20.04.77)

HOTAMA-Hotéis de Turismo da Amazônia S.A.

CGC. MF. Nº 04972915/0001
AVISO

Avulsamos aos senhores acionistas da nossa Sociedade, que se encontram à disposição dos mesmos na sede social o Relatório da Diretoria, o Ba-

lanço Geral, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31.12.76.

CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede social da Empresa à Av. Braz de Aguiar nº 612, às 17 horas do dia 29 de abril do ano em curso.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 1671 - Dias: 5, 12 e 20.04.77)

F. Aguiar S/A - Comércio e Representações

C.G.C. - 04897039/0001 - 04

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES AÇIONISTAS:

Cumprindo os dispositivos legais e estatutários, vim apresentar-vos para apreciação e julgamento, o Relatório desta Diretoria, acompanhada do Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1.976.

Em que pese os resultados verificados nesse exercício, colocamo-nos interiramente ao vosso dispor para quaisquer esclarecimentos, se necessários à sua perfeita elucidação.

Atenciosamente.

aa) LUIZA RODRIGUES VASQUES
Diretor - CPF 001.376.932

ELY DE SOUZA ALCANTARINO
Diretor - CPF 004.574.772
SERGIO FACIOLA DE SOUZA MENDONÇA
Diretor - CPF 009.055.182

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31/12/76
(Compreendendo Matriz e Filial)

= A T I V O =		= P A S S I V O =	
a) DISPONIVEL		e) INEXIGIVEL	
Caixa e Bancos.....		Capital.....	2.200.000,00
b) REALIZAVEL A CURTO PRAZO	945.768,97	Fundo de Reserva Legal..	111.070,09
Estoque.....	2.679.971,44	Fundo p/Depreciações....	137.351,92
Efeitos a Receber.....	4.612.815,33	Fundo de Provisão.....	141.430,46
I.N.P.S.c/Salário Família.	1.144,56	Reserva de Manutenção...	
c) REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.293.931,33	Capital de Giro Próprio.	538.788,00
Contas Correntes.....	2.590.403,19	Lucros Suspensos.....	37,45
Clientes.....	965.524,56	h) EXIGIVEL A CURTO PRAZO	3.128.677,92
Depósitos Compulsórios....	3.874,17	Fornecedores.....	5.886.665,86
d) IMOBILIZADO	3.559.801,92	Titulos a Pagar.....	530.000,00
Imóveis.....	328.496,80	Obrigações Sociais a Re-	
Móveis e Utensílios.....	98.520,80	colher.....	37.975,07
Instalações.....	57.661,14	Obrigações Tributárias..	
Veículos.....	67.291,80	a Recolher.....	39.003,48

Correções Monetárias.....	371.971,78	Contas a Pagar.....	361.670,90	6.855.315,31
Ações de outras Companhias	117.747,33	i) EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
e) PENDENTE		Contas Correntes.....	521.444,00	
Despesas Diferidas.....		Crédito Direto ao Consu- midor.....	707.369,49	
f) COMPENSAÇÃO		Empréstimos Bancários....	1.000.000,00	2.228.813,49
Ações Cauçionadas.....	400,00	j) PENDENTE		
Contratos de Seguros em v. vigôr,,.,.,.,.,.,.,.,.	3.000.000,00	Saldo à disposição da ..		
		A.G.O.....		641.736,95
		k) COMPENSAÇÃO		
		Caução da Diretoria.....	400,00	
		Bens Segurados.....	3.000.000,00	3.000.400,00
				15.854.943,67
				=====

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

= CRÉDITO =		= DÉBITO =	
Lucros na Vendas de Mercadorias	4.149.103,18	Despesas Administrativas,.....	
Outras Receitas.....	284.211,78	Despesas c/ Pessoal, Despesas....	
		Financiarias, Encargos Sociais....	
		Tributos e Outras.....	
		Fundo p/ Depreciações.....	3.048.178,80
		Fundo de Provisão.....	32.441,14
		Reserva de Manutenção de Ca-...	138.384,45
		pital de Giro Próprio.....	538.788,00
		Distribuição dos Resultados	
		Fundo de Reserva Legal	33.775,62
		Saldo à Disposição da A.G.O..	641.736,95
			=====
	4.433.304,96		675.512,57
	=====		4.433.304,96
			=====

a) ALBERTINO FERREIRA RIBEIRO
Tec. Contabilidade : - CRC-PA 1.109
CPF 007941632 - 20

Belém, 31 de Dezembro de 1.976

aa) LUIZA RODRIGUES VASQUES - Diretor
ELY DE SOUZA ALCANTARINO - Diretor
SERGIO FACIOLA DE SOUZA MENDONÇA - Diretor

F. Aguiar S/A - Comércio e Representações

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós componente do Conselho Fiscal da Empresa F. AGUIAR S/A COMERCIO E REPRESENTAÇÕES, em reunião conjunto no Escritório da Sociedade, examinamos o Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, compulsando os documentos referentes ao exercício findo, e, tendo encontrado tudo em ordem, somos de parecer que tais documentos e contas da Diretoria, devam ser aprovados pelos Senhores Acionistas.

Belém, 15 de Abril de 1.977

aa) Raimundo Dhelio Guilhon

José Alves Maciel

Sérgio Torres do Carmo

(Ext. Reg. n.º 2.203 — Dia: 20/4/77)

Companhia Paraense de Abastecimento

— CIPAB —
CGC. 04918033/0001

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento a deliberação da Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 1977, convocamos os senhores acionistas da Companhia Paraense de Abastecimento-CIPAB, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em primeira convocação, no dia 27 de abril corrente às 16,00 horas, na sede social da Cia. sita à Praça Felipe Patroni s/n, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

1) Eleição dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorários e jetons.

2) O que ocorrer.

Belém-Pa, 18 de abril de 1977

FLORIVAL DE CARVALHO SODRÉ

Diretor Presidente

(Ext. Reg. n.º 2181 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Companhia Agro Industrial de Monte Alegre

CGC-MF n.º 049.539.15/0001-72

Belém-Pará

COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE MONTE ALEGRE, com sede à Trav. Padre Prudencio n.º 90, convida todos os seus acionistas com poder de deliberação, a participarem da Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1977, pelas 11:00 horas, em sua sede social no local acima indicado, a fim de deliberarem sobre a matéria a seguir discriminada:

a) Aprovação do Balanço Geral e Conta de Lucros e Perdas, Relatório da diretoria, relativo ao exercício de 1976;

b) Parecer favorável do Conselho Fiscal;

c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977;

d) Demais assuntos permitidos na Assembléia em espécie.

Belém, 13 de abril de 1977.

a) ANTONIO KOWALEWSKI

Diretor Executivo

(Ext. Reg. n.º 2049 - Dias: 19, 20 e 21.4.77)

BAMERINDUS AGRO-PASTORIL E INDUSTRIAL - SOCIEDADE ANÔNIMA

C.G.C.M.F. nº 05.162.045/0001-86

Fazenda Arroio Branco - Marabá - PA

CAPITAL AUTORIZADO: Cr\$ 91.797.034,00

CAPITAL SUBSCRITO: Cr\$ 43.196.288,00

CAPITAL INTEGRALIZADO: Cr\$ 43.196.288,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos-lhes este breve relatório, acompanhado do Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício social de 1976, juntamente com o Parecer do Conselho Fiscal.

No exercício, elevamos por duas vezes o capital autorizado: o primeiro de Cr\$ 35.000.000,00 para Cr\$ 45.000.000,00 a serem subscritos com incentivos fiscais e o segundo para Cr\$ 91.797.034,00, também mediante subscrição, sendo Cr\$ 14.250.000,00 em dinheiro, representados por Recursos Próprios e, Cr\$ 32.547.034,00 com Incentivos Fiscais.

Colocamo-nos à disposição para prestar todos os esclarecimentos adicionais que forem julgados necessários.

Marabá (PA), 5 de janeiro de 1977.

(a.) TOMAZ EDISON DE ANDRADE VIEIRA
Diretor-Presidente.

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

ATIVO		PASSIVO	
I - IMOBILIZADO		I - NÃO EXIGÍVEL	
1.1. Terras.....	32.663.898,00	1.2. Capital Autorizado.....	91.797.034,00
1.2. Pastagens.....	875.444,42	II - EXIGÍVEL	
1.3. Obras de Inf.-estrutura.....	167.787,75	2.2. Contas a Pagar.....	9.100.000,00
1.4. Instalações Pecuárias.....	13.000,00	2.4. Credores Diversos.....	198.294,11
1.6. Veículos, Mq. Ap. e Eq.	914.800,25	2.10. Financiamento.....	1.250.000,00
1.7. Móveis e Utensílios.....	5.400,48	2.12. Obrig. Trib. a Recolher.....	2.664,62
1.8. Gado.....	40.000,00		
1.9. Estudos e Projetos.....	1.250.000,00		
	35.930.330,90		
II - REALIZÁVEL			
2.1. Adiantamentos.....	656.664,52		
2.2. Contas/Correntes.....	631.618,30		
2.4. Estoques.....	307.871,65		
2.8. Rebanhos.....	95.000,00		
2.10. C/Capital a Realizar....	32.463.246,00		
	54.154.400,47		
III - DISPONÍVEL			
3.1. Caixa.....	422.510,66		
3.2. Bancos.....	9.215.084,44		
	9.637.595,10		
IV - PENDENTE			
4.1. Despesas Pré-operacionais	2.625.666,26		
TOTAL DO ATIVO	102.147.992,71	TOTAL DO PASSIVO	102.147.992,71

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

DÉBITO		CRÉDITO	
CNTAS DE RESULTADOS		CNTAS DE RECEITAS	
Contas de Produção.....	151.455,70	Vendas.....	41.600,00
Contas de Administração.....	2.570.069,83	Recultas Financeiras.....	50.000,00
		Recultas Eventuais.....	4.258,77
			95.858,77
		DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	2.625.666,26
TOTAL DO DÉBITO	2.721.525,03	TOTAL DO CRÉDITO	2.721.525,03

DIRETORIATOMAZ EDISON DE ANDRADE VIEIRA
Diretor-PresidenteJOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
Diretor-Vice-PresidenteCLÁUDIO ENOCH DE ANDRADE VIEIRA
Diretor-ComercialPEDRO MARTINEZ CERRIAN
Diretor-TécnicoVALDEVIR PEREIRA DE ARAUJO
Contador - CRC-PA - 14992-15
C.P.F.M.F. nº 157.628.669-04**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da BAMERINDUS AGRO-PASTORIL E INDUSTRIAL SOCIEDADE ANÔNIMA, no final assinados, reunidos na sede social da Empresa, tendo tomado conhecimento e examinado detidamente o Balanço Geral, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e demais documentos a que se refere o Artigo 127 do Decreto-Lei nº 2.627/1940, todos relativos ao exercício social de 1976 encontrando-os em boa ordem, é de parecer que ditos documentos podem ser aprovados pelos Senhores Acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Marabá (PA), 5 de janeiro de 1977.

(ss.) BRUNO HAUN
MAURO AFONSO PINTO CRZIMBRA
LUIZ CARLOS SALVARO

C.G.C. 05.028.048/0007-21

Senhores Acionistas:-

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

----- A T I V O -----

49.354,37

3.478,54

336.894,01

123.000,00

Cr.S 512.666,92

----- P A S S I V O -----

321.431,42

68.235,49

123.000,00

Cr. \$ 512.666,92

Companhia Agro Industrial de Monte Alegre

<u>DISPONIVEL</u>		
Caixa	3.111,26	
Bancos	4.143.003,05	
Numerários em Trânsito	80.595,87	4.226.710,18
<u>REALIZAVEL A CURTO PRAZO</u>		
Diversas Contas		162.499,82
<u>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</u>		
Diversas Contas		3.501.380,50
<u>PENDENTE</u>		
Diversas Contas		237.397,71
<u>COMPENSAÇÃO</u>		
Diversas Contas		211.405.686,00
TOTAL DO ATIVO		242.744.385,58
PASSIVO		
<u>INEXIGIVEL</u>		
Patrimônio Líquido		
Capital	21.048.056,00	
Reservas Especiais	2.773.631,14	
Créditos Especiais	7.464.547,95	31.286.235,09
<u>EXIGIVEL A CURTO PRAZO</u>		
Diversas Contas		48.980,32
<u>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</u>		
Diversas Contas		3.484,17
<u>COMPENSAÇÃO</u>		
Diversas Contas		211.405.686,00
TOTAL DO PASSIVO		242.744.385,58

SOMA e Confere o presente Balanço Geral em Cr\$ 242.744.385,58 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E OITENTA E CINCO CRUZEIROS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

OBS: Deixamos de apresentar o Demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas em vista de a Empresa encontrar-se em fase de implantação.

Belém, 31 de Dezembro de 1976

JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO
Diretor Vice-Presidente
CPF nº014.850.087-00

ANTONIO KOWALEWSKI
Diretor Executivo
CPF nº001.768.000-00

PAULO TAVARES DE LIMA
Contador Reg. 244-15 CRC-PA
CPF nº000.189.614-87

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dez (10) dias do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e sete (1977), os membros do Conselho Fiscal da Companhia Agro Industrial de Monte Alegre, abaixo assinados, dando cumprimento ao que dispõe a legislação específica e dispositivos estatutários vigentes, após examinarem o relatório da Diretoria, o Balanço Geral, o Caixa e bem assim

Companhia Agro Industrial de Monte Alegre

os documentos e comprovantes referentes ao exercício de 1976, aprovam unanimemente dito Balanço, e recomendam aos Senhores Acionistas a aprovação de todas as contas do mencionado exercício, sem restrições.

Belém, 10 de março de 1977

Joaquim Nunes Alves

Alfredo Silva de Moraes Rêgo

Nicolau Cruz Soares da Costa

(Ext. Reg. nº 2.207 — Dia: 20/4/77)

Cimentos do Brasil S/A. - CIBRASA

CGC(MF) nº 04.898.425/0001-10

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Atendendo disposição legal estatutária, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Geral da empresa do exercício de 1976, acompanhado da respectiva demonstração da conta de resultado e parecer do Conselho Fiscal.

Belém, 15 de abril de 1977

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31.12.1976

A T I V O

IMOBILIZADO

Imobilizações Fixas.....	193.313.896,11	
Imobilizações Financeiras.....	2.882.534,89	196.196.431,00

DISPONIVEL

Caixas.....	902.040,40	
Bancos.....	5.810.817,00	
Numerários em Transito.....	488.716,50	7.201.573,90

REALIZAVEL A CURTO PRAZO

Devedores.....	9.802.926,20	
Existências.....	31.018.842,80	40.821.769,00

REALIZAVEL A LONGO PRAZO

Diversas Contas.....		146.323.522,16
----------------------	--	----------------

PENDENTE

Diversas Contas.....		5.206.680,39
----------------------	--	--------------

COMPENSAÇÃO

Diversas Contas.....		57.154.952,09
----------------------	--	---------------

TOTAL DO ATIVO

452.904.928,54

P A S S I V O

INEXIGIVEL

Patrimônio Líquido

Capital.....	47.092.364,00	
Reservas, Provisões e Créditos Especiais	270.098.488,57	317.190.852,57

EXIGIVEL A CURTO PRAZO

Diversas Contas.....		69.039.028,87
----------------------	--	---------------

Cimentos do Brasil S/A. - CIBRASA**EXIGIVEL A LONGO PRAZO**

Diversas Contas..... 7.064.448,91

PENDENTE

Diversas Contas..... 2.455.646,10

COMPENSAÇÃO

Diversas Contas..... 57.154.952,09

TOTAL DO PASSIVO

452.904.928,54

SOMA e Confere o presente Balanço Geral em Cr\$ 452.904.928,54 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E QUATRO MIL E NOVECENTOS E VINTE E OITO CRUZEIROS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO

Diretor Vice-Presidente

CPF nº 014.850.087-00

ANTONIO KOWALEWSKI

Diretor Executivo

CPF nº 001.768.000-00

PAULO TAVARES DE LIMA
Contador Reg. 244-IS CRC-Pá.

CPF nº 000.189.614-87

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

DÉBITO

Diversas despesas administrativas

Ordeados e Salários, Encargos Sociais e
Trabalhistas, Seguros, Impostos e Taxas
Gastos Gerais, Honorários, Provisões p/De
preciações, Amortizações, Exaustão, Reser
vas Legais e Estatutárias.

53.355.958,56

CRÉDITO

Resultado Industrial
Outras Rendas

53.355.921,90
36,66

TOTAL

53.355.958,56

SOMA e Confere a presente Demonstração da Conta de Lucros e Perdas a importância supra de Cr\$ 53.355.958,56 (CINQUENTA E TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO CRUZEIROS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

Belém, 31 de Dezembro de 1976

JOÃO PEREIRA DOS SANTOS FILHO

Diretor Vice-Presidente

CPF nº 014.850.087-00

ANTONIO KOWALEWSKI

Diretor Executivo

CPF nº 001.768.000-00

PAULO TAVARES DE LIMA

Contador Reg. 244 - IS CRC-Pá

CPF nº 000.189.614-87

Cimentos do Brasil S/A. - CIBRASA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dez (10) dias do mês de março do ano de mil, novecentos e setenta e sete (1977), os membros do Conselho Fiscal de Cimentos do Brasil S/A-CIBRASA, abaixo assinados, dando cumprimento ao que dispõe a legislação específica e dispositivos estatutários vigentes; após examinarem o Relatório, o Balanço Geral, o Caixa, bem assim os documentos e comprovantes referentes ao exercício de 1976, aprovam unanimemente dito Balanço e recomendam aos Senhores Acionistas a aprovação de todas as contas do mencionado exercício sem restrições.

Belém, 10 de março de 1977

Afonso Gadelha Sima
CPF-000.563.162

Osvaldo Nasser Tuma
CPF-000.491.152

Benjamim Marques
CPF-000.436.212

(Ext. Reg. nº 2.206 — Dia: 20/4/77)

Companhia de Desenvolvimento Agro- Pecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará - CIDAPAR -

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

C.G.C. - MF Nº05.770.003/0001

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta empresa a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 1977, às 11:00 horas, na sede social da sociedade, localizada à Praça da Bandeira, nº90, nesta cidade, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Leitura, discussão e apreciação do relatório da Diretoria e Balanço Geral relativos ao exercício encerrado em 31.12.76;

b) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e;

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Belém, 19 de abril de 1977.

a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº2121 - Dias: 19, 20 e 21.04.77)

MAPASA - Madeiras do Pará S.A.

CGC. - 04.894.960/0001-01

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas de MAPASA - MADEIRAS DO PARÁ S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 1977, às 20 horas, em sua sede social à Praça Magalhães nº 333, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) Aumento do Capital Social;

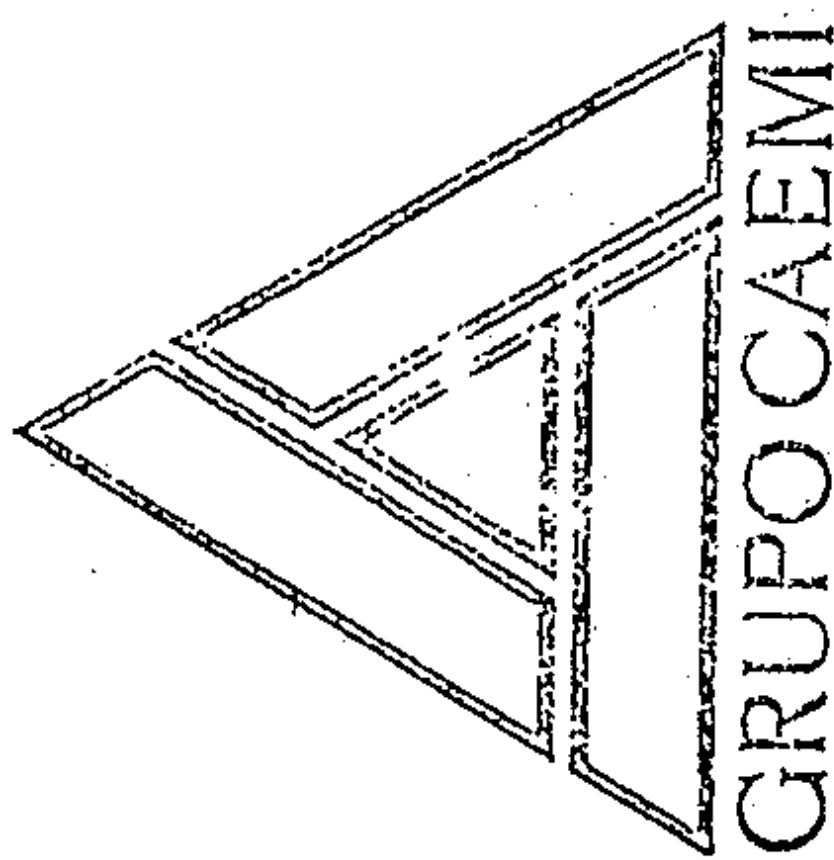
b) Alteração dos Estatutos; e

c) O que ocorrer.

Belém, 14 de abril de 1977.

ANTONIO PEREIRA VINAGRE
Presidente

(Ext. Reg. nº 2105 Dias: 16, 19 e 20/04/77)



Companhia Agro Pecuária do Pará

CGC nº 004.941.795/0001
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Temos o prazer de apresentar-lhes o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal do Exercício findo em 31 de dezembro de 1976, que expressam os resultados das atividades da nossa Companhia até a referida data.

No segundo semestre, a região da Fazenda foi afetada pela seca, a mais severa desde o início do projeto, que dificultou as operações. Apesar disso, a Fazenda superou o período sem danos irrecuperáveis para as pastagens e rebanhos.

A área de pastagens já formada, em 31/12/76, foi de 16.000 ha. e, com pastagens a serem plantadas em janeiro de 1977, totalizará 20.000 ha. com lotação para 17.000 cabeças de gado. O rebanho atual é de 11.107 cabeças de diversas raças, todas em excelente estado sanitário. A operação de engorda já permitiu a venda de 1.550 cabeças de gado gordo para o mercado regional, estimando-se em 4.500 cabeças a venda no exercício de 1977.

Para atender as plantações e adubações aéreas nas glebas novas, foi construída uma segunda pista de pouso. Está sendo levado um intensivo programa de pesquisas e experimentos zootécnicos e agronômicos. Experiência com gado de diversas raças, levada a cabo na Fazenda, permitem a aquisição de conhecimento sobre o comportamento do mesmo nas condições climáticas da Amazônia, rapidez de engorda, estado sanitário e adaptabilidade à região. Foi constatado que os touros da raça Santa Gertrudis tiveram rápida e fácil adaptação e que os bezerros de primeira desmama do 1/2 sangue de Santa Gertrudis alcançaram um peso superior à média do Brasil Central.

As pesquisas agronômicas e agrobiológicas conduzidas pelo pessoal da Fazenda com a assistência da equipe contratada do Ibec Research Institute - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - IRI-EMBRAPA, têm por objetivo as experiências para determinar o tipo de pastagens, leguminosas e adubos de melhor rendimento nas condições do solo de que dispomos.

Paralelamente está sendo desenvolvido o trabalho de assistência social aos trabalhadores. Com a cooperação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e OPAS - Organização Pan Americana de Saúde, desde 1975, está em execução um esquema de combate à malária, que tem obtido resultados altamente positivos.

Desde novembro de 1975, a empresa está filiada à Fundação Caemi de Previdência Social, assegurando a seu pessoal a complementação da aposentadoria e outros benefícios previstos nos estatutos da Fundação.

Em 1976, foi aplicada a totalidade dos incentivos fiscais autorizados pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com realização de cerca de 55% do programa previsto no projeto original. A reformulação do projeto, submetida à SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, foi aprovada pelo seu Conselho através da Resolução nº 2.812, em 17.12.76. O projeto reformulado eleva de Cr\$ 20,5 milhões para Cr\$ 126,8 milhões a participação dos recursos administrativos pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Cr\$ 49 milhões já foram adiantados pelos acionistas para permitir a continuação e cumprimento do programa enquanto se aguarda o ingresso de fundos provenientes de nova captação de incentivos.

Cumpre-nos agradecer à SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, OPAS - Organização Pan Americana de Saúde, BASA - Banco da Amazônia S/A e BEP - Banco do Estado do Pará as atenções recebidas pela nossa empresa. Finalmente, cumpre-nos agradecer a dedicação de todos os nossos funcionários que tornou possível o desenvolvimento do projeto no exercício findo.

Belém (Pa.), 14 de março de 1977
A DIRETORIA

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES Nº 04941795/0001-93

Companhia Agro Pecuária do Pará

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

Vendas			
No país	5.715.317,72	Resultado operacional	1.001.843,14
Custo dos produtos vendidos	(4.144.491,10)	Resultados não operacionais	
Lucro Bruto	1.570.826,62	Outras receitas	
MENOS: Amortização de despesas pré-operacionais	568.983,48	Lucro líquido do exercício	507.556,57
		Cr\$	<u>1.509.399,71</u>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS

Saldo em 31 de dezembro de 1975	(649.735,06)
Lucro líquido do exercício	<u>1.509.399,71</u>
Saldo em 31 de dezembro de 1976	Cr\$ <u>859.664,65</u>

FRANCIS LANSDALE HERBERT
Diretor-Presidente

ANDRÉ DE FARIA PEREIRA, filho
Diretor

GUILHERME DE SOUZÁ CASTRO CARDOSO
Diretor

NAPOLEÃO MORAES MUNHOZ
Diretor

FRANCISCO WIECZOREK
Diretor

LAURISTON JOS LANE
Diretor

RUBEM GUIMARÃES RODRIGUES
TC - CRC - PA/3280

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ilmos Srs. Acionistas da
COMPANHIA AGRO PECUARIA DO PARÁ
Belém - Est. do Pará

Diretoria da Sociedade, para os fins do artigo 127 inciso III do
Decreto-Lei nº 2627, de 1940.

Examinamos os documentos relativos ao exercício social findo
em 31 de dezembro de 1976, que nos foram apresentados pela

Baseados no exame efetuado e nas informações e explicações
suplementares obtidas da Diretoria, somos de parecer que as contas
apresentadas merecem aprovação dos senhores acionistas.

Belém, 14 de março de 1977.

DOMINGOS SALVA

WILTON SANTOS BRITO

JOÃO EMYGDIO PIRES DE CAMPOS

(Ext. Reg. nº 2.179 — Dia: 20/4/77)

Empresa de Águas Nossa Senhora de Nazaré S.A.

C.G.C. 04896155/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

1. Cumprindo com as determinações legais e estatutárias, a Diretoria da Empresa de Águas N.S. de Nazaré S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, o presente Relatório, encerrado em 31.12.76, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstrativo da Conta " Lucros e Perdas" e o Parecer do Conselho Fiscal.
2. Dando sequência ao plano de expansão da Empresa, concluímos as construções civis iniciadas no exercício anterior, assim como a montagem dos equipamentos importados, colocando nossa Empresa dentre as mais avançadas na técnica de engarrafamento de água mineral.
3. Buscamos dar maior fluxo no aproveitamento da mina de água mineral Nossa Senhora de Nazaré, criando uma subsidiária a Indaiá Nazaré Águas Minerais S.A., permitindo que a nova Empresa se utilize da fonte engarrafando água mineral em recipientes de dezenove litros.
4. O setor comercial da Empresa, tem procurado dinamizar as vendas para que alcance o ideal desejado, já que a produção cobre as rotas locais e hoje conquistamos outros mercados.
5. Com referência ao resultado apresentado achamos normal, dado aos investimentos realizados na fonte e instalação do escritório.
6. Finalizando, desejamos agradecer a todos que direta ou indiretamente tem colaborado e contribuído para o progresso de nosso empreendimento.

Belém (Pa), 10 de janeiro de 1977.

Joaquim Dias
Presidente
CPF 000394382

Alberto Dias Neves
Diretor Comercial
CPF 000352972

José Maria Martins Dias
Diretor Superintendente
CPF 000798802

Manoel Dias Lopes
Diretor Financeiro
CPF 000353002

Empresa de Águas Nossa Senhora de Nazaré S.A.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 1976

"A T I V O"DISPONÍVEL

Caixa.....	80.676,39	
Depósitos Bancários.....	80.284,25	160.960,64

REALIZÁVEL - A Curto Prazo

MateriaI auxiliar de Fabricação	52.223,50	
Contas a Receber.....	229.585,13	
Títulos a Receber.....	80,00	
Grades e Garrafas.....	187.772,44	
Almoxarifado.....	9.605,06	
Importação em Andamento.....	13.275,82	
Acionistas.....	225,00	
Contas Correntes.....	119.661,07	612.428,02

A Longo Prazo

Recolhimentos Compulsórios....	4.291,62	616.719,64
--------------------------------	----------	------------

IMOBILIZADO

Imóveis de Uso.....	10.104,51	
Móveis e Utensílios.....	22.516,17	
Máquinas e Equipamentos.....	101.639,11	
Correção Monetária do Ativo...	628.868,02	
Obras em Construção.....	227.626,06	
Instalações.....	15.501,23	
Imobilizações Financeiras.....	638.315,45	1.644.570,55

PENDENTE

Prejuízos a Ressarcir.....	132.846,65	
Insuficiências de Depreciações	63.324,90	
Imposto de Renda - Dec. Lei 401/	14,40	196.185,95

COMPENSADO

Ações Caucionadas.....	200,00	
total do ativo.....		2.618.636,78

"P A S S I V O"EXIGIVEL - a Curto Prazo

Obrigações Estatutárias.....	1.653,06	
Obrigações Fiscais.....	1.324,53	
F.G.T.S. a Depositatar.....	2.826,58	
Contribuições de Prev.Social.....	6.852,45	
Contas a Pagar.....	78.049,03	90.705,65

a Longo Prazo

Acionistas e Diretores.....	773.114,41	
Credores por Financiamentos.....	522.973,00	1.296.087,41
		1.386.793,06

NÃO EXIGIVEL

Capital.....	750.000,00	
Reserva Legal.....	59.556,70	
Reserva p/Garantia de Dividendos..	31,79	
Fundos.....	422.055,23	1.231.643,72

COMPENSADO-

Caução da Diretoria.....	200,00	
--------------------------	--------	--

Total do Passivo.....cr\$ 2.618.636,78

Empresa de Águas Nossa Senhora de Nazaré S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTAS DE LUCROS E PERDAS EM 31.12.1976.

" D E B I T O "

Almoxarifado.....	32.586,51
Grades.....	63.703,00
Garrafas.....	64.308,90
Despesas Administrativas.....	461.690,73
Despesas de Propaganda.....	140.963,49
Despesas Tributárias.....	35.540,49
Despesas Financeiras.....	41.417,09
Despesas de Tranzações Eventuais.....	21.400,00
Prejuizos a Ressarcir.....	72.249,88
TOTAL DO DEBITO	933.860,09

" C R E D I T O "

Ressarcimento de despesas.....	86.027,20
Rendas Diversas.....	22.454,98
Receitas de Tranzações Eventuais.....	300.000,00
Produtos.....	525.377,91
TOTAL DO CREDITO.....	933.860,09

Belém(PA_, 10 de janeiro de 1977

ALBERTO DIAS NEVES - Diretor Comercial

MANOEL DIAS LOPES - Diretor Financeiro

JOSE MARIA MARTINS DIAS - Diretor Superintendente

JOAQUIM DIAS - Diretor Presidente

ERNESTO JOSÉ DE OLIVEIRA

Tec. Contabilidade CRC-Pa.1656

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros Efetivos do Conselho Fiscal da Empresa de Águas Nossa Senhora de Nazaré S.A. no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram dedicadamente o Balanço Geral e demais contas referentes ao exercício de 1976, cotejando-os com os livros e.

Empresa de Águas Nossa Senhora de Nazaré S.A.

documentos existentes no arquivo da Sociedade, encontrando tudo em perfeita ordem. Em consequência, este Conselho é de parecer que as contas apreciadas sejam aprovadas pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Belém (Pa), 10 de janeiro de 1977.

OSCAR MOREIRA DA SILVA Dra. MARIA CONSTÂNCIA DE OLIVEIRA CARDOSO
C.P.F. 000267782 C.P.F. 028895522

DR. ODILSON FERREIRA NOVO
C.P.F. 000532282

(Ext. Reg. Nº 2243 - Dia: 20/04/77)

Fartura Agro-Industrial S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FARTURA AGRO-INDUSTRIAL S.A., REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1977.

Aos dezesseis (16) dias do mês de fevereiro de 1977, às 15:00 horas, na sede da Sociedade, na Fazenda São João, no Município de Santana do Araguaia, no Estado do Pará, presentes os acionistas, representando a totalidade das ações ordinárias com direito a voto, conforme se comprova pelo Livro de Presença, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária da FARTURA AGRO-INDUSTRIAL S.A. - Assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Presidente da Sociedade, Sr. WILSON LEMOS DE MORAES, que convidou para Secretário o Sr. RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO. Constituída à mesa, o Sr. Presidente, constatando o comparecimento dos Senhores Acionistas representando a totalidade das ações ordinárias com direito a voto, deu por instalada a assembléia, informando que, consoante carta endereçada aos presentes, a mesma tinha por objeto a deliberação sobre o aumento do capital autorizado de Cr\$ 14.000.000,00 (Quatorze Milhões de Cruzeiros) para Cr\$ 14.655.680,00 (Quatorze Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentos e Oitenta Cruzeiros), conforme Proposta da Diretoria, desta data, cuja leitura foi procedida pelo Secretário nos seguintes termos: "PROPOSTA DA DIRETORIA: Senhores Acionistas. A Diretoria da FARTURA AGRO-INDUSTRIAL S.A., visando dinamizar as suas atividades, vem propor aumento do capital autorizado de Cr\$ 14.000.000,00 para Cr\$ 14.655.680,00 mediante a subscrição proporcional pelos senhores acionistas de 655.680 ações ordinárias a serem colocadas pelo valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma. O aumento a ser assim procedido é indispensável para que a Sociedade possa desenvolver o ritmo dos negócios sociais e a importância de Cr\$ 655.680,00 (Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentos e Oitenta Cruzeiros) deverá ser integralizada no ato, em dinheiro. Por derradeiro informamos mais que a posição do capital da Sociedade sob os ângulos de "autorizado", "subscrito" e "integralizado" dividido por natureza e classe de ações, se aprovado o aumento ora proposto, passará a ser:

ACÕES (Nat)	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	ACÕES EMITIDAS
Ord.	6.119.680	6.119.680	6.119.680	6.119.680
Pref. "A"	3.768.769	3.768.769	3.608.413	3.608.413
Pref. "B"	4.767.231	3.153.487	3.153.487	3.153.487
TOTAL	14.655.680	13.041.936	12.881.580	12.881.580

em decorrência o Art. 5º dos Estatutos deverá ser adaptado ao novo Capital Societário Autorizado, passando a ter a seguinte redação: Art. 5º - O Capital Social Autorizado é de Cr\$ 14.655.680,00 (Quatorze Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentos e Oitenta Cruzeiros), dividido em 14.655.680 (Quatorze Milhões, Seiscentas e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentas e Oitenta) ações nominativas no valor de Cr\$ 1,00 (Hum cruzeiro) cada uma, sendo 6.119.680 (Seis Milhões, Cento e Dezenove Mil e Seiscentas) de ações ordinárias ou comuns; 3.768.769 (Três Milhões, Setecentas e Sessenta e Oito Mil e Setecentas e Sessenta e Nove) de ações preferenciais Classe "A"; e 4.767.231 (Quatro Milhões, Setecentas e Sessenta e Sete Mil e Duzentas e Trinta e Uma) de ações preferenciais Classe "B", todas indivisíveis perante a Sociedade, que somente reconhecerá 1 (Hum) proprietário para cada ação. Para as ações preferenciais deve-se observar o disposto no inciso II do art. 72 do Decreto-Lei nº 60.089, de 16 de janeiro de 1967, não podendo, entretanto, ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do capital social". Esta a proposta que vimos submeter à apreciação esclarecida e deliberação dos Senhores Acionistas. Santana do Araguaia, 16 de fevereiro de 1977. (a.a.) WILSON LEMOS DE MORAES, WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR, DELSO TEIXEIRA MENDES, GENTIL JOSÉ DE CASTRO FILHO e RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO. - Esclareceu mais o Sr.

Fartura Agro-Industrial S.A.

Presidente que a Proposta da Diretoria já havia merecido parecer favorável dos membros do Conselho Fiscal, solicitando ao Secretário que procedesse a sua leitura o que foi feito: "PARECER - Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Fartura Agro-Industrial S.A., no exercício de suas atribuições estatutárias, examinaram a Proposta da Diretoria para aumento do capital social autorizado de Cr\$ 14.000.000,00 para Cr\$ 14.655.680,00 mediante a subscrição em dinheiro pelos Senhores Acionistas de 655.680 ações ordinárias, para integralização no ato, são de parecer que a mencionada Proposta deve ser aprovada, pois, consulta os interesses sociais. Santana do Araguaia, 16 de fevereiro de 1977. (a.a.) MANOEL EVANGELISTA TEIXEIRA, OLYMPIO CÂNDIDO FERREIRA, CARLOS ARTHUR NEWLANDS". O Sr. Presidente pôs a Proposta da Diretoria em discussão e, posteriormente, em votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. O Presidente declarou definitivamente aumentado o Capital Social Autorizado para Cr\$ 14.655.680,00 (Quatorze Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil e Seiscentos e Oitenta Cruzeiros), passando o art. 5º dos Estatutos a ter a redação constante da Proposta ora aprovada. Os Senhores Acionistas subscreveram e integralizaram as ações proporcionalmente à participação de cada um no capital societário. Nada mais havendo a tratar, às 16:00 horas foi encerrada a sessão, lavrando-se a ata que foi por todos assinada (a.a.) P/SUPERGASBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; JOÃO FLÁVIO TEIXEIRA LEMOS DE MORAES, Diretor. P/SUPERGASBRÁS - DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; GERALDO CARDOSO LEMOS, Diretor. P/SUPERTRANS S.A. - TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; VALDEMAR BARBOSA, Diretor Vice-Presidente. P/SUPERDATA S.A. - PROCESSAMENTO DE DADOS - MARIA DE LOURDES TEIXEIRA DE MORAES, Diretora Presidente; PIETER MAURITS RECKMAN, Diretor Vice-Presidente. P/SUPER-CORRETORA DE SEGUROS LTDA. - CARLOS ARTHUR NEWLANDS, Gerente. P/EQUIPO COMPANHIA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO, Diretor. P/ITAIPÚ - COMÉRCIO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO, Diretor. P/QUINTA RODA - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; WILSON LEMOS DE MORAES JÚNIOR, Diretor. P/SUPERCAR - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS S.A. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO, Diretor. P/ITAPURA - COMERCIAL AGRO-PECUÁRIA S.A. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor; WILSON LEMOS DE MORAES JÚNIOR, Diretor. P/UNIVERSAL - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - WILSON LEMOS DE MORAES, Diretor Presidente; RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO, Diretor. CERTIFICO SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DO ORIGINAL.

RAYMUNDO LAURO DE CARVALHO
Secretário da Assembléia

Junta Comercial do Pará
— JUCEPA —

Certifico por decisão da Primeira Turma, reunida em 23/03/77, que foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 567/77, a 1ª Via da presente Ata de Fartura Agro Industrial S/A.

Belém, 28 de março de 1977.

Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral da JUCEPA
Adalberto Acatquassú Nunes

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

Fartura Agro-Industrial S.A.

CAPITAL AUTORIZADO Cr\$ 14.655.680,00
CAPITAL SUBSCRITO Cr\$ 13.041.936,00
CAPITAL SUBSCRITO NESTA DATA Cr\$ 655.680,00
CAPITAL A SUBSCREVER Cr\$ 1.613.744,00
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE 655.680 (SEISCENTAS E CINQUENTA E CINCO MIL E SEISCENTAS E OITENTA) AÇÕES ORDINÁRIAS, DO VALOR NOMINAL DE Cr\$ 1,00 (HUM CRUZEIRO) CADA UMA, NO VALOR TOTAL DE Cr\$ 655.680,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E OITENTA CRUZEIROS).

Nome e Qualificação	Ações Possuídas	Ações Subscritas	Valor (Cr\$)	Data da Subscrição
1. SUPERGASBRÁS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima nacional, com sede na Rua São José, 90 - 16º e 17º pavimentos, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CCG - MF sob o nº 33.228.024/0001-51	2.458.800	295.056	295.056,00	17/02/77

Fartura Agro-Industrial S.A.

2. SUPERGASBRÁS - DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A., sociedade anônima nacional, com sede na Rua São José, 90 - 16º e 17º andares, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CGC-MF sob o nº 42.420.653/0001-70	546.400	65.568	65.568,00	17/02/77
3. SUPERTRANS S.A. - TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, com sede no Sítio Denver, Bairro Nova Veneza, no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, inscrita no CGC-MF sob nº 44.633.865/0001-60	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
4. SUPERDATA S.A. - PROCESSAMENTO DADOS, com sede na Rua São José, 90 - 12º andar, sala 1211, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CGC-MF sob nº 42.177.840/0001-74	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
5. SUPERCORRETORA DE SEGUROS LTDA., com sede na Rua São José, 90 - 21º pavimento, inscrita no CGC-MF sob nº 33.928.383/0001-11	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
6. EQUIPO - COMPANHIA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rodovia Presidente Dutra nº 2531, inscrita no CGC-MF sob nº 33.734.344/0001-83	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
Nome e Qualificação	Ações Possuídas	Ações Subscritas	Valor (Cr\$)	Data da Subscrição
7. ITAIPÚ - COMÉRCIO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA., com sede na Rodovia Fernão Dias, BR-381, em Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CGC-MF sob o nº 16.638.413/001-36	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
8. QUINTA RODA - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., com sede na Avenida Barão de Itapura nº 546, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CGC-MF sob nº 44.620.375/0001-20	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
9. SUPERCAR - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS S.A., com sede na Avenida Presidente Kennedy nº 2255, em Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CGC-MF sob nº 46.803.813/0001-29	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
10. ITAPURA - COMERCIAL AGRO-PECUÁRIA S.A., com sede na Fazenda São João do Atibaia - Rodovia Campinas - Mogi Mirim, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CGC-MF sob nº 44.624.179/0001-23	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
11. UNIVERSAL - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Rua São José, 90 - 17º andar (parte), autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil por despacho de 11.10.68, mediante a Carta-Patente nº A-68/3818, publicado no D.O.U. em 21.10.68, inscrita no CGC-MF sob nº 30.121.792/0001-13	273.200	32.784	32.784,00	17/02/77
TOTAL	5.464.000	655.680	655.680,00	

WILSON LEMOS DE MORAES
Diretor Presidente

Fartura Agro-Industrial S.A.Junta Comercial do Pará
— JUCEPA —

Certifico por decisão da Primeira turma, reunida em 28/03/77, que foi arquivada nesta Jucepa, sob o nº 567/77 a 1ª Via da Presente Ata de Fartura Agro Industrial S/A.
Belém, 28 de março de 1977.

Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral da JUCEPA

Adalberto Acatauassú Nunes
Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

(Ext. Reg. Nº 2155 - Dia: 20/04/77)

Fazenda Tanguro Agropecuária S.A.

C.G.C. nº 03.142.965/0001-07
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar a V. Sas., para deliberação, o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1.976, e respectiva demonstração da conta Lucros e Perdas para o exercício findo naquela data.

Estamos à disposição dos senhores acionistas para todos os esclarecimentos que julgarem necessários.

Belém, 17 de março de 1.977.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976.**A T I V O****IMOBILIZADO**

Terras	400.000,00	
Pastagens	99.975,80	
Obras de Infra Estrutura	44.135,70	
Instalações Pecuárias	310.767,35	
Construções Cíveis	23.942,33	
Veículos, Maq., Aparelhos e Equipamentos	132.445,00	
Móveis e Utensílios	10.038,80	
Gado	231.250,00	
Estudos e Projetos	151.893,41	1.404.448,39

REALIZÁVEL

Adiantamentos	63.000,00	
Contas Correntes Diretoria	2.964,81	
Rebanhos	150,00	
Capital a Realizar:		
- Ações Preferenciais:		
Classe "A" Pendente SUDAM	379.146,00	
Classe "A" Pendente BASA	56.472,00	
Classe "B" a Subscrever	94.077,00	
Classe "C" a Subscrever	28.750,00	558.445,00
Impostos a Apropriar	9.850,12	634.409,93

DISPONÍVEL

Caixa	44.085,68	
Bancos	131.427,54	175.513,22

PENDENTE

Prejuízos Suspensos ex. anteriores	991.160,67	
Prejuízos Suspensos deste exercício	476.558,25	1.467.718,92

COMPENSAÇÃO

Ações Caucionadas		300,00
	Cr\$	<u>3.682.390,46</u>

Fazenda Tanguro Agropecuária S.A.

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital:

ACÇÕES ORDINÁRIAS:

- Integralizadas 716.358,00

ACÇÕES PREFERENCIAIS:

- Classe "A" Integralizadas 1.619.377,00
 - Classe "A" Pendente SUDAM 379.146,00
 - Classe "A" Pendente BASA 56.472,00
 - Classe "B" a Subscrever 94.077,00
 - Classe "C" a Subscrever 28.750,00

2.177.822,00

2.894.180,00

EXIGÍVEL

Contas Correntes Diretoria 1.700,00
 Contas Correntes Diversas 526.343,94
 Títulos a Pagar 250.000,00
 Fornecedores 5.832,41
 Contribuições a Recolher 3.452,71

787.329,06

RESULTADO PENDENTE

I.C.M. 581,40

COMPENSAÇÃO

Caução da Diretoria 300,00

Cr\$ 3.682.390,46

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

D É B I T O

ENCARGOS DO EXERCÍCIO

Custos dos Rebanhos 50.997,55
 Despesas Administrativas 390.422,66
 Despesas Financeiras 28.153,13
 Despesas Eventuais 6.984,91

476.558,25

Cr\$ 476.558,25

C R É D I T O

PREJUÍZOS SUSPENSOS

Deste Exercício 476.558,25

Cr\$ 476.558,25

Belém, 17 de março de 1.977.

Dr. ERNESTO ASSAD ABDALLA
Diretor

Sr. ARNALDO WAGIH ABDALLA
Diretor

ANTÔNIO DANTE RAPHAEL CANCARO
Contador - CRC-IS-PA 103
CIC 271.245.178

Fazenda Tanguro Agropecuária S.A.**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da FAZENDA TANGURO AGROPECUÁRIA S.A., em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, declaram que, tendo examinado o Balanço Geral, a demonstração da Conta Lucros e Perdas e demais documentos da empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1.976, encontraram tudo em perfeita ordem, pelo que são de parecer sejam os mesmos aprovados.

Belém, 17 de março de 1.977.

Dr. PEDRO ZOGBI

St. AUGUSTO BITELLI

St. GIOVANNI BATISTA ARGENTINI
(Ext. Reg. nº 2.165 — Dia: 20/4/77)

Companhia Agropecuária do Rio Jabuti

C G C nº 05.511.399/0001

RELATÓRIO DA DIRETORIA**SENHORES ACIONISTAS:**

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Geral, Demonstrativo de Resultados e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1976.

Para quaisquer esclarecimentos esta Diretoria fica à disposição dos Senhores Acionistas.

Fazenda Rio Jabuti, Irituia, 9 de Março de 1977.

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O

DISPONÍVEL

Bens Numerários e Depósitos Bancários à Vista		142.369,12
---	--	------------

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (até 360 dias)**Créditos**

Contas a Receber de Clientes	104.359,11	
Títulos a Receber	21.674,50	
	126.033,61	
Menos: Provisão para Créditos Duvidosos	4.034,70	
Adiantamentos a Empregados e a Terceiros	21.309,49	
Contas Correntes	102.135,95	
Outros	200,00	245.644,35

Estoques

Rebanho Bovino de Engorda	576.165,37	
Madeiras	62.034,30	
Suprimentos	315.865,56	954.065,23
		1.199.709,58

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**Créditos**

Títulos a Receber	8.457,00	
-------------------------	----------	--

Valores e Bens

Participações em Outras Empresas	28.110,75	36.567,75
--	-----------	-----------

IMOBILIZADO**Imobilizações Técnicas**

Valor Histórico (inclui Cr\$ 5.843.820,50, correspondentes ao Rebanho Bovino de Cria e Bezerros em Amamentação)	13.721.467,84	
Correção Monetária	18.486.611,42	
	32.208.079,26	
Menos: Depreciações Acumuladas	9.643.074,61	22.519.004,65

PENDENTE**Despesas Diferidas**

Valores a Apropriar		105.605,25
---------------------------	--	------------

TOTAL DO ATIVO

Cr\$	<u>24.003.256,35</u>
------	----------------------

Companhia Agropecuária do Rio Jabuti

P A S S I V O

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (até 360 dias)

Fornecedores	30.948,46	
Contas a Pagar	98.618,13	
Contas Correntes-Empresas Coligadas	2.327.748,65	
Contas Correntes-Diretores	30.291,40	
Financiamentos Nacionais	4.016.066,93	
Impostos e Taxas a Recolher	116.673,97	
Folhas de Pagamento e Encargos	101.637,93	
Contas Correntes-Diversas	41.378,07	6.763.363,54

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos Nacionais		967.606,85
--------------------------------	--	------------

NÃO EXIGÍVEL

Capital Autorizado	43.000.000,00	
Menos:		
Capital a Emitir	25.571.800,00	
Capital a Subscriver	328.088,00	
	17.100.112,00	
Capital a Realizar-Recursos Fiscais	187,00	17.099.925,00
Reserva Proveniente da Correção Monetária do Ativo Imobilizado		18.122.435,99
Lucros e Perdas		
Prejuízos de Exercícios Anteriores	15.431.713,78	
Prejuízo Líquido do Exercício	3.518.361,25	18.950.075,03
		16.272.285,96

COMPENSADO

Créditos e Garantias Recebidos de Terceiros	2.081.232,00	
Garantias em Bens	21.334.784,00	
Riscos Cobertos	1.665.960,00	
Outras Contas	183.482,00	
	25.265.458,00	
Menos: Compensado no Ativo	25.265.458,00	—

TOTAL DO PASSIVO

Cr\$ 24.003.256,35

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1976

REND A OPERACIONAL BRUTA		3.840.717,94
CUSTO DA RENDA OPERACIONAL		3.721.135,83
LUCRO BRUTO		119.582,11
DESPESAS COM VENDAS		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICM	168.310,15	
Outras	116.853,20	285.163,35
GASTOS GERAIS		
Honorários da Diretoria	260.864,52	
Despesas Administrativas	2.250.707,06	
Impostos e Taxas Diversos	18.863,13	2.530.434,71
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2.187.824,86	
Menos: Apropriadas aos Custos	1.802.222,72	385.602,14
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		93.629,69
RESULTADO OPERACIONAL		(2.987.988,40)

Companhia Agropecuária do Rio Jabuti

RENDAS NÃO OPERACIONAIS

106.645,60

DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Despesas Financeiras, deduzidas Cr\$ 70.278,29 de
Rendas Financeiras
Diversas

691.320,05
94.387,35

785.707,40

PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO

(3.667.050,20)

EFEITOS DA INFLAÇÃO SOBRE O CAPITAL DE
GIRO NEGATIVO (computados para atendimento da
Portaria MF - 544/74)

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

148.688,95
Cr\$ (3.518.361,25)

LUIZ DUMONT VILLARES
Diretor-Presidente

PAULO DIEDERICHSEN VILLARES
Diretor Vice-Presidente

JOSÉ CARLOS VILELA DE ANDRADE
Diretor Executivo

ANTÔNIO JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA COSTA
Diretor Executivo

HORST FREDERICO JOÃO HEER
Diretor de Controle e Planejamento

GUNTHER KLAUS GREB
Diretor

GILBERTO DE FREITAS BORGES
Diretor

RAUL CARVALHO VILLELA
Diretor Adjunto

IVO LIMA BRASIL - Contador - CRC nº 305/IS-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia Agropecuária do Rio Jabuti, tendo examinado os Livros de Contabilidade, Balanço e Demonstrativo de Resultado, referentes ao exercício de 1976, apresentados pela Diretoria, e tendo-lhes sido fornecidas todas as informações e esclarecimentos solicitados, declaram, ter encontrado tudo em perfeita ordem e correção, recomendando-os por isso à aprovação da Assembléia Geral.

Fazenda Rio Jabuti, Irituia, 7 de Março de 1977.

LOURIVAL FERRAZ

PASCHOAL ARDITO ANTONIO JOSÉ GEBARA FILHO
(T. nº 00717 — Reg. nº 2.171 — Dia: 20/4/77)

Aso Metal S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em cumprimento ao que determina a Lei das Sociedades Anônimas, e atendendo ao que dispõem os nossos Estatutos, vimos submeter a vossa apreciação o resultado de nossas atividades durante o exercício findo, apresentando o BALANÇO GERAL, DEMONSTRAÇÃO DA "CONTA DE LUCROS E PERDAS" e o PARECER DO CONSELHO FISCAL. Ficamos ao vosso inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Ananindeua (PA), 31 de Dezembro de 1976.
A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O

IMOBILIZADO

Imobilizações Técnicas

Valor Histórico	9.129.825,06		
Correção Monetária	7.281.153,83		
Valor Corrigido	16.410.978,89		
Depreciações com Correções, Acumuladas	(3.098.982,00)	13.311.996,89	
Outras Imobilizações		689.657,97	14.001.654,86

Aso Metal S.Á.**REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Acionistas Conta de Capital	245.010,00	
Outros Valores e Bens	<u>78.988,40</u>	323.998,40

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

Estoque	4.383.811,51	
Materiais em Trânsito	3.887,05	
Importação em Andamento	2.147,55	
Clientes	3.082.064,81	
Duplicatas Descontadas	(1.158.470,70)	
Depósito Vinculado	103.200,47	
Bens não Destinados a Uso	29.788,56	
Créditos Diversos	<u>415.349,93</u>	6.861.779,18

DISPONÍVEL

Fundo Fixo	1.500,00	
Depósito Bancário à Vista	298.939,30	
Título Vinculado ao Mercado Aberto	<u>4.007.744,80</u>	4.308.184,10

P E N D E N T E

Encargos de Instalação a Ressarcir		831.739,30
--	--	------------

C O M P E N S A Ç Ã O

Ações Caucionadas		100,00
	Cr\$	<u>26.327.455,84</u>

P A S S I V O**INEXIGÍVEL**

Capital Autorizado	30.000.000,00	
Subscrição Excedente	5.240,00	
Ações a Subscriver	(11.681.647,00)	18.323.593,00
Reserva de Correção Monetária	<u>5.046.433,53</u>	23.370.026,53

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Fornecedores	1.880.740,49	
Credores Diversos	937.763,11	
Obrigações a Recolher	49.900,46	
Impostos e Taxas a Pagar	<u>88.925,25</u>	2.957.329,31

C O M P E N S A Ç Ã O

Ações Caucionadas		100,00
-------------------------	--	--------

Cr\$ 26.327.455,84

Importa o presente Balanço Geral em VINTE E SEIS MILHÕES, TREZENTOS E VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO CRUZEIROS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

D É B I T O

Despesas de Comercialização	1.071.403,99
Despesas Administrativas	2.077.183,62
Encargos de Instalação a Ressarcir	23.956,99
	Cr\$ <u>3.172.544,60</u>

Aso Metal S.A.**C R É D I T O**

Vendas de Produtos	6.272.344,83
Custo dos Produtos Vendidos	(3.513.677,57)
Lucro Bruto	2.758.667,26
Descontos Obtidos	14.032,44
Juros Auferidos	40.013,37
Receitas Financeiras	336.123,66
Frações e Abatimentos	403,27
Recuperação de Despesas	23.304,60
	Cr\$ 3.172.544,60

Ananindeua (Pa), 31 de Dezembro de 1976.

Dr. ALDO SERRANO DE NOLIVERGUEIRO

Presidente

CPF 008 148 737 00

SAMUEL CARLOS REIS E SILVA

Diretor

CPF 003 710 502 01

BENEDITO JOSÉ REIS E SILVA

Tec. em Contabilidade

CRC-PA Nº 1142 — CPF 008 092 502 25

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 1976

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal de ASO METAL S.A., abaixo assinados, em cumprimento ao item III, do art. 127 do Decreto-Lei 2.627, de 26.09.1940, após exame do Relatório, Balanço Geral, Conta de "Lucros e Perdas" e de todos os livros e documentos da Contabilidade, são de parecer que as operações do exercício findo em 31 de Dezembro de 1976, devem merecer a aprovação dos Senhores Acionistas.

*ORLANDINO VENTURA**DR. JOSÉ CHAVES MULLER**DR. ELIAS BENZECRY*

(Ext. Reg. nº 2.161 — Dia: 20/4/77)

Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A - FRIMAPA

Sede Social: ICOARACI, BELÉM (PA.)

C.G.C. - MF nº 05.056.312/0001-29

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

De conformidade com as determinações do Decreto-Lei nº 2627 e nossos Estatutos Sociais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Geral, a Demonstração de Lucros e Perdas, o Demonstrativo das Mutações Patrimoniais e o Demonstrativo de Origem e Aplicação de Fundos, referentes ao Exercício de 1976, encerrados em 31.12.1976.

2. Através do Balanço e do Demonstrativo da Conta Lucros e Perdas V.Sas. constatarão claramente o movimento patrimonial e econômico desta empresa; através do Demonstrativo de Origem e Aplicação de Fundos constatarão qual foi a participação do Estado do Pará na evolução do patrimônio e através do Demonstrativo das Mutações Patrimoniais verificarão como evoluiu o patrimônio desta empresa no exercício recém findo de 1976.

3. Finalmente, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que julgarem necessários, e aproveitamos o ensejo para agradecer a quantos direta ou indiretamente contribuíram para o êxito desta organização no exercício de 1976, ressaltando o penhor de nossa gratidão a S. Exa. o Sr. Governador Dr. Aloysio da Costa Chaves pela honra de sua confiança depositada na Diretoria da FRIMAPA, o que tem sido incentivo permanente para a direção desta empresa.

Belém, 31 de dezembro de 1976.

JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO

Diretor Presidente

C.P.F. - MF 002975182

ADELINO NOGUEIRA CERQUEIRA

Diretor Administrativo e Financeiro

C.P.F. - MF 009218742

EDUARDO GONDIM HERMES

Diretor Industrial

C.P.F. - MF 001253692/04

Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A - FRIMAPA

BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1976

A T I V O			
IMOBILIZADO			
Terrenos		5.788.367,00	
Edifícios	8.598.619,07		
(-) Depreciação	(306.812,28)	8.291.806,79	
Máq. e Equipamentos	8.826.852,12		
(-) Depreciação	(1.670.565,32)	7.156.286,80	
Instalações	3.098.545,51		
(-) Depreciação	(596.973,12)	2.501.572,39	
Móveis e Utensílios	267.711,24		
(-) Depreciação	(42.587,26)	225.123,98	
Veículos	140.020,00		
(-) Depreciação	(31.456,95)	108.563,05	
Constr. em Andam.		700.235,00	
Mont. e Inst. em Andam.		104.637,41	
Títulos de Propriedade		13.078,40	24.889.670,82
DISPONÍVEL			
Caixa		478.541,80	
Bancos		766.548,18	
Open Market		1.999.852,47	3.244.942,45
REALIZÁVEL			
Produtos Acabados		105.024,10	
Almoxarif. de Materiais		1.732.610,54	
Ferramentas de Consumo		3.259,78	
Contas a Receber - Clientes		238.350,40	
Contas a Receber - Diversos		94.190,06	
Prov. para Deved. Duvidosos		(7.150,51)	2.166.284,37
PENDENTES			
Despesas Diferidas			103.237,54
COMPENSAÇÃO			957.758,64
			<u>31.361.893,82</u>
P A S S I V O			
EXIGÍVEL			
Contas a Pagar - Fornecedores		542.557,81	
Contas a Pagar - Diversos		317.024,21	
Impostos a Recolher		1.042.036,50	
Encargos Soc. e Trab. a Recolher		192.776,06	2.094.394,58
NÃO EXIGÍVEL			
Capital Social Autorizado		35.000.000,00	
Capital a Subsc. e Integralizar		(9.051.317,00)	
Lucros e Perdas Geral		2.107.854,44	
Reserva Legal		110.939,71	28.167.477,15
PENDENTES			
Créditos a Classificar		250,00	
Depósitos de Garantia		10.000,00	
Provisão de Encargos Sociais		132.013,45	142.263,45
COMPENSAÇÃO			957.758,64
			<u>31.361.893,82</u>

Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A - FRIMAPA

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO EM Cr\$ 31.361.893,82 (TRINTA E HUM MILHÕES TREZENTOS E SESENTA E HUM MIL OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS CRUZEIROS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

Belém, 31 de Dezembro de 1976

José de Miranda Castelo Branco
Presidente
CPF - 002975182

Adelino N. Cerqueira
Diretor Adm. e Financeiro
CPF - 009218742

Eduardo Gondim Hermes
Diretor Industrial
CPF - 001253692/04

Duval Carvalho Pereira
Técnico em Contabilidade
CRC - 2371 - PA.
CPF - 004183662

DEMONSTRATIVO DA CONTA LUCROS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 1976

RECEITA OPERACIONAL

Venda de Produtos	4.341.359,20	
Venda de Serviços	9.519.986,00	13.861.345,20

CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS.....

Rédito Bruto do Exercício		5.566.007,37
		8.295.247,83

DESPESAS DE VENDAS

Propaganda e Publicidade	340.607,80	
Provisão para Deved. Duvidosos	7.150,51	347.758,31

DESPESAS GERAIS

Despesas Administrativas	2.458.950,60	
Honorários da Diretoria	562.888,97	
Outras Despesas	471.556,54	3.493.396,11

DEPRECIAÇÃO

Rédito Operacional do Exercício		1.286.073,79
		3.168.019,62

RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Receitas Diversas	269.804,57	
Reversões Diversas	1.559,72	
Custo das Receitas Diversas	(18.638,01)	252.726,28

RÉDITO GERAL DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E RESERVAS

		3.420.745,90
Provisão para Imposto de Renda		950.911,78
Reserva Legal		110.939,71
Prejuízo do Exercício Anterior		251.039,97
Saldo à Disposição da A.G.O.		2.107.854,44

Belém, 31 de dezembro de 1976.

José de Miranda Castelo Branco
Presidente
CPF - 002975182

Adelino N. Cerqueira
Diretor Adm. e Financeiro
CPF - 009218742

Eduardo Gondim Hermes
Diretor Industrial
CPF - 001253692/04

Duval Carvalho Pereira
Técnico em Contabilidade
CRC - 2371 - PA.
CPF - 004183662

DEMONSTRATIVO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS EXERCÍCIO DE 1976

DATA	ORIGEM	VALOR	APLICAÇÃO	VALOR
03.09.76	Estado do Pará	400.000,00	Despesas de Capital	400.000,00
15.09.76	Estado do Pará	200.000,00	Despesas de Capital	200.000,00

Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A - FRIMAPA

23.09.76	Estado do Pará	300.000,00	Despesas de Capital	300.000,00
09.11.76	Estado do Pará	400.000,00	Despesas de Capital	400.000,00
		<u>1.300.000,00</u>		<u>1.300.000,00</u>

Belém, 31 de dezembro de 1976.

José de Miranda Castelo Branco
Diretor Presidente
CPF - 0029975182

Adelino Nogueira Cerqueira
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF - 009218742

Eduardo Gondim Hermes
Diretor Industrial
CPF - 001253692/04

Duval Carvalho Pereira
Técnico em Contabilidade
CRC - 2371 - PA.
CPF - 004183662

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 1976

CONTAS	1975	1976	MUTAÇÃO
Terrenos	5.788.367,00	5.788.367,00	
Edifícios	8.526.208,00	9.298.854,07	772.646,07
Máquinas e Equipamentos	7.315.433,00	8.931.489,53	1.616.056,53
Instalações	2.906.479,00	3.098.545,51	192.066,51
Móveis e Utensílios	169.286,24	267.711,24	98.425,00
Veículos	103.200,00	140.020,00	36.820,00
TOTAIS	24.808.973,24	27.524.987,35	2.716.014,11

Belém, 31 de dezembro de 1976

José de Miranda Castelo Branco

Adelino Nogueira Cerqueira

Diretor Presidente
CPF - 002975182

Diretor Administrativo e Financeiro
CPF - 009218742

Eduardo Gondim Hermes
Diretor Industrial
CPF - 001253692/04

Duval Carvalho Pereira
Técn. em Contabilidade
CPF - 004183662
CRC - 2371 - PA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Sociedade Anônima de Economia Mista, FRIGORÍFICOS E MATADOUROS DO PARÁ S/A., tendo examinado minuciosamente, o Balanço Geral e a Demonstração da Conta Lucros e Perdas, bem como o livro "Diário" e demais documentos de sua Contabilidade, relativos ao exercício de 1976, encontraram-nos na mais perfeita ordem e exatidão, com o registro do saldo à disposição da A.G.O. no montante de Cr\$ 2.107.854,44 (Dois Milhões Cento e Sete Mil Oitocentos e Cincoenta e Quatro Cruzeiros e Quarenta e Quatro Centavos), aceitando os registros como legais, são de parecer que a Assembléia dos senhores Acionistas, aprove-nos, ressaltando que estando garantido o limite mínimo exigido para distribuição dos dividendos, data vênha dos participantes da A.G.O. seja estudada a reforma dos estatutos, inserindo nos mesmos a forma de distribuição equânime com os ingentes esforços da atual Diretoria.

Icoaraci, 03 de fevereiro de 1977.

Dr. LUIZ RAIMUNDO CARREIRA COSTA

Dr. JOSÉ MARIA FREITAS MARQUES

Dra. OSCARINA MARTINS DA SILVA

Sra. CARMITA BRAGA LAMEGO

(Ext. Reg. N° 2157 - Dia: 20/04/77)

Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.

CGC. nº 04.899.316/0001
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede à Trav. Padre Prudêncio, nº 320/4, nesta cidade, no dia 30 de abril de 1977, às 17:00 horas, para deliberarem sobre:

a) Relatório da Diretoria, Balanço, Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e fixação de seus honorários.

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Belém (Pa), 18 de abril de 1977.

a) A DIRETORIA
(Ext. Reg. nº 2196 Dias: 20, 21, e 23/04/77)

Y. Yamada S.A. Comércio e Indústria

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 (trinta) de abril de 1977, às 9:00 horas na sede social, sita à Rua Senador Manoel Barata 400, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Relatório da Diretoria, Balanço e Contas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976 e parecer do Conselho Fiscal.

b) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, fixando-se os honorários dos Senhores Conselheiros e dos Diretores.

c) O que ocorrer.

A DIRETORIA
(Ext. Reg. nº 2195 Dias: 20, 21, e 23.04.77)

Marco Construção e Reparos Navais S.A.

CGC nº 04.808.754/0001-23
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convidado os Senhores Acionistas da MARCO CONSTRUÇÃO E REPAROS NAVAIS S.A., para se reunirem em Assenbléia

Geral Ordinária, no dia 29 de abril de 1977, às 16:00 horas, na sede social, na Rodovia Arthur Bernardes, s/nº, nesta cidade, para deliberarem sobre o seguinte:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1977, com a fixação dos respectivos honorários;

c) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Belém, 12 de abril de 1977.

THALES FERNANDES

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 2201 Dias: 20, 21, e 23.04.77)

Agro - Pecuária Vale do Arraias S. A.

C.G.C. 04.946.513

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da AGRO-PECUÁRIA VALE DO ARRAIAS S.A., para comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 1977, às 16:00 horas, na sede social à Rua XV de Novembro nº226 - 15º andar - conjunto 1514, na cidade de Belém, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) - Exame do relatório da Diretoria sobre as atividades no exercício findo de 1976 e parecer do Conselho Fiscal;

b) - Exame do Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e demais documentos relativos;

c) - Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários;

d) - Eleição do Conselho Fiscal para o novo mandato e fixação de seus honorários;

e) - Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Assim, acham-se desde já à disposição dos senhores acionistas, na sede da Sociedade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício findo.

Belém, 20 de março de 1977.

CARLOS MEINBERG

Diretor Presidente

C.P.F. nº 026.592.478

3º CARTÓRIO DE NOTAS

MARIA JOSÉ CARDEAL DE GODOY

Reconheço a firma supra de Carlos Meinberg.

S. Paulo, 28 de março de 1977.

Em testº P. R. C. da verdade.

PAULO ROBERTO CAPRI

Escrevente Autorizado

(T. nº00708 - Reg. nº2119 - Dias: 19, 20 e 21.04.77)

Fazendas Reunidas Emay S.A.

C.G.C. 05.373.642/0001-50

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, oferecemos a V. Sas., o relatório correspondente ao exercício findo em 31.12.76, que se acha acompanhado de todas as peças contábeis desse mesmo exercício.

Ficamos inteiramente à disposição dos senhores acionistas para qualquer informação que fôr julgada necessária.
Rodovia BR-10 Km 93 (São Domingos do Capim), 20 de março de 1.977.

A DIRETORIA

LANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

— A T I V O —

DISPONÍVEL

Caixa	28.297,97
Bancos c/movimento	2.390.557,38
	2.418.855,35

REALIZÁVEL

Gado (crioulos)	3.935.500,00
Ações de outras Socied.	554,00
Almoxarifado	13.078,25
C/Correntes Diversas	733.944,49
C/Corr. Fornecedores	244.316,30
	4.927.393,04

IMOBILIZADO

Terras	516.000,00
Pastagens	2.652.193,89
Obras de Infra-estrut.	317.048,29
Instalações Pecuárias	877.136,43
Construções Cíveis	453.365,28
Veículos, Máq., Apar. e Equipamentos.	1.845.448,72
Móveis e Utensílios	44.442,90
Animais de Reprodução	1.129.651,70
Animais de Custeio	112.595,30
Correção Monetária	5.964.262,55
	13.912.145,06

PENDENTE

Lucros e Perdas	897.273,12
Variações Cambiais	53.570,74
Despesas Diferidas	24.227,80
Estudos e Projetos	121.808,20

— P A S S I V O —

EXIGÍVEL

Acionistas e Diretores	28.275,06
C/Correntes Diversas	59.851,55
C/Correntes Fornecedores	120.914,76
Credores Diversos	49.776,60
Impostos a Pagar	67.972,94
Beos. C/Financ. Agrícolas	1.023.353,25
Empréstimos a Pagar	323.614,81
	1.673.758,97

NÃO EXIGÍVEL

Capital Autorizado

Ações Ordinárias	
Integralizadas	4.200.000,00
A Subscrever	6.438.906,00
	10.638.906,00

Ações Pref. "Classe A"

Integralizadas	7.649.246,00
A Integralizar	92.886,00
	7.742.132,00

Ações Pref. "Classe B"

Integralizadas	1.679.534,00
A Subscrever	4.939.428,00
	6.618.962,00

Fundo de Correção Monet.	25.000.000,00
Fundo de Depreciação	5.665.836,28
Correção Monet. das Depreciaç.	1.196.891,31
	290.006,75
	32.152.734,34

Ações a Integralizar	
BASA E SUDAM	92.886,00
Capital a Realizar	11.378.334,00
	12.568.099,86
COMPENSAÇÃO	
Ações em caução	1.000,00
	33.827.493,31

COMPENSAÇÃO	1.000,00
Caução da Diretoria	
	33.827.493,31

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976.

— D É B Í T O —

— C R É D I T O —

EMBARGOS DO EXERCÍCIO	
Despesas de Conservação de pastagens, despesas administrativas, despesas gerais, etc.	3.859.547,69
Depreciações	426.752,24
	4.286.299,93
LUCROS E PERDAS	
Saldo dos Exerc. Anter.	222.653,19
	4.508.953,12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Produto das operações sociais	3.611.680,00
LUCROS E PERDAS	
Saldo dos exercícios anteriores	222.653,19
Prejuízo verificado n/exercício	674.619,93
	897.273,12
	4.508.953,12

Rodovia BR-10 Km 93 — São Domingos do Capim (PA), 20 de março de 1977.

Gentil Moreira Filho
Diretor-Presidente

Hubens Moreira
Diretor Vice-Presidente

Mário Germani
Contador CRC-SP 13.599
IS - PA - N.º 22

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de "FAZENDAS REUNIDAS EMAY S.A.", no exercício de suas funções legais e estatutárias tendo examinado o "Balanço Geral" encerrado em 31 de dezembro de 1976, "Contas de Lucros e Perdas" e demais

documentos referentes às transações e a eles pertinentes, acharam em perfeita ordem e regularidade, pelo que são de parecer que sejam aprovados pela Assembléia Geral.

Rodovia BR-10 Km 93 — São Domingos do Capim (PA), 20 de março de 1977.

Benedito Pereira de Castilho
Marcílio Alves Pereira

Edmundo Malavazi

(T. n.º 00716 - Reg. n.º 2166 - Dia: 20.04.77)

Companhia das Docas do Pará (CDP)

CONVOCAÇÃO

Pelo presente e nos termos dos Estatutos Sociais desta Companhia, em vigor, convoco os senhores acionistas da Companhia das Docas do Pará (CDP), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 27 de abril corrente, às 10,00 horas, no edifício-sede da mesma, à avenida Presidente Vargas nº 41, 2º andar, nesta cidade, a fim de ser discutida e votada a seguinte ordem do dia:

a) Tomada de Contas da Diretoria, exame e discussão do Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1976;

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) Reelection dos membros do Conselho Diretor;

d) Reelection dos membros do Conselho Fiscal;

e) Homologação do reajustamento da remuneração dos membros de Diretoria, Conselho Diretor e Conselho Fiscal;

f) O que ocorrer.

Belém, 18 de abril de 1977

Cel. RAUL DA SILVA MOREIRA

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 2146 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Massoud, Tecidos, S.A.

CGC. 04.898.136/0001-11

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a comparecerem a reunião de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de abril, às 11 horas, em nossa sede social à rua Cons. João Alfredo, 198, para tratarem e deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas, e o Parecer do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício de 1976;

b) Eleição dos membros e suplentes do Conselho Fiscal, e fixação de seus honorários;

c) O que ocorrer.

Belém, 13 de abril de 1977

a) ROBEI TO FARID ELIAS MASSOUD

Presidente

(Ext. Reg. nº 2135 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Rofama, Ferragens, S.A.

CGC. 04.898.060/0001-24

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a comparecerem à reunião de Assembleia Geral

Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de abril, às 9,30 horas, em nossa sede social à rua 15 de Novembro, 154, para tratarem e deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício de 1976;

b) Eleição da Diretoria, e fixação de seus honorários;

c) O que ocorrer.

Belém, 13 de abril de 1977

a) CHARLES FARID ELIAS MASSOUD

Presidente

(Ext. Reg. nº 2136 - Dias 19, 20 e 21.4.77).

MAPASA - Madeiras do Pará S.A.

C.G.C. - 04.894.960/0001-01

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas de MAPASA - MADEIRAS DO PARÁ S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 1977, às 8:00 horas, em sua sede social à Praça Magalhães nº 333, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

a) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, bem como Parecer do Conselho Fiscal, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e membros do Conselho Fiscal, e,

e) O que ocorrer.

Outrossim, ficam os senhores acionistas cientes de que se encontram à sua disposição, na sede social, no horário de expediente, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1977.

Belém, 14 de abril de 1977.

ANTONIO PEREIRA VINAGRE

Presidente

(Ext. Reg. nº 2104 Dias: 16, 19 e 20/04/77)

Salvador, Indústria e Comércio S.A. - SINCOSA

C.G.C. - M. F. nº 04.894.002/0001-22

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, na forma legal, convidamos os Senhores Acionistas para, no próximo dia 29 do corrente às 15.00 (quinze) horas, na sede social

da Empresa, à Av. Alcindo Cacela, nº 1.848, nesta Capital, reunirem-se, em Assembléia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Resultados e Parecer do Conselho Fiscal, todos sobre a gestão de 1976.

b) Aplicação de lucro disponível;

c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para o presente exercício;

d) Fixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, em efetivo Exercício;

e) O que ocorrer.

Belém, 16 de abril de 1977

Antônio Ferreira Jorge

Diretor-Presidente

CPF-MF. nº 000345412

(Ext. Dias 19 e 20.04.77)

Amazônia Derivados do Petróleo S.A.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente convocamos os Senhores Acionistas da AMAZÔNIA DERIVADOS DO PETRÓLEO S.A., para em Assembléia Geral Ordinária, reunirem-se, no próximo dia 26 de abril, às 10:00 horas, na sede da Empresa, sita à Rua Santo Antônio, 432 - sala 809, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Apreciação do Balanço de 1976

b) O que ocorrer.

Belém, 15 de abril de 1977.

a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2092 Dias: 16, 19 e 20/04/77)

Delta Publicidade S.A.

CGC. - 04.929.683/0001

Convidamos os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 25 de abril de 1977, às 10:00 horas em nossa sede social situada na Rua Gaspar Viana nº 253, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1976;

b) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o presente Exercício;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o corrente exercício;

d) O que ocorrer.

Outrossim, avisamos que acham-se à disposição dos senhores acionistas, os documentos a que se refere a legislação em vigor, relativos ao exercício de 1976.

Belém, 14 de abril de 1977.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2091 Dias: 16, 19 e 20.04.77)

Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Pelo presente, na forma do estatuto, convoco os Senhores Acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ, para, em assembléia geral ordinária, reunirem-se, na sede social, à Avenida Magalhães Barata nº 1201, no próximo dia 29, às 17:00 horas, para:

a) discussão e votação do relatório da Diretoria, Balanço encerrado em 31 de dezembro de 1976, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;

b) aplicação do lucro apurado no exercício de 1976;

c) fixação dos honorários e da gratificação dos membros da Diretoria Executiva;

d) fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal em efetivo exercício;

e) fixação da gratificação e do jeton de presença dos membros do Conselho Diretor;

f) o que ocorrer.

Belém, 13 de abril de 1977.

Engº WALDEMAR LINS V. CHAVES

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 2092 Dias: 16, 19 e 20/04/77)

Amazônia Metalúrgica S.A. AMETAL

CGC. - 04.910.246/0001-51

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas de AMAZÔNIA METALÚRGICA S.A. - AMETAL para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1977, às 10:30 horas, na sua sede social à Avenida Senador Lemos, nº 2779, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição ou reeleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 1977 e fixar-lhes os honorários;

c) O que ocorrer.

Outrossim, comunicamos que se acham à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos que se referem ao Artigo 133, da Lei 6.404 de 15.12.76.

Belém, 15 de abril de 1977

Edison Vieira Pedrinha

Diretor Superintendente

(T. nº 00710 Reg. nº 2115 Dias: 16, 19 e 20.04.77)

Fazenda São Miguel S/A.

CGC/MF - nº 05.618.715/0001-26

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V. Sas., o Balanço Geral e a Demonstração da Conta Lucros e Perdas, bem como, o Parecer do

Conselho Fiscal, do exercício social ora encerrado, colocando-nos ao inteiro dispor de V. Sas, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muaná (P.A.), 31 de dezembro de 1976.

Ass. OZIEL RODRIGUES CARNEIRO
EDUARDO GRANDI
Diretores

BALANÇO GERAL ENCERRADO A 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O

IMOBILIZADO

Terras	4.096.700,00
Pastagens	408.776,91
Obras de Inf. Estrutura	16.600,00
Instalações Pecuárias	247.991,01
Construções Cíveis	109.184,10
Veículos, Maq. Equipamentos	240.613,82
Móveis e Utensílios	33.886,50
Gado	460.975,00
Estudos e Projetos	105.830,28
Marcas e Patentes	201,60
Correção Monetária do Ativo	
Imob.	288.646,79

DISPONIVEL

Caixas	18.394,01
Bancos	52.681,74

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

Adiantamentos	118.007,86
Contas Correntes	152.453,40
Estoques	11.964,00
Rebanhos	3.849.500,00
Capital a Realizar	288.808,00

PENDENTE

Despesas de Ex. conf. Cronograma Anual	627.189,30
--	------------

COMPENSADO

Contas de Compensação	584.700,00
-----------------------------	------------

11.713.104,32

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital	8.000.000,00
Reservas	261.385,39
Provisões	196.121,79

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Obrigações Tributárias a Recolher	8.480,00
---	----------

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Contas Correntes	1.966.767,42
Bancos C/Financiamento	420.000,00

PENDENTE

Receitas Diferidas	245.650,00
Outros Valores em Suspense	2.580,00
Lucros Suspensos	27.419,72

COMPENSADO

Contas de Compensação	584.700,00
-----------------------------	------------

11.713.104,32

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

DÉBITOS		CRÉDITOS	
Custos do Exercício	252.039,80	Resultado do Exercício	631.120,30
Prejuízos Anteriores	351.660,78		
LUCROS EM SUSPENSO	27.419,72		
	631.120,30		631.120,30

Soma e confere o presente Balanço Geral encerrado nesta data, em onze milhões, setecentos e treze mil, cento e quatro cruzeiros e trinta e dois centavos.

Muaná (P.A.), 31 de dezembro de 1976:

Oziel Rodrigues Carneiro
Diretor
CPF - 000329992 - 91

Nena Gerusa Cei
Contadora CRC - PA. 2752
CPF 33257332-04

Eduardo Grandi
Diretor
CPF 000087102

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Sociedade FAZENDA SÃO MIGUEL S/A., tendo examinado o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1976,

declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem e correção recomendando sua aprovação na íntegra, como nosso parecer.

Muaná (P.A.), 20 de janeiro de 1977.

Antonio Nonato do Amaral
CPF - 000544882

Francisco José M. Erse
CPF - 000061732

Guaraci de Britto
CPF - 008148142

(Ext. Reg. Nº 2148 - Dia: 20/04/77)

R. Mendonça
Comércio S.A

C.G.C. - 04.908.299/0001-38

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

01 - Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para a reunião de Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 29 de abril de 1977, às 15:00 horas, em sua sede social, à Rua Senador Manoel Barata nº 147, a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da conta Lucros e Perdas e Parecer

do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1976;

b) Eleição do Conselho Fiscal para o período 1977/1978;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, e

d) O que ocorrer.

02 - Outrossim, ficam os senhores Acionistas cientes de que se encontram à sua disposição, na sede social, no horário de expediente, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-Lei 2627/40.

Belém, Pa, 16 de abril de 1977.

A Diretoria

(Ext. Reg. nº 2124 - Dias 19, 20 e 21.04.77)

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Cumprindo disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a sua apreciação o Balanço Geral e a Demonstração de Lucros e Perdas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976.

Os números e valores que compõem estes documentos refletem, fielmente, os resultados obtidos durante o exercício passado, ensejando, ainda, que detalhada e minuciosa análise seja feita quanto ao desempenho econômico-financeiro aferido no ano de 1976. Em tal análise, agora tornada possível, ver-se-ão incluídas, por extensão, a eficiência e praticidade do elenco de medidas adotadas pela Diretoria e que tiveram o propósito de dinamizar e racionalizar as atividades dos diferentes setores da empresa.

Se correta e eficientemente viu-se conduzida a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, melhor do que nossos eventuais comentários, falam, por si mesmo, o Balanço Geral e a Demonstração de Lucros e Perdas. Todavia, por escapar ao âmbito de tais documentos, acreditamos válido e oportuno por em destaque o conjunto de trabalhos executados em 1976, trabalhos esses assinados pelas equipes técnicas e todos eles voltados para questões de Planejamento Urbano.

Cumprimos, desta forma, Senhores, na qualidade de órgão técnico, a tarefa de caráter essencialmente social de que está atribuída a CODEM, já que a outra missão - administrar, agilizar e consolidar economicamente a empresa - encontra-se impressa e traduzida no Balanço Geral e na Demonstração de Lucros e Perdas, que na oportunidade temos a satisfação de lhes apresentar.

Cabe, no presente relatório, reiterar que a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, foi criada para "administrar e explorar economicamente os bens e direitos dominicais da Prefeitura Municipal de Belém", tornando-se, através de convênio com o Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belém - CONBEL, órgão técnico executivo da Região Metropolitana de Belém.

A atuação da empresa na qualidade, pois, de órgão técnico executivo da PMB, dá-se, hoje, numa realidade prolixa em problemas

institucionais, cuja ocupação, por órgãos da Administração Federal, bloqueiam a expansão do sítio urbano da cidade, criando sérios obstáculos ao desenvolvimento físico, social e econômico do município.

Tal estrangulamento levou a cidade a crescer pelas baixadas alagadiças, que constituem cerca de 40 por cento do seu território mais urbanizado e onde atualmente residem, geralmente em condições sub-humanas, 326.034 habitantes.

O trabalho seguinte traduziu-se na elaboração do Plano de Diretrizes Metropolitanas e do Programa de Investimentos Urbanos. O primeiro, destinou-se a estabelecer diretrizes de desenvolvimento, de forma controlada e disciplinada; o segundo, definiu necessidades e selecionou prioridades com relação a investimentos. Um total de nove prioridades - resultado de um minucioso levantamento por parte de grupos interdisciplinares - foi fixado, referindo-se ao melhoramento e implantação de vias; recuperação de áreas verdes; preservação do patrimônio ambiental urbano; ampliação dos serviços de abastecimento de água; construção de unidades de saúde; ampliação da capacidade de geração de energia; implantação de unidades habitacionais; recuperação das baixadas; e demais atividades ligadas ao Planejamento Urbano.

Durante o ano de 1976, simultaneamente aos trabalhos anteriores, passou-se a desenvolver na empresa estudos relativos à criação de um distrito industrial na Região Metropolitana de Belém.

Experiências vividas por outras áreas metropolitanas mostraram que a ausência de áreas específicas para localização de indústrias, resultou em problemas irreversíveis para as comunidades.

Indústrias funcionando, ou prestes a se instalarem, em áreas tipicamente de uso residencial, ou sítios identificados como eixos naturais de expansão, agredem as populações e oneram os investimentos públicos e privados.

Os exemplos, mais a constatação de que Belém começa a assistir a um formidável processo de industrialização, resultado dos múltiplos projetos em fase de execução, levaram a empresa a promover, com recursos da SUDAM, estudos de viabilidade visando a implantação da área e/ou distritos industriais na Região Metropolitana de Belém, e área de influência próxima.

e rica em desafios. O objeto de trabalho das equipes técnicas da empresa constituiu-se, assim, no ser vivo e dinâmico que é a cidade, exigindo, por isso, soluções também dinâmicas, exequíveis para a nossa realidade, e capazes de proporcionar vivência agradável numa cidade organizada.

Belém, a exemplo de tantas outras cidades brasileiras de porte metropolitano, viu-se envolvida, nos últimos anos, num acelerado processo de desenvolvimento, crescendo de forma desordenada e muitas vezes caótica.

A ausência de um modelo prático e eficiente de intervenção por parte de órgãos técnicos do Poder Público, que disciplinasse e controlasse esse crescimento, minimizando ou contendo efeitos de grande impacto na frágil estrutura urbana da cidade, se somaram outros fatores que vieram agravar, ainda mais, uma situação já existente. Tais efeitos, alguns deles de causas recentes e outros de origens históricas, são sentidos hoje e transformam Belém numa cidade urbanisticamente doente.

Entre outros fatores agravantes, se alinham a séria e reconhecida limitação econômico-financeira do município, que não se vê capacitado para arcar, sozinho, com o ônus imposto por aquele desenvolvimento acelerado, a exigir constantes e maciços investimentos em infra-estrutura urbana e de serviços; a inexistência de áreas opcionais para se criar eixos de expansão, gerando isso deturpações quase irreversíveis na ocupação de terras alagáveis e impróprias ao uso urbano; a carência de legislação específica regulamentando o uso do solo; e o desconhecimento, em detalhe, dos problemas acumulados pela cidade, dificultando tal fato a avaliação exata dos problemas e seu adequado equacionamento, tendo em vista soluções de longo alcance e reconhecida eficiência prática.

Enfim: tornou-se imperativo o conhecimento dos males urbanos da cidade e a necessária elaboração de um adequado diagnóstico, para então se promover o processo de cura.

Caracterizou-se, aí, pois, a atuação da CODEM a nível de Belém, e sua Área Metropolitana. Ocuparam-se, durante o ano de 1976, as equipes técnicas da empresa em definir os exatos contornos dos nossos problemas urbanos, consistindo, este complexo e demorado trabalho, na etapa básica e preliminar para qualquer intervenção que se faz necessária e se dará a curto, médio e longo prazos.

Tal proposta de trabalho teve seu primeiro fruto no documento encaminhado ao Sr. Presidente da República, general Ernesto Geisel, intitulado "Belém - Alternativas de Desenvolvimento".

Tal documento, exaustivamente divulgado pela imprensa local e nacional, consistia no levantamento do problema de áreas

O trabalho destaca-se por si só: em lugar de se assistir passivamente à inevitável invasão industrial, estabelecem-se bases e linhas de ação a partir das quais se agirá preventivamente.

Os estudos, já elaborados, foram encaminhados ao Governo do Estado para se transformar em subsídios básicos para a atuação futura da Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Pará.

Ainda no exercício de 1976, as equipes técnicas da CODEM elaboraram dois outros importantes projetos: o levantamento aerofotogramétrico e o Cadastro Técnico da Região Metropolitana de Belém. Os trabalhos constituem-se peças isoladas para diferentes estudos e estabelecem, em seu conjunto, elementos que compõem e revelam a identidade físico-territorial do município e sua área metropolitana.

No mesmo ano, desenvolveu-se outro importante trabalho: o projeto do Sistema Integrado de Planejamento Metropolitano, consistindo numa resposta objetiva e prática à desarticulação entre órgãos que atuam num mesmo espaço e contra os mesmos problemas.

O objetivo do Sistema Integrado de Planejamento Metropolitano é o de procurar somar esforços ao invés de desintegrá-los, maximizar resultados em lugar de vê-los diminuídos ou anulados, e de concentrar recursos, financeiros e humanos, evitando que sejam volatilizados.

O Sistema deixou de ser uma proposta teórica a partir do momento em que propôs - e viu aceita - a compatibilização pelos órgãos municipais, estaduais e federais, de seus programas e prioridades comuns.

Outro projeto, ao qual as equipes técnicas da empresa se dedicaram incansavelmente durante todo o ano de 1976, referiu-se às baixadas. O documento que mencionamos acima - "Belém - Alternativas de Desenvolvimento" - definiu as implicações do problema e se transformou, ao mesmo tempo, no ponto de partida para prolongadas e complexas pesquisas sobre o ambiente e a população envolvida.

A questão das baixadas de Belém deixou de ser ignorada. O problema passou desta etapa para se situar em como remanejar aquela população (um terço do total da cidade) para que as áreas ocupadas sejam saneadas, urbanizadas e integradas ao conjunto da cidade.

A empresa passou a se encarregar do problema em janeiro de 1976, quando, representando a Prefeitura Municipal, foi incumbida pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de elaborar os

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém — CODEM

Termos de Referência visando os estudos globais e diretos sobre as baixadas.

Diante da inexistência de um modelo anterior de atuação e da complexidade do tema, propôs-se, então, à elaboração de um "Projeto de Emergência", selecionando-se a bacia do Igarapé do Una como "área-piloto".

O "Projeto de Emergência" foi acionado tendo em vista alcançar três objetivos básicos:

- viabilizar as obras de macro-drenagem de que se encarregou o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), envolvendo o Canal São Joaquim, que está sendo dragado e retificado;
- possibilitar aos técnicos locais desenvolverem métodos adequados e eficientes de atuação no trato do problema;
- dar andamento às tarefas preliminares, à altura dos recursos então disponíveis, enquanto se aguarda o desfecho de negociações na esfera federal, para obtenção de recursos que o Plano Global exige.

Em resumo:

O "Projeto de Emergência" visou desenvolver uma ação planejada de curto prazo, em apenas um trecho da bacia do Igarapé do Una, onde residem 722 famílias que precisam ser convenientemente remanejadas, a fim de que o DNOS possa utilizar recursos, já existentes e comprometidos, com as obras do Canal São Joaquim.

Definida a estratégia de atuação, a CODEM assumiu e já concluiu três trabalhos, considerados fundamentais para o desenvolvimento do projeto:

- Pesquisa sobre Organização e Liderança na Área do Una, visando o conhecimento da população e suas aspirações gerais.
- Pesquisa Sócio-Econômica, destinada a obter informações sobre a situação particular de cada uma daquelas 722 famílias;

- Levantamento Cadastral e Imobiliário, com o objetivo de revelar a situação e característica das casas e terrenos localizados na área do novo canal.

Um total de 3.715 pessoas vive na área do "Projeto de Emergência", ocupando aí 679 casas. A renda dessas famílias varia de meio a três salários mínimos, sendo que do total, apenas 9% tem rendimento superior a três salários mínimos.

Com relação às baixadas, foi este o ponto em que se chegou em 1976.

Neste trabalho, que extrapola o âmbito das pranchetas de engenheiros, foge à simples problemática econômico-financeira, ultrapassa os limites físicos de obra e de saneamento, houve atrasos.

Estes atrasos, no entanto, foram assumidos, e se justificaram, na medida em que não se cogitou adotar soluções improvisadas, baseadas em estudos mal equacionados, informações parciais ou tomar decisões precipitadas. Não se pode perder de vista, ao se analisar o problema e criticar as soluções propostas, que no fundo da questão encontra-se o homem, tratam-se de famílias inteiras. Milhares delas.

O ano de 1976, Senhores Acionistas, além de significar um período de dinamização e afirmação administrativa da empresa, cujos resultados são lidos no Balanço Geral e na Demonstração de Lucros e Perdas, foi também um período de desafios e profícuo em trabalho.

Menos do que frutos imediatos, preocupa-se a Diretoria em criar condições para que haja, no conjunto da cidade, uma mentalidade de se antecipar aos problemas, corrigindo erros e distorções de sua estrutura, orientando um crescimento que vem se mostrando anárquico, enfim, planejando o futuro.

Resalte-se também, que a maioria dos trabalhos técnicos desenvolvidos pela CODEM, foi objeto de convênios interinstitucionais, que ao garantirem o suporte financeiro das atividades técnicas, proporcionaram à Companhia, remunerações através de taxas de administração pelos projetos desenvolvidos, além de terem proporcionado uma injeção de recursos na empresa.

Ao findar o ano, e confirmando o propósito de dinamização e racionalização, a empresa transferiu-se para sua nova sede, no solar do Barão do Guamã - construído durante o Segundo Reinado em estilo neo-clássico -, onde seus diversos setores operacionais passaram a ocupar instalações adequadamente dimensionadas, com padrões compatíveis de conforto, substituindo o conjunto de salas que utilizava no edifício Manoel Pinto da Silva.

Somente em desapropriações prevê-se uma despesa de quatro milhões de cruzeiros.

Como última etapa da fase diagnóstica, constituída pelas pesquisas e o levantamento, a CODEM partiu para a seleção de uma área urbanizável, e próxima à do projeto do canal, para a qual serão remanejadas as famílias. Esta escolha recaiu numa gleba de 75 ha, pertencente à ENASA, a única de todas as alternativas que oferecia condições de aproveitamento e habitabilidade.

É com base nessas informações que está sendo elaborado o Plano de Ação Imediata propriamente dito, que tem como diretriz principal, acionar a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), para elaborar um projeto habitacional, baseado na metodologia do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), cujo esquema financeiro se enquadra nas exigências de remanejamento racional e disponibilidades econômicas daquela população.

A ocupação do prédio nº 708 da Avenida Nazaré, de propriedade da PMB, deu-se através de convênio firmado entre a CODEM e a Prefeitura, assinado em outubro de 1975. Pelos termos do convênio, a empresa passou a ocupar aquele próprio municipal, assumindo os encargos de sua recuperação, com recursos próprios, cedendo, ao mesmo tempo, à Prefeitura Municipal, o prédio que integra seu patrimônio e que se situa na mesma avenida.

Finalizando, desejamos agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para os bons resultados alcançados pela empresa no exercício de 1976.

Belém, 11 de abril de 1977
 PAULO DE ARAUJO LEAL MARTINS
 Diretor Presidente
 CARLOS GUILHERME LAVOR MOREIRA
 Diretor Administrativo
 JORGE DERENJI
 Diretor de Planejamento

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

— A T I V O —

DISPONÍVEL	
Caixa e Bancos	13.349.547,63
Títulos do mercado aberto	434.706,46
	<u>13.784.254,09</u>
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
Estoque - material de expediente	28.254,91
Adiantamentos	46.208,16
	<u>74.463,07</u>
	<u>13.858.717,16</u>
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE...	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Promissórias a Receber	599.288,68
Contas a Receber	349.204,60
Depósitos Judiciais	6.909,94
	<u>955.403,22</u>
IMOBILIZADO	
Imobilizações Técnicas	
Custo Histórico	18.089.899,33
Depreciação e amortização	(2.880.054,66)
	<u>15.209.844,67</u>

— P A S S I V O —

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	
Cauções Prestadas	105.335,00
Fornecedores	159.705,70
Outras Exigibilidades	606.810,13
	<u>871.850,83</u>
NÃO EXIGÍVEL	
Capital Autorizado	15.000.000,00
Capital a Subscrever	(4.588.204,00)
Capital a Integralizar	(200,00)
	<u>10.411.596,00</u>
Capital Integralizado	10.411.596,00
Reserva Legal	1.016.908,12
Reserva para aumento de Capital - DL.756/69	2.576.993,00
Reserva estatutária	
Fundo de Assistência Social	1.016.908,12
Reservas Livres ..	
Aumento de Capital - Acionistas	2.658.637,28
Lucros em suspenso	
Exercícios anteriores	149.945,82

Companhia de Desenvolvimento e
Administração da Área
Metropolitana de Belém

C O D E M

Imobilizações Financeiras, ao custo	59.012,90	Lucro a disposição da Assembléia	6.629.065,45
PENDENTE	15.268.857,57	PENDENTE	24.460.053,79
Gastos acumulados com Convênios	2.591.159,69	Recursos obtidos - Convênios	2.635.000,00
Gastos com Contratos	1.273.338,98	Renda de Exercícios Futuros	599.288,68
COMPENSAÇÃO	33.947.476,62	Recursos de Terceiros	4.504.740,32
	11.985.782,25	Recursos - Contratos	876.543,00
	45.933.258,87		8.615.572,00
			33.947.476,62
			11.985.782,25
			45.933.258,87

As notas explicativas da Diretoria anexas, fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulo de Araujo Leal Martins
Diretor-Presidente
CPF — 000541272

Carlos Guilherme Lavor Moreira
Diretor Administrativo
CPF — 020463002

As notas explicativas da Diretoria anexas, fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Jorge Derenji
Diretor de Planejamento
CPF — 000593742

Delfina Maria Melo Vieira
Contadora CRC-3039-PA.
CPF — 023721262

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

RENDA OPERACIONAL	Cr\$	Cr\$
Custo dos Serviços	15.464.915,90	
	1.802.475,74	
LUCRO BRUTO		13.662.440,16
GASTOS GERAIS		
Despesas Administrativas	4.601.348,88	
Honorários da Diretoria	721.208,54	

Depreciação e Amortização	864.318,79
Impostos e Taxas	27.926,86
	<u>6.214.803,07</u>
LUCRO OPERACIONAL	7.447.637,09
RENTA EXTRA OPERACIONAL	1.904.516,45
	<u>9.352.153,54</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.553.253,00
IMPOSTO DE RENDA — DL — 756/	<u>7.798.900,54</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	
APROPRIAÇÕES	
Reserva Legal	389.945,03
Fundo de Assistência Social	389.945,03
Participação dos Empregados	389.945,03
	<u>1.169.835,09</u>
LUCRO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	<u>6.629.065,45</u>

As notas explicativas da Diretoria anexas, fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulo de Araujo Leal Martins
Diretor-Presidente
CPF — 000541272

Carlos Guilherme Lavor Moreira
Diretor Administrativo
CPF — 020463002

Jorge Derenji
Diretor de Planejamento
CPF — 000593742

Delfina Maria Melo Vieira
Contadora CRC-3039-PA
CPF — 023721262

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

NOTA 1 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas de contabilidade adotadas pela companhia são as seguintes:

a) Títulos do mercado aberto - Representado por aplicações financeiras em títulos mobiliários vinculados ao mercado aberto (LTN's) e estão demonstrados ao custo de aquisição. Os rendimentos sobre as aplicações só são reconhecidos como receita por ocasião do resgate dessas aplicações.

b) Promissórias a receber e renda de exercícios futuros - correspondem a receita de laudêmos e jóias de aforamento a se

realizarem em exercícios futuros. Esta receita somente é reconhecida quando do seu efetivo recebimento.

c) Imobilizações técnicas - Os bens componentes do ativo imobilizado da companhia, estão registrados pelo custo de aquisição e por laudos de peritos nomeados em assembleia geral de acionistas quando da constituição da companhia. Por ser opcional, nos termos da legislação em vigor, não é calculada e registrada a correção monetária do ativo imobilizado.

O critério adotado pela companhia para cálculo da depreciação é o de linha reta.

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém — CODEM

d) Gastos acumulados e recursos obtidos com convênios - Estão representados pelos convênios assinados durante o exercício de 1975 com a Prefeitura Municipal de Belém, e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, objetivando o primeiro, promover o planejamento para a viabilização da reforma administrativa municipal bem como o controle de execução, acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos e de obras e, o segundo, proporcionar recursos com vistas a elaboração de estudos e projetos relativos a implantação de áreas industriais no Município de Belém. Os gastos incorridos na execução dos convênios estão registrados em conta do ativo pendente; as liberações dos recursos estão registradas em contrapartida em conta do passivo pendente, para posterior encontro de contas.

NOTA 2 - IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS

E 31 de dezembro de 1976, as imobilizações técnicas estão representadas por:

	Cr\$		
	Custo Histórico	Amortização e Depreciação	Líquido
Imóveis para exploração (terras)	9.210.322	—	9.210.322
Edifício para Uso	1.200.000	—	1.200.000
Instalações	215.153	53.106	162.047
Móveis e equipamentos	1.758.318	275.854	1.482.464
Máquinas de Escritório	264.916	96.531	168.385
Veículos	296.266	129.656	166.610
Biblioteca	53.475	—	53.475
Benfeitoria em terreno alheio	2.185.315	—	2.185.315
Planta Aerofotogramétrica de Belém	2.906.134	2.324.907	581.227
TOTAL	18.089.899	2.880.054	15.209.845

JORGE DERENJI
Diretor de Planejamento-CPF 000593742
DELFINA MARIA MELO VIEIRA
Contadora CRC 3039-Pa
CPF 023721262

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, após a verificação dos livros e documentos dos atos e fatos de gestão do ano de 1976, manifestam-se favoravelmente à aprovação sem reservas, do Balanço e da Demonstração de Resultados do aludido exercício, pela Assembleia Geral Ordinária, que, para tal fim, for convocada.

Belém, 18 de março de 1977
MILTON JOSÉ PINHEIRO MONTE
IRAILSON UBIRAJARA COUTO DA ROCHA
PAULO CASTRO DE PINHO

PARECER DOS AUDITORES

Ilm^{as} Srs.
Diretores da

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM
Belém - PA

Examinamos o balanço geral da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, levantado em 31 de dezembro de 1976 e o respectivo demonstrativo de resultados correspondente ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, acima referidos, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento e

Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, em 31 de dezembro de 1976 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto a adoção do novo procedimento de amortizar o valor da Planta Aerofotogramétrica de Belém, conforme mencionado à Nota Explicativa nº 2, com o qual concordamos.

Belém, 9 de março de 1977
BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.
CRC-SP-5528-S-PA — GEMEC-RAI-73/058-PJ

JOSE ALMEIDA DE OLIVEIRA
Contador CRC-RJ 012.575.6"S"PA-247 AI/PP-RJ 222
GEMEC-RAI-073/058-7-FJ

(Ext. Reg. nº 2173 — DIA 21.4.77)

A partir deste exercício, a companhia passou a "amortizar" em bases de 20% ao ano, a Planta Aerofotogramétrica de Belém. A parcela de Cr\$ 1.743.680 correspondente a amortização de exercícios anteriores foi levada contra a conta de Lucros em Suspense. NOTA 3 - CAPITAL

O capital integralizado da companhia em 31 de dezembro de 1976, está constituído por 9.640.093 ações ordinárias e 771.503 ações preferenciais, todas nominativas no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada. As ações preferenciais não têm direito a voto sendo-lhes entretanto, asseguradas prioridades no reembolso de capital e dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano. A participação da Prefeitura Municipal de Belém no capital da companhia é de 99,98%.

PAULO DE ARAUJO LEAL MARTINS
Diretor Presidente-CPF 000541272
CARLOS GUILHERME LAVOR MOREIRA
Diretor Administrativo-CPF 020463002

SOTEAÇO - Estruturas em Aço S.A.

CGC. - 04.924.106/0001-32
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas de SOTEAÇO - ESTRUTURAS EM AÇO S.A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se dia 29 (vinte nove) de abril de 1977, às 18:00 horas, na sede social à Av. 16 de Novembro nº 427, a fim de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

a) Exame e discussão do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1976 e da conta Lucros e Perdas inclusive parecer do Conselho Fiscal.

b) Eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

c) Fixação dos Honorários da Diretoria e membros do Conselho Fiscal.

d) O que ocorrer.

Belém-Pa., 15 de abril de 1977.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2095 Dias: 16, 19 e 20.04.77)

Agropecuária Junqueira

Franco S/A -

AGROJUNFRASA

C.G.C. Nº 04.986.303-0001/86

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas desta sociedade para a "Assembléia Geral Ordinária" a realizar-se no dia 10 de maio de 1976, às 15:00 horas, na sede social sito à Av. Presidente Vargas nº 197, 2º andar, conjunto 201/2, na cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 1976.

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o próximo exercício, bem como a fixação de seus honorários.

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas para serem examinados os documentos que se refere o Artigo 99 do Decreto - Lei nº 2627 de 26 de setembro de 1940.

Belém-Pa., em 18 de abril de 1977.

João Francisco Junqueira Franco

Diretor-Presidente ~

(Ext. Reg. nº 2152 - Dias: 20, 23 e 26.4.77)

Importadora de Ferragens S/A.

C.G.C. 04893996/0001
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
REGISTRO GEMEC/RCA - 200 - 73/79

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas, o Relatório da Diretoria relativo a 1976.

2. Como V. Sas. poderão observar, as sínteses contabilísticas traduzidas pelo Balanço e Demonstrativos de Resultados, ambos do exercício encerrado no último dia útil do ano imediatamente anterior, refletem, sem sombra de dúvida, a ação gestiva, sempre orientada para auferir a justa e necessária compensação reidual.

3. Em se tratando de tradicional empresa paraense, a IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A., no período transato, procurou adaptar-se às novas variáveis do mercado e ajustar-se à política governamental. Dai, Senhores Acionistas, haver ela ampliado, sensivelmente, o elenco das atividades de seu objeto comercial.

4. Por necessário, visando melhor informar os acionistas e clientes, asseveramos que os resultados obtidos, em 1976, são indicadores da revitalização empresarial. Confrontando-se os dados da situação líquida em 1975, vêmo-los, ao final do ano passado, com incremento bastante satisfatório.

5. Além de tais esclarecimentos, esta Diretoria permanece à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a gestão em exame.

6. É o relatório.

Belém, 08 de março de 1977

a) Hermógenes Urdininea Condurú - Presidente
João Queiroz de Figueiredo Vice-Presidente
Clementino José dos Reis - Diretor
Mário Silvestre - Diretor
Raimundo Rodrigues da Silva Braga - Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O			
1 - DISPONÍVEL			
1.1 - Bens Numerários		680.446,93	
1.2 - Depósitos Bancários (I)		6.502.309,37	7.182.756,30
2 - REALIZÁVEL			
2.1 - Estoques			
2.1.1 - Almoxarifado	340.225,57		
2.1.2 - Mercadorias	54.653.993,44	54.994.219,01	
2.2 - Créditos			
2.2.1 - Contas a Receber	60.795.140,92		
(-) Valores Descontados	28.897.689,43		
(-) Provisão p/Cob. Duvidosa	900.000,00	30.997.451,49	
2.2.2 - Outros Créditos (II)		2.472.051,51	
2.3 - Valores e Bens			
2.3.1 - Outros (III)		1.123.228,27	89.586.950,28
Ativo Circulante			96.769.706,58
3 - IMOBILIZADO			
3.1 - Imobilizações Técnicas			
Valor Histórico	5.879.299,53		
(+) Correção Monetária	27.331.710,67		
(=) Valor Corrigido	33.211.010,20		
(-) Depreciações Acumuladas	1.746.334,31	31.464.675,89	
3.2 - Imobilizações Financeiras			
3.2.1 - Participações Outras Empresas (IV)	24.618.945,23		

Importadora de Ferragens S/A.

3.2.2 - Aplicações por Incentivos			
(V)	2.456.660,80		
3.2.3 - Cauções	262.204,81		
3.2.4 - Outras	200.594,00	27.538.404,84	59.003.080,73
Ativo Real			155.772.787,31
4 - RESULTADO PENDENTE			
4.1 - Despesas Diferidas		789.467,33	
4.2 - Outras		732.413,17	1.521.880,50
Sub-Total			157.294.667,81
5 - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			127.353.697,91
			<u>Cr\$ 284.648.365,72</u>

P A S S I V O

1 - EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
1.1 - Fornecedores		32.364.063,96	
1.2 - Diretores e Acionistas (VI)		1.492.360,01	
1.3 - Instituições Financeiras			
(VII)		6.369.079,06	
1.4 - Outras Exigibilidades			
1.4.1 - Adiantamentos de			
Clientes	5.729.066,78		
1.4.2 - Contribuições			
Compulsórias	1.994.440,51		
1.4.3 - Credores Diversos	4.482.013,49		
1.4.4 - Impostos	2.539.982,48		
1.4.5 - Outras (VIII)	1.447.222,46	16.192.725,72	56.418.228,75
2 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
2.1 - Instituições Financeiras (IX)		8.317.291,35	
2.2 - Provisão p/ICM (PN-CST 70/72)		6.000.000,00	14.317.291,35
3 - NÃO EXIGÍVEL			
3.1 - Capital Autorizado		50.000.000,00	
(-) A Subscriver		20.000.000,00	
Capital Integralizado		30.000.000,00	
3.2 - Correção Monetária Ativo			
Imobilizado		19.876.030,41	
3.3 - Reservas Legais			
3.3.1 - Reserva Legal	2.930.000,00		
3.3.2 - Reserva p/Manutenção Cap.			
Giro	11.392.328,96	14.322.328,96	
3.4 - Reservas Estatutárias			
3.4.1 - Reserva p/Consolidação			
Ativo	11.428.084,69		
3.4.2 - Reserva p/Aumento			
Capital	1.382.582,22	12.810.666,91	77.009.026,28
4 - RESULTADO PENDENTE			147.744.546,38
4.1 - Receitas Diferidas	206.885,22		
4.2 - Outras	174.579,36	381.464,58	
4.3 - Lucro à Disposição da A G O		9.168.656,85	9.550.121,43
			157.294.667,81
5 - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			127.353.697,91

Cr\$ 284.648.365,72

a) Hermógenes Urdininea Condurú - Diretor-Presidente
 João Queiroz de Figueiredo - Diretor Vice-Presidente
 Clementino José dos Reis - Diretor
 Mário Silvestre - Diretor
 Raimundo Rodrigues da Silva Braga - Diretor

Paulo Petruccelli
 Contador - Reg. DEC. 139151
 CRC-PA. 0928

Importadora de Ferragens S/A.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

1 - RENDA OPERACIONAL		
1.1 - Vendas de Mercadorias		296.688.433,30
1.2 - Prestação de Serviços		5.340.482,65
1.3 - Outras (XI)		9.559.119,47
2 - CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS		311.588.035,42
3 - LUCRO BRUTO		227.279.585,91
4 - DESPESAS COM VENDAS (XII)		84.308.449,51
4.1 - Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM	17.703.352,86	
4.2 - Despesas de Pessoal	10.341.200,84	
4.3 - Outras Despesas	18.356.041,57	46.400.595,27
5 - GASTOS GERAIS		37.907.854,24
5.1 - Honorários da Diretoria		
5.2 - Despesas Administrativas (XIII)	1.518.814,08	
5.3 - Impostos e Taxas Diversos	11.834.372,86	
5.4 - Despesas Financeiras (XIV)	677.311,59	
5.5 - Outras Despesas	12.630.130,94	
	36.539,38	26.697.168,85
6 - DEPRECIAÇÕES		11.210.685,39
7 - LUCRO OPERACIONAL		721.453,89
8 - RENDAS NÃO OPERACIONAIS (XV)		10.489.231,50
		8.081.140,15
9 - LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		18.570.371,65
10 - IMPOSTO DE RENDA PAGO NO PERÍODO		608.000,00
11 - LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA		17.962.371,65
12 - PROVISÕES (XVI)		
12.1 - Provisão p/ICM (PN-CST-70/72)	1.000.000,00	
12.2 - Provisão para Cobrança Duvidosa	522.256,15	1.522.256,15
13 - RESERVAS		16.440.115,50
13.1 - Legais		
13.1.1 - Reserva Legal		
13.1.2 - Reserva p/Manutenção Capital Giro	470.000,00	
	6.801.458,65	7.271.458,65
14 - LUCRO À DISPOSIÇÃO DA A G O		Cr\$9.168.656,85

a) Hermógenes Urdininea Condurú - Diretor Presidente
 João Queiroz de Figueiredo - Diretor Vice-Presidente
 Clementino José dos Reis - Diretor
 Mário Silvestre - Diretor
 Raimundo Rodrigues Silva Braga - Diretor

Paulo Petruccelli
 Contador - Reg. DEC. 139151
 CRC - PA. 0928

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA (Balanço e Demonstrativo de Resultados de 1976)

I - Registro das disponibilidades financeiras existentes, dentre outros, nos seguintes bancos: Amazônia S/A., Estado do Pará S/A., Bradesco, Londres e Brasil S/A.

II - Grafa os créditos configurados, especialmente em Contas Correntes e Adiantamentos Fornecedores.

III - Consigna os depósitos vinculados ao FGTS, não optantes.

IV - Dentre as Participações em Outras Empresas, figura a da Companhia Importadora de Tratores e Equipamentos (CITREQ), com Cr\$ 23.259.616,00 e da Salvador Indústria e Comércio S/A. - SINCOSA, com Cr\$ 1.050.000,00.

V - Nas Aplicações por Incentivos, ressalte-se as realizadas, na forma da legislação específica, em empresas sediadas na área de atuação da SUDAM.

VI - A rubrica Diretores e Acionistas reflete os saldos credores de contas correntes dos respectivos titulares.

VII - Demonstra os capitais de terceiros, advindos de financiamentos obtidos, através de instituições creditícias, tais como: Banco da Amazônia S/A., Banco do Brasil S/A., Banco do Estado do Pará S/A. e Banco Lar Brasileiro S/A.

Importadora de Ferragens S/A.

- VIII - Além de outras, registra a contra-partida dos depósitos do FGTS, não optantes.
 IX - Financiamentos concedidos pelos Bancos do Brasil S/A., e do Estado do Pará S/A.
 X - Provisão constituída dentro dos limites fixados pelo PN-CST-70/72.
 XI - Decorrem das rendas derivadas de bonificações, ressarcimentos e comissões.
 XII - Originam-se das imputações de comissões s/ vendas, propaganda e publicidade, ICM, despesas de pessoal, como as mais significativas.
 XIII - Assinalam outros custos fixos, quer da Matriz, quer das Filiais, não incluídas nos itens precedentes.
 XIV - Encargos decorrentes, além de outros, de empréstimos bancários auferidos.
 XV - Assinala as receitas extra-operacionais, notadamente as de dividendos e bonificações em ações.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal de IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A., após examinarem os livros e documentos de 1976, à luz do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Resultados e Notas Explicativas da Diretoria sobre as aludidas peças contábeis, todos do prefalado ano, manifestam-se, favoravelmente, a eles e recomendam aprovação deles pela Assembléia Geral Ordinária, quando convocada e sem qualquer restrição.

Belém, 12 de março de 1977.

- a) *Cláudio de Souza Forte* - CPF. 001301172
José Carvalho da Cruz - CPF. 000560902
João Francisco de Lima Filho - CPF. 001336632

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Examinamos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados de IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A., encerrados em 31 de dezembro de 1976, e procedemos às comprovações parciais adequadas, a fim de estabelecer, na medida compatível com o sistema de testes, de acordo com as normas usuais de revisão externa periódica, a concorrência dos livros e contas com os respectivos documentos.

Logo, o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados, de conformidade com o nosso exame, e em consonância com o Relatório de Auditoria respectivo, refletem a posição patrimonial e financeira de IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A., em 31 de dezembro de 1976, em concordância com os princípios de contabilidade, geralmente aceitos.

Belém, 15 de abril de 1977

Pedro José Martin de Mello

Contador CRC-PA. nº 0585-CEAI-PA. nº 0002
 Membro do IAIB - 1ª R. nº 13 - CN nº 0419
 BCB - Registro nº GEMEC - RAI - 75/045-PF
 CPF - MF nº 000646452-15

(Ext. Reg. Nº 2144 - Dia: 20/04/77)

Companhia Importadora de Tratores e Equipamentos - (CITREQ)

C.G.C. 04901153

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas para, no próximo dia 29 de abril de 1977, às 10,00 horas, na sede social da Empresa, à Av. Almirante Barroso, 3864, reunirem-se, em Assembléia Geral Ordinária, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

- a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Resultados, Parecer do Conselho Fiscal e Certificado de Auditoria, tudo do ano de 1976;
 b) Apreciação do lucro colocado a disposição da Assembléia Geral Ordinária;
 c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes;
 d) Fixação dos honorários da Diretoria, do Presidente do Conselho de Administração e dos membros em efetivo exercício do Conselho Fiscal.

EXTRA-PAUTA

- a) O que ocorrer.

Belém, 19 de abril de 1977

HERMÓGENES CONDURU

Presidente

(Ext. Reg. nº 2231 - Dias 20, 21 e 23.4.77)

Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

C.G.C. - nº 04887055/001-16

RELATÓRIO DA DIRETORIA

De conformidade com as normas da Lei Federal nº 6404 em vigor e nossos Estatutos Sociais, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e a Demonstração de Conta Lucros e Perdas, relativos ao exercício de 1976, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.

ASPECTOS ECONÔMICOS FINANCEIROS

A receita alcançou o montante de Cr\$30.017.622,44 (Trinta Milhões, Dezessete Mil, Seiscentos e Vinte e Dois Cruzeiros e Quarenta e Quatro Centavos), verificando-se assim, um acréscimo considerável em relação ao exercício anterior, enquanto que a despesa atingiu a cifra de Cr\$ 26.678.707,34 (Vinte e Seis Milhões, Seiscentos e Setenta e Oito Mil, Setecentos e Sete Cruzeiros e Trinta e Quatro Centavos), apresentando um lucro do exercício, de Cr\$ 3.338.915,10 (Três Milhões, Trezentos e Trinta e Oito Mil, Novecentos e Quinze Cruzeiros e Dez Centavos), assim distribuídos:

1 - Reserva p/Manutenção do Capital de Giro Próprio	2.201.238,00	65,93
2 - Reserva Legal	166.945,74	5,00
3 - Resultado em suspenso à disposição da AGA	970.731,36	29,07

3.338.915,10 100,00%

Arq. Cicerino Cabral
do Nascimento
Diretor Presidente

Arq. Jaime de Oliveira Bibas
Diretor de Const. e Urban.

Belém, 18 de abril de 1977.

Tec. Cont. Franklin Costa
Diretor Financeiro

O aumento da Receita e Despesa em relação ao exercício de 1975, decorre da inclusão em ambas, da correção monetária de valores Ativos e Passivos correspondentes a Cr\$ 19.503.172,08 e Cr\$ 18.479.894,79, respectivamente, o que não era considerado no Balanço de Resultado anterior.

Do ponto de vista financeiro, observamos que a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, dispõe de Cr\$ 1,10 (Hum Cruzeiro e Dez Centavos), de direitos contra Cr\$ 1,00 (Hum Cruzeiro) de obrigações. O item de maior expressão, sem considerarmos as correções monetárias, no conjunto da receita foi no Grupo de Contas "Receitas Complementares da Produção e Comercialização de Projetos", Cr\$ 5.385.469,32 e na despesa foi "Pessoal" que consumiu recursos na ordem de Cr\$ 3.279.833,99 (custos diretos e indiretos).

Cabe-nos acrescentar que no presente exercício ocorreram investimentos patrimoniais no valor de Cr\$ 143.401,95, decorrente de aquisições de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de escritório.

CONCLUSÃO

Vale ressaltar os excelentes resultados financeiros alcançados no exercício, podendo-se afirmar, não possuir precedentes na história econômica da empresa, sem prejuízo dos gastos indispensáveis à produção e aparelhamento de Companhia.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A T I V O

DISPONÍVEL

Caixa
Depósitos Bancários à Vista
Bancos C/Movimento
Bancos C/Vinculados a Obras
1.658.587,08
11.979.129,99

5.422,85
13.637.717,07

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital Subscrito 2.000.000,00
(-) Acionistas C/Capital a Realizar 165.445,00
Reservas
1.834.555,00
3.622.190,47

Disponibilidades em Trânsito					
REALIZAVEL					
Devedores P/Vendas Compromissadas					3.051.763,65
De Projetos Habitacionais					
Devedores P/Cont. de Financ.					1.677.505,76
Devedores P/Créditos					970.731,36
Repassados					
Devedores P/Outros Contr. de Financ.					
Terrenos					
Destinados a Edif. ou Urban.					104.766.736,46
Projetos Destinados à Venda					482.069,56
Conjuntos Habitacionais					91.203,56
Equip. Comunit. Particulares					663.141,75
Titulos, Valores Mobiliários e Dep.					4.420.651,49
Adiantamentos					
Outros Valores Realizáveis					110.423.802,82
IMOBILIZADO					
Imobilizações Técnicas					
Imobilizações Administrativas					556.242,89
(-) Depreciações Acumuladas					50.447,29
Imobilizações Financeiras					22.992,53
PENDENTE					
Desp. Diferidas e Antecipadas					1.051.141,22
(-) Movimentação de Seguro - SPH					
Outros Valores Pendentes					
Ativos					141.189.211,42
Contas de Compensações					
Ativas					
TOTAL GERAL					263.820.901,70

Fundo de Variações de Corr.					
Monet. do SPH					
Lucros Suspensos					
De Exercícios Anteriores					1.677.505,76
Do Exercício					970.731,36
EXIGÍVEL					
Empréstimos do B.N.H.					104.766.736,46
Fornecedores e Prestadores de Serviços					482.069,56
Impostos, Contrib. e Consignações a Recolher					91.203,56
Depósitos P/Benef. do Dec. Lei 1.358/74					663.141,75
Outros Valores Exigíveis					4.420.651,49
PENDENTE					
Receita Diferidas					556.242,89
Recolhimento Imobiliário a Discriminar					50.447,29
Outros Valores Cred. a Reclasseficar					22.992,53
Outros Valores Pendentes Passivos					421.458,51
Contratos de Compensação Passivas					141.189.211,42
TOTAL GERAL					263.820.901,70

Belém, 31 de dezembro de 1976.

Cicerino Cabral do Nascimento
Diretor Presidente
CPF - 002884702

Jaime de Oliveira Bibas
Dir. de Const. e Urbanismo
CPF - 008573192

Franklin Costa
Diretor Financeiro
Téc. Cont. Reg. CRC - PA. n.º
CPF 0023322-62

Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

BALANÇO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

DESPESAS POR NATUREZA

Despesas Financeiras e Fiscais	
Despesas Financeiras de Empréstimos	
De Emprést. Gerais do BNH.	604.041,77
De Emprést. do BNH P/Repasse	324.832,47
Desp. Financ. C/Benf. Fiscal do DL	110.623,12
1352/74	134.281,84
Despesas Tributárias	
Desp. Comp. da Prod. e Comerc. de	
Projetos	289.670,71
Desp. de Cor. e de Var. Cambial de	
Val. Passivos	18.479.894,79
Despesas Administrativas	
Despesas de Pessoal	3.279.833,99
Encargos Sociais	803.106,87
Despesas com Material	654.986,31
Serviços de Terceiros	1.710.766,16
Outras Despesas Administrativas	84.344,81
Encargos Diversos	202.324,50

TOTAL DAS DESPESAS	26.678.707,34
Apropriação do Lucro do Exercício	
Reserva P/Manut. do Cap. de Giro	
Próprio	2.201.238,00
Reserva Legal	166.945,74
Resultados em Suspense	970.731,36

TOTAL GERAL	30.017.622,44

Cícero Cabral do Nascimento
Diretor-Presidente
CPF — 002884702

Belém, 31 de dezembro de 1976.

Jaime de Oliveira Bibas
Diretor de Const. e Urbanismo
CPF — 008573192

RECEITAS POR NATUREZA

Receitas Financeiras	
Receitas de Vendas Compromissadas	1.420.616,37
Receitas de Recursos Repassados	324.831,45
Receitas Comp. da Prod. e Comerc. de	
Projetos	5.385.469,32
Receitas de Corr. Monet. de Val.	
Ativos	19.503.172,08
Taxas de Serv. e de Ocup. de Imóveis	
Taxas de Serviços	606.764,78
Taxas de Ocupações de Imóveis	101.403,73

Receitas Patrimoniais	
Contribuições e Doações Recebidas	2.040.000,00
Contribuições ou Subvenções	173.900,00
Doações	2.213.900,00

Receitas de Aplic. Títulos e Depósitos	411.539,54
Outras Receitas Patrimoniais	49.925,17

TOTAL GERAL	30.017.622,44

Franklin Costa
Diretor Financeiro
Téc. em Contabilidade
Reg. CRC-PA nº 1871
CPF. — 002332262

Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da COHAB — Companhia de Habitação do Estado do Pará, no exercício de suas atribuições Legais e Estatutárias, examinando o Balanço Geral e a Demonstração de Lucros e Perdas, relativos ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976, comparando com os demais documentos apresentados, concluíram estar em perfeita ordem, refletindo fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, pelo que são de parecer que o referido Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas, devem ser aprovados em Assembléia Geral Ordinária, a ser convocada oportunamente.

Belém, 09 de março de 1977.

Silvio Serra de Moraes Rego Neto

José Otavio Seixas Simões

Carlos Frazão Filho

(Ext. Reg. nº 2158 - Dia: 20/04/77)

F. de Castro, Modas S.A.

Assembléia Geral Ordinária
Assembléia Geral Extraordinária

Na forma do disposto nos Estatutos Sociais, convoco os Srs. Acionistas à Assembléia Geral Ordinária que se realizará às 9,00 horas do dia 30 de abril de 1977, em nossa Sede Social - Rua Santo Antonio 132, a fim de deliberarem sobre a aprovação do Balanço referente a 1976 e o que ocorrer.

Convoco ainda os Srs. Acionistas à Assembléia Geral Extraordinária que se realizará às 9,30 horas, no mesmo dia e local citados para tratar sobre aumento de capital, alteração dos estatutos, eleição da Diretoria, transformação de S.A. em Cia. Ltda. e o que ocorrer.

Belém, 18 de abril de 1977

a) Francisco de Castro Henriques
Diretor-Presidente

(Ext. Reg. nº 20, 21 e 26.4.77)

Importadora de Ferragens S.A.

CGC. 04893996/0001

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
REGISTRO-GEMEC/RCA - 200 - 73/79
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se na sede social à avenida Presidente Vargas, 197 - 1º pavimento do edifício Importadora nesta cidade, no dia 29 de abril de 1977, às 17,30 horas (dezessete e trinta horas), para deliberar sobre:

1. Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Resultados e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976;

2. Eleição do Presidente da Assembléia Geral;

3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, fixando-lhes os honorários;

3. O que ocorrer.

Belém, 14 de abril de 1977

OCTAVIO AUGUSTO DE BASTOS MEIRA

Dr. Presidente da Assembléia Geral.

((Ext. Reg. nº 2143 - Dias 19, 20, e 21.4.77)

Aso Metal S.A.

CGC. 04.944.815/0001-80

INS. EST. 15055561-0

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da Aso Metal S.A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1977, às 14,00 horas em primeira convocação, ou às 16,00 horas em segunda convocação, ou ainda, às 18,00 horas em terceira convocação, na sede social, à Rodovia BR-316, Km. 2, Ananindeua-Pa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Exame e discussão do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1976;

b) Eleição da Diretoria para o biênio 77/78 e do Conselho Fiscal para o exercício;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal;

d) O que ocorrer.

Belém, 19 de abril de 1977

ALDC SERRANO DE NOLI VERGUEIRO
Presidente

(Ext. Reg. nº 2162 - Dias 19, 20 e 21.4.77,

Companhia Agro Pecuária do Pará

CGC. 04941795/0001

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se na sede social, à rua 28 de setembro nº 668, Belém - Pará, às 15,00 horas do dia 29 de abril de 1977.

ORDEM DO DIA

a) Tomada de Contas da Diretoria, deliberação sobre Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, tudo referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1976;

b) Eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercício de 1977;

c) Fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1977;

d) Outros assuntos de interesse geral.

Belém, 13 de abril de 1977

GUILLERME DE SOUZA CASTRO CARDOSO
Diretor

(Ext. Reg. nº 2134 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

AGRIMSA - Agro Industrial Meinberg S.A

C.G.C. 04.935.045

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores acionistas da AGRIMSA - Agro Industrial Meinberg S.A., para comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 1977, às 10:00 horas, na sede social à Rua XV de Novembro, 226 - 15º andar - conjunto 1514, na cidade de Belém, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Exame do relatório da Diretoria sobre as atividades no exercício findo de 1976 e parecer do Conselho Fiscal;

b) - Exame do Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e demais documentos.

c) - Eleição do Conselho Fiscal para o novo mandato e fixação de seus honorários;

d) - Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Assim, acham-se desde já à disposição dos Senhores acionistas, na sede da Sociedade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício findo.

Belém, 20 de março de 1977.

CARLOS MEINBERG
Diretor Presidente
C.P.F. nº 026.592.478

3º CARTÓRIO DE NOTAS

Reconheço a firma de Carlos Meinberg.
S. Paulo, 28 de março de 1977.

Em test: P.R.C. da verdade

Paulo Roberto Cappi
Escrivente Autorizado

(T. nº 96.765 - Reg. nº 2120 - Dias: 19, 20 e 21.4.77)

Casa das Geladeiras e TV S.A

C.G.C. 04.908.356/0001

Convidamos os nossos acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 29 de abril de 1977, às 16 horas, em nossa sede social situada na Rua Senador Manoel Barata nº 343, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1976;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o presente exercício;

c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o corrente exercício;

d) O que ocorrer.

Outrossim, avisamos que se acham à disposição dos senhores acionistas, os documentos de que trata a legislação em vigor, referentes ao exercício de 1976.

Belém, 14 de abril de 1977

a) Diretoria

(Ext. Reg. nº 2134 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

Cimentos do Brasil S/A. (CIBRASA)

CCC.-MF. nº 04.898.425/0001-1

BELEM-PARA

EDITAL

Cimentos do Brasil S/A, (CIBRASA), com sede à Trav. Padre Prudêncio nº 90, convida todos os seus acionistas com poder de deliberação, a participarem da Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 1977, pelas 10:00 horas, em sua sede social no local acima indicado, a fim de deliberarem sobre a matéria a seguir discriminada:

a) Aprovação do Balanço Geral e Conta de Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria, relativo ao exercício de 1976;

b) Parecer favorável do Conselho Fiscal;

c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1977;

d) Demais assuntos permitidos na Assembléia em espécie.

Belém, 13 de abril de 1977

a) ANTONIO KOWALEWSKI

Diretor Executivo

(Ext. Reg. nº 2048 - Dias 19, 20, e 21.4.77)

Lima, Irmãos S.A. - Indústria e Comércio

CGC. 04.893.970/0001-14

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convidamos os srs. acionistas para a reunião da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 do corrente, pelas 15 horas, na sede social, à rua 15 de Novembro, 324, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) Apreciação e julgamento das contas da Diretoria, relativas ao exercício de 1976;
- b) Eleição e posse do Conselho Fiscal para o exercício de 1977;
- c) Fixação dos honorários dos Membros do Conselho Fiscal e da Diretoria para o exercício de 1977 e
- d) O que ocorrer.

Belém, 15 de abril de 1977

JOSÉ DE OLIVEIRA MENDES

1º Vice Presidente

(Ext. Reg. nº 2142 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

F. Aguiar S.A. - Comércio e Representações

CGC. 04.897.039/0001

Convidamos os nossos acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 29 de abril de 1977, às 11 horas, em nossa sede social situada na Rua Santo Antonio, nº 100, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) Lêitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1976;
- b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o presente exercício;
- c) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- d) O que ocorrer.

Outrossim, avisamos que acham-se à disposição dos senhores acionistas, os documentos de que trata a legislação em vigor, referentes ao exercício de 1976.

Belém, 14 de abril de 1977

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. nº 2133 - Dias 19, 20 e 21.4.77)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando do 4º Distrito Naval

TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0050/1977

1.0 - OBJETO:

De ordem do Exmº Sr. Vice-Almirante, Comandante do 4º Distrito Naval, faço público que, às 14 horas do dia 6 do mês de maio do ano de 1977, no Comando do 4º Distrito Naval, situado na Praça Carneiro da Rocha, Cidade Velha, será realizada Tomada de Preços destinada a construção de sete (7) casas para Oficiais e Praças da Marinha.

2.0 - INSTRUÇÕES:

O cronograma da presente Tomada de Preços é o abaixo discriminado:

Dia 6 de maio às 14:00 horas - Recebimento dos documentos de qualificação e propostas de preços em envelopes separados.

Dia 10 de maio - Publicação do resultado do exame da documentação de qualificação das Firmas no Comando do 4º Distrito Naval.

Dia 11 de maio às 14:00 horas - Abertura dos envelopes das propostas de preços das Firmas qualificadas.

Dia 17 de maio - Divulgação do resultado do julgamento das propostas apresentadas.

Dia 18 de maio - Assinatura do Contrato.

3.0 - OBSERVAÇÃO:

Os interessados poderão obter os editais e os projetos, bem como maiores esclarecimentos na 1ª Seção do Estado - Maior ou na Divisão de Intendência do Comando.

Belém-Pará, em 20 de abril de 1977

LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA

Capitão-de-Mar-e-Guerra

Presidente da Comissão de Concorrência

(Ext. Reg. nº 2172 - Dia 20.04.77)

M.S. - Fundação Serviços de Saúde Pública

A V I S O

Chama-se a atenção para a TOMADA DE OFERTAS nº 01/77 referente a venda no estado em que se encontram, de veículos, lanchas, máquinas de escrever, calcular e somar, móveis, cofres de ferro, motores, utensílios diversos, pneus usados, sucata de ferro, tambores vãos de ferro e cabo de aço.

Para maiores detalhes veja EDITAL na Seção de Material e Transportes, à Trav. Quintino Bocaiuva nº 561 no Bairro do Reduto, até o dia 06/05/1977.

(Ext. Reg. nº 2168 - Dias: 20, 21 e 23.04.77)

Secretaria de Estado de Segurança Pública

DELEGACIA DE DEFRAUDAÇÕES E
FALSIFICAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PELO
PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

O Bacharel José Maria Veloso Ribeiro, Comissário de Polícia da Capital, com exercício na Delegacia de Defraudações e Falsificações da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por nomeação legal, etc...

Pelo presente edital, faz saber que ficam notificados a comparecer à sala onde funciona a Delegacia de Defraudações e Falsificações da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em Belém, Capital do Estado do Pará, no prazo de quinze (15) dias, a contar da data de sua publicação, os cidadãos Heitor Malgor Vercelheze, Bolivar de Oliveira Soares, que comerciava nesta cidade com a firma Soc. Pecuarista Madeireira e Comercial Ltda., avenida Roberto Camelier, nº 2.802, possuindo inclusive super mercado; Milton Benedito França, este com local de trabalho "Revista do Expedicionário" - avenida E. Amaral Peixoto, nº 455 - sala, 1103 - Niteroi - e Roberto Kelabi, residente na rua Barão da Torre, nº 125 - apartamento nº 202 em Ipanema, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para serem interrogados acerca de sua indicação criminal no inquérito policial requerido por Anivaldo da Cruz Grossi, sócio gerente da firma "Alumiart" - Artefatos de Alumínio Ltda., estabelecida na Estrada Vicente de Carvalho, nº 71 - Vaz Lobo - Rio de Janeiro - por violação dos dispositivos legais inseridos no artigo 171, caput da lei Penal Basilar, de vez que, no dia treze (13) do mês de janeiro do ano de 1976, a firma queixosa, através de sua vendedora, senhora Elvira Medeiros (gerente de vendas), travou conhecimentos comerciais com os indivíduos, Milton Benedito França e Roberto Kelabi, estes representantes dos dois primeiros, naquela cidade, os quais, ali, estavam comprando mobiliários de alto luxo, materiais de ferro e madeiras, bem como objetos e mercadorias diversas para o super mercado que diziam possuir nesta cpital, dando como referências o senhor Alfeu, gerente do Banco Sul Brasileiro-Financeira e Germano Ferreira, estes lhes havia vendido um prédio meses antes, que confirmaram tudo. Ante tão flagrantes provas, a vendedora não hesitou em vender para os citados "comerciantes", tendo os pedidos sido preenchidos, sendo o de nº 356 no valor de Cr\$ 92.000,00 assinado por Milton Benedito França e o de nº 801 no valor de Cr\$ 138.000,00 assinado por Roberto Kelabi, tendo a firma queixosa emitido as respectivas notas fiscais no valor total de duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco cruzeiros e noventa e dois centavos (Cr\$ 245.945,92), . Ocorre que quando as duplicatas emitidas e correspondentes à transação, venceram, a firma queixosa procurou contactar por via telefônica, com os indiciados, tendo recebido informação do senhor Germano Ferreira comunicando que os dois elementos

haviam fugido desta capital após aplicar "golpes" no comércio, indústrias e Bancos locais, inclusive deixando de pagar o imóvel adquirido daquele senhor. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, e que, decorrido o prazo de quinze (15) dias, serão os ora notificados, considerados revéis no mencionado inquérito, com a conclusão dos autos e posterior remessa ao forum para instruir a competente ação penal. Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e setenta e sete. E,

Eu, Arthur Carneiro dos Santos, escrevão o datilografei.

Bel. JOSÉ MARIA VELOSO RIBEIRO

Comissário

(Ext. Reg. nº 2186 - Dia 20.4.77)

Secretaria de Estado de Segurança Pública

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A V I S O

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/77 - SEGUP

A Secretaria de Estado de Segurança Pública, através da Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 26, de 15.04.77, do Departamento de Administração, avisa aos interessados, que no dia 28 de abril do ano em curso, às dez (10,00) horas, à Rua 28 de Setembro, 339, nesta Capital, receberá, abrirá e classificará as Propostas para aquisição de Gêneros Alimentícios, destinados ao Presídio "São José", conforme Tomada de Preços nº 05/77 - SEGUP.

O respectivo Edital encontra-se à disposição dos interessados no local acima indicado, no horário das 07,00 às 13,30 e das 16,30 às 18,00 horas, de segundas as sextas-feiras.

Belém, 15 de abril de 1977.

RAIMUNDO SILVA

Presidente da Comissão

Visto:

Prof. ALBERTO JOSÉ ATHAYDE BORDALHO
DA SILVA

Diretor do Departamento de Administração
(Ext. Reg. nº 2174 - Dia: 20.04.77)

Comunicação

Eu, MARIETA DOS SANTOS PAIXÃO, faço saber a quem interessar possa, o extravio de meu Título de PECÚLIO UNIVERSITÁRIO Nº 750-A.

Residência: Av. Nazaré nº 405 - Aptº 402

Belém, 18 de abril de 1977

MARIETA DOS SANTOS PAIXÃO

(T. nº 00718 - Reg. nº 2178 - Dia: 20.04.77)

Secretaria de Estado de Agricultura

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA (SAGRI), COMO CONTRATANTE, E A FIRMA SOENG-SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA LTDA, COMO CONTRATADA NA FORMA ABAIXO DECLARADA.

Pelo presente instrumento particular de contrato da prestação de serviços topográficos, a Secretaria de Estado de Agricultura, com sede nesta cidade de Belém, à Travessa do Chaco, nº 2232, neste ato representada por seu titular, Engº Agrº Antonio Itayguara Moreira dos Santos e doravante dita apenas CONTRATANTE, e a firma SOENG - Serviços e Obras de Engenharia Ltda., estabelecida à Travessa Dr. Freitas nº 292 nesta cidade, C.G.C. nº 05.058.409/001-01, como Contratada, neste ato representada por seu Sócio-Gerente Eli de Oliveira Braga, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, CPF. nº 012581502, residente nesta cidade à Trav. Lomas Valentinhas nº 1882 - CREA nº 002549 Série-00 - 1ª Região, ajustam, combinam e firmam o seguinte

OBJETIVO: A Contratada se obriga a executar para a Contratante os serviços demarcatórios constantes do Edital referente a Portaria nº 026/77, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento de Contrato.

Os reais objetivos do presente Contrato, encontram-se; ainda, nas especificações técnicas exigidas nos itens abaixo, além dos já detalhados no Edital acima mencionado.

ITEM - I) - Dos Trabalhos a serem executados
(Sub-itens: 1.1.; 1.2.)

ITEM - II) - Das Normas técnicas a serem obedecidas (Sub-itens: 2.1)

ITEM - III) - Da precisão dos trabalhos
(Sub-itens: 3.1.)

ITEM - IV) - Da apresentação dos trabalhos
(Sub-itens: 4.1., 4.1.1, 4.1.2., 4.1.3., 4.1.4., 4.1.5., 4.1.6., 4.1.7.)

ITEM - V) - Da Fiscalização
(Sub-itens: 5.1., 5.2., 5.3.)

PREÇO: Pela execução dos serviços especializados em topografia objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de Cr\$ 2.350.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros), referente ao pagamento de 1.000 Kms lineares, ao preço unitário de Cr\$ 2.350,00 (Dois mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) por quilômetro demarcado.

PAGAMENTO: O pagamento acima estipulado, far-se-á do modo seguinte: Vinte (20) por cento por ocasião da assinatura deste instrumento o restante, mensalmente, de conformidade com as produções oriundas dos perímetros das áreas demarcadas, cujos serviços forem concluídos, entregues, analisados e emitidos

pela Equipe Operacional do Campo, os devidos Boletins de Pagamento. De cada faturamento, em favor da CONTRATADA a CONTRATANTE se ressarcirá do valor também, de vinte (20) por cento, até que se dilua a importância recebida no ato da assinatura deste Contrato.

PRAZO: Item - VI) Do Prazo (Edital Anexo)
(Sub-item: 6.1.)

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1 - Os serviços topográficos à medida que forem concluindo as áreas individuais, deverão ser entregue à CONTRATANTE, representada na área, pela Equipe Operacional de Campo, para que sejam submetidos às análises devidas e apresse os trâmites para titulação.

2 - Os modelos de: Memorial Descritivo, Caderneta de Campo, Cálculo Analítico e Plan-tas, serão fornecidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

3 - As ordens de Serviços para execução dos trabalhos, serão emitidas pela Equipe Operacional de Campo determinando quantidades das áreas a serem demarcadas, nomes dos beneficiados prazo de entrega dos serviços, etc, além das fichas de Requerimentos Preliminares onde constam todos os dados acerca do posseiro.

4 - Não haverá, sob nenhuma hipótese, reajuste ou majorações de preços e prazos, durante a execução dos serviços que constituem objeto deste contrato.

5 - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições deste Contrato, ou do Edital anexo, em especial o Cronograma Físico-Financeiro apresentado e, muito principalmente pelo objeto, preço e prazo de entrega dos serviços ora contratados, obrigará a parte infratora ao pagamento, em favor da outra, da multa de Cr\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros), valendo este instrumento como título executivo extra-judicial, de acordo com o art. 585, item II, do Código de Processo Civil em vigor.

6 - Em caso da Contratada ultrapassar prazos estipulados nas Ordens de Serviços emitidas pela Equipe Operacional de Campo pagará multa correspondente a Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) por cada dia de atraso se o motivo for considerado negligência operacional.

7 - Fica eleito com renúncia expressa de qualquer outro, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou conhecer demandas fundadas no presente instrumento.

8 - A Caução de Participação sómente poderá ser devolvida a Contratada, após ter a Contratante se certificado de que os serviços foram satisfatoriamente concluídos.

E por estarem as partes, desta forma ajustadas, combinadas e contratadas, assinam o presente instrumento em cinco (5) vias de igual teor e forma, com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presente e de tudo cientes, para todos os fins de direito.

Belém, 18 de abril de 1977.

Engº Agrº **ANTONIO ITAYGUARA MOREIRA DOS SANTOS**

Contratante

Engº Agrº **ELI DE OLIVEIRA BRAGA**

Contratado

Testemunhas:

aa) *Ilegíveis*

(Ext. Reg. nº 2183 Dia: 20.04.77)

Secretaria de Estado de Agricultura

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ (SAGRI), COMO CONTRATANTE, E A FIRMA EMPLACON - ENCARGOS PLANEJAMENTOS E CONSULTORIA LTDA, COMO CONTRATADA NA FORMA ABAIXO DECLARADA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços topográficos, a Secretaria de Estado de Agricultura, com sede nesta cidade de Belém, à Trav. do Chaco nº 2232, neste ato representada por seu titular, Engº Agrº Antonio Itayguara Moreira dos Santos e doravante dita apenas **CONTRATANTE**, e a firma **EMPLACON - Encargos Planejamento e Consultoria Ltda.**, estabelecida à Rua 13 de Maio nº 1502 nesta cidade. C.G.C. 05.062.419/0001-91, **COMO CONTRATADA** neste ato representada por seu Diretor Administrativo Oscar Cristiano Batista - C.P.F. 000264922, brasileiro casado, residente nesta Capital à Rua 13 de Maio nº 1502, ajustam combinam e firmam o seguinte:

OBJETIVO: A Contratada se obriga a executar para a Contratante os serviços demarcatórios constantes do Edital referente a Portaria nº 025/77, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento de Contrato.

Os reais objetivos do presente Contrato, encontram-se ainda, nas especificações técnicas exigidas nos itens abaixo, além dos já detalhados no Edital acima mencionado.

Item - I) - Dos Trabalhos a serem executados
(Sub-ítem: 1.1., 1.2.)

Item - II) - Das Normas técnicas a serem obedecidas

(Sub-ítem: 2.1.)

Item - III) - Da precisão dos trabalhos

(Sub-ítem: 3.1.)

Item - IV) - Da apresentação dos Trabalhos

(Sub-ítem: 4.1., 4.1.1., 4.1.2., 4.1.3., 4.1.4., 4.1.5., 4.1.6., 4.1.7.)

Item - V) - Da Fiscalização

(Sub-ítem: 5.1., 5.2., 5.3.)

PREÇO: Pela execução dos serviços especializados em topografia objeto deste Contrato,

a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a importância de Cr\$ 1.799.700,00 (Um milhão setecentos e noventa e nove mil e setecentos cruzeiros), referente ao pagamento de 700 Kms., lineares, ao preço unitário de Cr\$ 2.571,00 (Dois mil, quinhentos e setenta e um cruzeiros) por quilômetro demarcado.

PAGAMENTO: O Pagamento acima estipulado, far-se-á do modo seguinte: Vinte (20) por cento por ocasião da assinatura deste instrumento e o restante, mensalmente, de conformidade com as produções oriundas dos perímetros das áreas demarcadas, cujos serviços forem concluídos, entregues, analisados e emitidos pela Equipe Operacional de Campo, os devidos Boletins de Pagamento. De cada faturamento, em favor da **CONTRATADA** a **CONTRATANTE** se ressarcirá do valor também, de vinte (20) por cento, até que se dilua a importância recebida no ato da assinatura deste Contrato.

PRAZO: Item - VI) Do Prazo (Edital Anexo)
(Sub-ítem: 6.1.)

CLÁUSULA E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1 - Os serviços topográficos à medida que forem concluindo as áreas individuais, deverão ser entregues à **CONTRATANTE** representada na área, pela Equipe Operacional de Campo, para que sejam submetidos às análises devidas e apresse os trâmites para titulação.

2 - Os modelos de: Memorial Descritivo, Caderneta de Campo, Cálculo Analítico e Plantas, serão fornecidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

3 - As ordens de Serviços para execução dos trabalhos, serão emitidas pela Equipe Operacional de Campo determinando quantidade das áreas a serem demarcadas, nomes dos beneficiados prazo de entrega dos serviços, etc, além das fichas de requerimentos preliminares onde constam todos os dados acerca do posseiro.

4 - Não haverá, sob nenhuma hipótese, reajustes ou majorações de preços e prazos, durante a execução dos serviços que constituem objeto deste contrato.

5 - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato, ou do Edital anexo, em especial o Cronograma Físico-Financeiro apresentado e, muito principalmente pelo objeto, preço e prazo de entrega dos serviços ora contratados, obrigará a parte infratora ao pagamento, em favor da outra, da multa de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), valendo este instrumento como título executivo extra-judicial, de acordo com o art. 585, item II, do código do Processo Civil em vigor.

6 - Em caso da Contratada ultrapassar prazos estipulados nas Ordens de Serviço emitidas pela Equipe Operacional de Campo pagará multa correspondente a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por cada dia de atraso se o motivo for considerado negligência operacional.

7 - Fica eleito com renúncia expressa de qualquer outro, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvida ou conhecer demandas fundadas no presente instrumento.

8. - A Caução de Participação somente poderá ser devolvida a Contratada, após ter a Contratante se certificado de que os serviços foram satisfatoriamente concluídos.

E por estarem as partes, desta forma ajustadas, combinadas e contratadas, assinam o presente instrumento em cinco (5) vias de igual teor e forma, com as duas testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes e de tudo cientes, para todos os fins de direito.

Belém, 18 de abril de 1977.

Engº Agrº **ANTONIO ITAYGUARA MOREIRA DOS SANTOS**
Contratante
OSCAR CRISTIANO BATISTA
Contratada

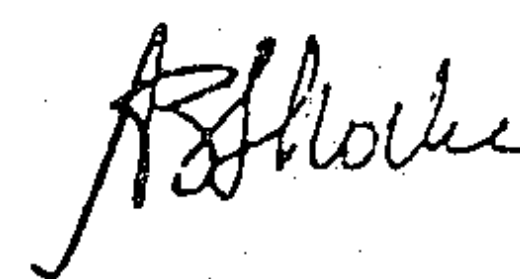
Testemunhas:

aa) Ilegíveis
(Ext. Reg. nº 2184 Dia: 20.04.77)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Extrato do Termo de Convênio número 028/77, firmado em 11.04.1977 entre o MEC e a Universidade Federal do Pará para aplicação dos recursos oriundos do Salário Educação (Decreto-Lei nº 1.422, 23.10.75 e Decreto nº 76.923, 26.12.75), para realização do Terceiro Encontro de Educadores da Amazônia a ser realizado em Belém, conforme Plano de Aplicação constante do processo nº 02586-DEF/MEC-1976. Crédito pelo qual correrá a despesa: Projeto: 4502.0842.1883.582 - Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. Elemento de Despesa: 3.2.7.8 - Diversas transferências correntes - Vinculações de Receitas. Empenho nº 466-SE, de 22.03.77. Valor do convênio: Cr\$ 170.000,00. Prazo de vigência: a partir de sua suplicação em órgão de Imprensa Oficial até 31.05.77. Ney Amintas de Barros Braga, Ministro da Educação e Cultura; Clovis Cunha da Gama Malcher, Reitor da Universidade Federal do Pará. Testemunhas: Anna Bernardes da Silveira Rocha e Zora de Menezes Cleto Moreira.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
PARA FINS DE PUBLICAÇÃO JUNTO A IMPRENSA OFICIAL



(Ext. Reg. nº 2208 - Dia 20/04/77)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente Desembargador **EDGARD VIANNA**

Resenhas da Justiça Estadual

CARTÓRIO SARMENTO

1º OFÍCIO

RESENHA DO DIA 15.04.77

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA

EMBARGOS

A: Luciola Teixeira Serruya — Adv. José Maria M. Dias
R: Ind. e Com. de Barbantes e Filhos Rochado Ltda. —
Adva.: Ana Maria Crispino

Despacho: — Como requer. Deferiu o pedido de fls. 22, obedecidas as formalidades legais.

NOTIFICAÇÃO

A: Credicard — Cia. de Turismo Promoções e Administração.

Adv: Humberto Vasconcelos

Despacho: — Depois de cumpridas as formalidades legais, devolva-se a requerente os autos independente de trasiado, para os fins de direito.

JUIZO DA 5ª VARA
EXECUÇÃO

A: Banco Itaú S.A.

R: Rubens Barros de Lemos

Despacho: — Mantenho o despacho de fls. 13v.

EMBARGOS A EXECUÇÃO

A: Femesc — Ind. e Com. Ltda.

Adv.: Fernando Wamzeler

R: R. A. Jinkings Com. e Rep. — Adv.: Rita Pereira

Despacho: — Em prova.

INDENIZAÇÃO

A: Adamor R. Fernandes — Adv.: Lourdes Freitas

R: Empresa de Transportes Nova

Marambaia

Despacho: — Renovou para o dia 25 de maio próximo, às 11,30 horas as diligências, cientes as partes.

JUIZO DA 8ª VARA

DESPEJO

A: Maria de Nazareth A. Roque — Adv. Natanael F.

Leitão

R: Nilton Roberto M. Câmara — Adv.: Vicente B. Eloy

Despacho: — Mandou vir o autor

EXPEDIENTE DO DIA 15 DE ABRIL DE 1977
6ª FEIRA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO — CÍVEL E COMÉRCIO
EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUÍZES

1ª VARA

Of. DRF/S.Ar/Nº 23077 - Em, 23 de março de 1977
Delegado da Receita Federal em Belém, comunicando
não haver débito em nome de Maria de Jesus Figueiredo ou
de seu esposo, relativamente ao Imposto de Renda.

Desp.: N.A.J.

PETIÇÃO DE: Banco Itaú S.A., por seu advogado Dr.
Antonio Fernando Rocha, a qualidade de Litisconsorte nos
autos de Anulação de No. Promissória requerida por Inês
Alvares Bartolomeu Rodrigues contra Viana Pereira
Madeiras da Amazônia S.A., requerendo a extinção do
Processo sem julgamento do mérito.

Desp.: N.A.J. Conclusos.

PETIÇÃO DE: Domicio da Silva Ribeiro, por seu
advogado Dr. Iracelyr Rocha, nos autos de Ação de

Indenização que move contra Messias Rocha, apresentando
provas no feito.

Desp.: N.A.J.

Proc. nº 36/77 — EXECUÇÃO

Exeq.: Carlos Hachem Chaves

Adv.: Em causa própria

Exec.: Heitor de Souza Freitas e outra

Adv.: Mário Martins Bermejo

Desp.: Como requer. Defiro o pedido de fls. Baixem os
autos à conta para os devidos fins. Designo o dia 22 de abril,
às 11,00 horas, em Cartório, para o pagamento do principal e
demais cominações legais, sob pena do prosseguimento da
ação. Cumpra-se e Int.

Proc. nº 55/76 — REPARAÇÃO DE DANO

Aut.: Luzia Miranda e Silva

Adv.: Joselisa Côte Kauffman e Bernardo Nunes de
Moraes

Réus: João Valdir Matos de Moura e José Ribamar
Soares de Lima

Desp.: Renovem-se as providências para o dia 20.05.77,
às 11,00 horas. Intime-se.

4ª VARA

Of. s/nº — Belém, 13 de abril de 1977

Banco América do Sul S.A., Informando os saldos
existentes em conta corrente em nome de Toshiaki Murata e
Kimiko Murata.

Desp.: N.A.J.

Proc. nº 130/77 — CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Aut.: Antonio Salgado da Mota

Adv.: José C. B. Magalhães

Réu: Luiz Octávio Vergolino de Mendonça

Adv.: Humberto Machado de Mendonça

Desp.: Diga o A., sobre a contestação e documentos de
fls. a fls. no prazo legal. Int.

Proc. nº 94/74 — EXECUÇÃO (HIPOTECÁRIA)

Exeq.: Socilar — Crédito Imobiliário S.A.

Adv.: Maria da Glória Maroja

Exec.: Antonio Armando de Almeida Couto Alves e
s/mulher

Desp.: À audiência da exequente

5ª VARA

Proc. nº 425/74 — ORDINÁRIA DE REINVINDICAÇÃO

Aut.: Maria das Dores da Silva Stilianidi

Adv.: Carlos Hachem Chaves

Réus: Joaquim Mário de Souza Souto e outro

Adv.: Christovam Colombo Gonçalves

Desp.: Sobre o documento anexado, diga a outra parte.

Proc. nº 78/77 — REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Aut.: Fausto da Silva Pires

Adv.: Rubem Conde de Almeida

Réus: Ovidio Frazão Muniz e outros

Adv.: Dário Macêdo

Desp.: Vista ao A., sobre a contestação.

7ª VARA

Proc. nº 364/76 — DESQUITE LITIGIOSO

Aut.: Josélia Salomon Canellas

Adv.: Demócrito R. Noronha

Réu: Hugo Augusto Barbosa Canellas

Adv.: Egydio Machado Salles

Desp.: Em provas.

Proc. nº 312/75 — INVENTÁRIO

Inv.: Alfredo Valente Rodrigues

Adv.: Leonildes Macêdo Silva

Inv.: Antonio Valente Rodrigues

Desp.: Notifiquem-se.

8ª VARA

PETIÇÃO DE: Empresa de Transportes Nova
Marambaia Ltda., e Regina Célia Fayal, por seus advogados
Drs. Nessima Simão Tuma e Dr. Laurênio Miranda da Rocha,
nos autos da Ação de Indenização movida pela segunda
contra a primeira, requerendo a desistência da ação.

Desp.: N.A. À Conta.

Proc. nº 561/76 — REINVINDICATÓRIA

Aut.: Albino Jorge Ferreira

Adv.: Nicolau Crispino

Réus: Joaquim Facundes de Oliveira e outra

Desp.: Informe o A., a que título dona Lourdes Oliveira,
ocupa a benfeitoria objeto da lide.

Proc. nº 32/77 — BUSCA E APREENSÃO

Aut.: União Financeira S.A.

Adv.: Paulo B. Chermont

Ré: Representações Amabeze Ltda.

Desp.: Recolha-se o mandado, a seguir conclusos.

9ª VARA

Proc. nº 657/75 — EXECUÇÃO

Exeq.: Banco Econômico S.A.

Adv.: Cleber S. Santos

Exec.: Drogasilva Ltda.

Desp.: Renovem-se as diligências para o dia 20 de maio,
às 12 hs.

RESENHA DO DIA 15 DE ABRIL DE 1977
CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO PEPES 3º OFÍCIO

Ação Despejo por falta de Pagamento 1ª Vara Ns/N —
76

Autora: Madalena Carneiro Monteiro (Adv. Dr. Alberto
Fares Akel)

Ré: Francisca da Costa Lima (Adv. Dr. Roberto de
Almeida Ferreira)

Despacho: Recebo a apelação de fls. em ambos efeitos.
Intime-sea apelada para os fins de direito. Cumpra-se e
Intime-se.

Busca e Apreensão — 2ª Vara Nº 472-76

Francred S.A. (Adv. Dr. Miraci Cezar da Cruz)

José Antonio Abrantes

Despacho: Visto etc. Francred S.A. — Crédito
Financiamento e Investimento através de procurador
legalmente habilitado, ingressou em juízo contra José Antonio
Abrantes, pedindo a decretação da busca e Apreensão de um
veículo marca Ford-Corcel, modelo Cupê, ano 1975, cor verde
Itanhangá, motor nº 363.596, chassis nº LB4DPG-86934,
vendido pela firma proponente ao proposto. Deferida a
medida foi expedido o competente mandado de busca e
apreensão e depósito do veículo em poder da autora e citação
do réu. O Oficial de Justiça, às fls. 12 dos autos certificou que
deixou de proceder à apreensão do veículo por não o ter
encontrado, alegando que o réu já não mais retinha em seu
poder e que tal veículo havia seguido para fora do Estado.
Certificou também o mesmo oficial de justiça que citou o réu
de todo o conteúdo do mandado, recusando-se ele, a assinar
sua ciência, motivo pelo qual duas pessoas foram chamadas
para testemunhar a citação. A autora nos termos do artigo 4º
da lei nº 911, de 01.10.1969, exercendo o seu direito, requereu,
"incidentes litis", a conversão do pedido de busca e
apreensão, nos mesmos autos, em Ação de Depósito, na forma
prescrita pelos artigos 901, e seguintes do Código de Processo
Civil. Sendo-lhe deferido o pedido, expediu-se o competente
mandado para a citação do réu, mandado esse que foi
cumprido, repetindo-se a circunstância de ser a citação
testemunhada por duas pessoas diante da recusa do citado
em assinar o seu ciente no mandado. O réu, no prazo que a Lei
estipula, não entregou o veículo que detem nem o depositou
em Juízo, assim como não consignou a ele o equivalente em
dinheiro, deixando, igualmente, de contestar a ação. Isto
posto, conhecendo diretamente do pedido como me faculta o
artigo 330 do Código Processo Civil, julgo procedente a ação
para o efeito de ordenar a expedição do mandado para o réu
José Antonio Abrantes entregar, em vinte e quatro horas, o

veículo reclamado ou o equivalente em dinheiro, sob pena de, não o fazendo, ser decretada a sua prisão que não se caracteriza como o fim da ação, podendo a autora, se quiser, prosseguir nos próprios autos, consoante as disposições do artigo 906 da nossa lei civil adjetiva. — Publique-se. Intime-se e Registre-se. — Belém, 12 de abril de 1977. a) Wilson de Jesus Marques da Silva — Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Belém".

Ação Ordinária de Cobrança de Honorários — 235-1-72 — 2ª Vara

Requerente: José Carlos Dias de Castro (Advogado em causa própria)

Requerida: Editora Brasil S.A. (Advogado João Diogo de Sales Moreira)

Despacho: Nos termos do artigo 135, parágrafo único, do Código de Processo Civil, declaro-me suspeito, por motivo íntimo, para conhecer da presente ação. Sejam os autos remetidos à distribuidora do Juízo para o efeito de nova distribuição. Belém, 12.4.1977. a) Wilson de Jesus Marques da Silva".

Autos Cíveis de Ação Executiva — 129/07/69 — 2ª VARA Exequente — Olivio Fávoro (advogado Orlando Fonseca)

Executados — Francisco da Costa Garcez e Amadeu Pinheiro Gomes (advogado José Maria do Nascimento)

Sentença: ...Isto posto, conhecendo diretamente do pedido, como me faculta o referido art. 330 da nossa lei civil adjetiva, julgo procedente a execução para o efeito de consenar os devedores executado e avalista a pagarem ao credor-exequente a importância consignada no título de crédito incluído no bojo dos autos, no valor atualizado de dois mil e quinhentos cruzeiros (dois mil e quinhentos mil cruzeiros em moeda antiga), acrescida dos jûros legais, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre a condenação. — Seja avaliado o bem penhorado e descrito no auto de penhora de fls. 8v. e 9 pelo avaliador do Juízo a quem couber a distribuição. — P.I.R. Belém, 12 de abril de 1977. a) Wilson de Jesus Marques da Silva — Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Belém".

Consignação em Pagamento — 582-02-76 — 2ª VARA

Requerente: Noemi Luiza de Queiroz (Adv. Raymundo João Oliveira de Macedo)

Requerido — Francisco Pereira dos Santos (Rubem Conde de Almeida)

Despacho: — Especifiquem-se as provas. — Belém, 12.04.1977. a) Wilson J. M. Silva

Sumaríssima — 526-03-3ª VARA

Requerente — Angelus Sebastião Mergulhão de Araujo (Adva. Ana Lúcia Silva Lima) — Carlos Raimundo Luzio Afonso).

Requerida — Empresa Taxi Alvorada Ltda. (Adv. Paulo Cesar de Oliveira)

Despacho: Para o prosseguimento da instrução designo o 24 de maio, às 11 horas. — Em, 12.04.77. a) Orlando Dias Vieira — Juiz da 5ª Vara

Despejo por falta de Pagamento — 104-04 — 3ª VARA Requerente — Maria de Nazaré Soares (Adv. Solange F. Couto)

Requerida — Maria de Nazaré dos Santos (Adv. Marcelle Rodrigues M. Freitas)

Despacho: R.H. Face ao exposto de fls. 17 dos autos, diga a parte interessada. — Belém, 13.04.77. a) Pedro Paulo Martins.

Desquite Litigioso Cumulado Com Busca e Apreensão — 476-04 — 7ª Vara

Requerente — Maria Ruth Oliveira da Costa (Adv. Armando de Moura Palha)

Requerido: — Artemio Pereira da Costa (Adv. Edvan Capucho Coutinho)

Despacho: Renovem-se as diligências para o dia 25 de abril, 10 horas. 25.02.77. a) Maria Lúcia Caminha Gomes dos Santos.

Despejo por falta de Pagamento 56/02 — 7ª Vara Requerente — Lourival da Luz Pinheiro (Adv. Geraldo de Alencar Silva)

Requerido — Ezequiel Ferreira dos Santos (Adv. Sentença: Isto, posto, Julgo Procedente a ação,

determinando, que se notifique o réu para desocupar o imóvel em questão, no prazo de 10 dias, sob pena de despejo, condenando-o mais às custas, honorários de advogado a base

de 20% sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se — Belém, 30 de março de 1977. a) Italzira Bittencourt Rodrigues".

Despejo por Falta de Pagamento — 01-49-77 — 8ª VARA Requerente — Chibi Ayan (Adv. Rosa Cristina Glória Santos)

Requerida — Maria Carmelita Guedes Fernandes (Adv.)

Sentença: "...Julgo procedente a ação e decreto o despejo da Ré Maria Carmelita Guedes Fernandes, do imóvel que ocupa de propriedade de A. Chibi Ayan, e fixo para a sua desocupação o prazo de vinte (20) dias. — Condeno-a no pagamento das custas e honorários do advogado do A., arbitrados em dez por cento (10%) sobre o valor do débito. - P.I.R. — e Cumpra-se. — Belém, 13 de abril de 1977. a) Clímenie Bernardette Araujo Pontes — Juiza da 8ª Vara".

Reparação de Danos — 01.01.77 — 9ª Vara

Requerente — Claudio Augusto Leão de Sales (Egídio Machado Sales Filho)

Requerido: — João Define Pizeta (Adv.)

Despacho: Rec. hoje. — Desentranhe-se as fls. 24 a 26 entregue a parte mediante recibo, de vez que não está seguindo o rito processual estabelecido no art. 278 do CPC. — Remarco para o dia 06 de maio, às 10,30 horas. — Intimem-se. — 22.03.77. a) Izabel Vidal de Negreiros".

Resolução de Contrato — 78/1/77 — 9ª Vara

Requerente — Mado - Engenharia e Comércio Ltda. (adv. Paulo Souza)

Requeridos — Nemezio Teixeira de Melo e outros (Adv. Max Vieira e Ieda Gomes)

Despacho: Nada a sanear. — Designo o dia 12 de maio, 10 hs., para a audiência de instrução e julgamento, cientes as partes. 12.04.77. a) Maria Lúcia Caminha Gomes dos Santos.

Despejo por Uso Próprio 7ª Vara nº 283-76

Autora — Marina Roffé Ferreira Lemos (Adv. Dr. Celso Burlamaqui Freire)

Réu: Nabih Abou El Hosn (Adv. Dr. Edgard Olintho Contente)

Despacho: Defiro o pedido do perito determinado o pagamento de Cr\$ 4.000,00, de honorários. Designo o dia 20 de abril, às 10 horas, para a audiência de instrução e julgamento, cientes as partes. Em 15.02.77. Juiza da 9ª Vara.

RESENHA DO DIA 15 DE ABRIL DE 1977

CARTÓRIO DO SEXTO OFÍCIO

ESCRIVÃ: ANA LOBATO

1ª VARA

Processo nº 644 — AÇÃO DE INVENTÁRIO

Inventariante: — Maria Trindade de Souza Assunção

Adv. — Solange M. Frazão do Couto

Inventariados: — Simeão de Castro Assunção e Sepetina Vieira de Assunção.

Desp. — Em declarações Finais

Processo nº 72 — AÇÃO DE ARROLAMENTO

Inventariante: — Edward James Slingo

Adv. — Fernando de Araujo Viana

Inventariado: — Michel Edward Slingo

Desp. — Digam os interessados sobre as declarações preliminares

4ª VARA

Processo nº 132 — AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO

Req: Herança de Maria Laura de Souza Matos

Adv. — Paulo Klautau

Reqd: Olivia & Filho Limitada

Desp. — A Conta. Após entreguem-se os presentes autos, a requerente independente de traslado, para os devidos fins de direito.

5ª VARA

Processo nº 10.356 — AÇÃO EXECUTIVA

Req: Banco do Brasil S.A.

Adv.: — Dalton Cordeiro Lima

Reqd: Lauro de Almeida Aparicio. José de Siqueira Rodrigues e Agostinho Correa de Araujo.

Adv. — José Siqueira Rodrigues

Desp. — Vista aos interessados.

Processo nº 602 — AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Req: Aires Farias Coelho

Adv. — Paolo Ricci

Reqd: Joaquim Antonio de Souza

Adv. — Jair Albano Loureiro

Desp. — Em provas.

Processo nº 169 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Req: Banco Brasileiro de Desconto S.A. — Bradesco.

Adv. — Mendonça Diniz

Reqd: Norberto José da Silva Bastos e Paulo Virgílio da

Gama

Desp. — Cite-se

Processo nº 277 — AÇÃO DE DESPEJO

Req: Sidney Jacob da Costa Gadelha

Adv. — Oswaldo Francisco da Silva

Reqd: Antonio de Araujo Leal

Adv. — Osvaldo Francisco da Silva

Desp. — Vistos, etc. Declaro por sentença a extinção do presente processo em que são parte Sidney Jacob da Costa Gadelha e Antonio de Araujo Leal, determinando o seu arquivamento. Autorizo o desentranhamento do recibo e mais documentos, com as cautelas legais. Custas de lei. Int.

Processo nº 170 — AÇÃO DE DESPEJO

Req: Joaci dos Santos Garcês

Adv. — Djalma Chaves

Reqd: Benedito da Costa Lima

Desp. — Cite-se

Processo nº 705 — AÇÃO SUMARÍSSIMA

Req: Luizinho Bartholomeu de Macedo

Adv. — Paulo de Tarso Dias Klautau

Reqd: José Manoel Paisano

Desp.: — A. Conta.

6ª VARA

Processo nº 488 — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

Req: Paulo Roberto Moraes

Adv. — Egidio Salles

Reqd: Esteves Mello Ltda.

Adv. — Ophir Filgueira Cavalcante

Desp. — Em provas

7ª VARA

Processo nº 167 — AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Req: José de Ribamar Maciel Filho

Adv. — Alberto Campos

Reqd: Antonio Soares dos Santos

Desp. — Cite-se o interessado, para vir ou mandar receber em cartório, no dia 29 do corrente, às 11,00 horas, o pagamento do aluguel do imóvel mencionado na inicial, sob as penas da lei.

Processo nº 515 — AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO

Req: Posto Nossa Senhora das Graças Ltda.

Adv. — Ernesto Pinho Filho

Reqd: Juracy Magno e Silva Pinto Bastos

Adv. — Carlos Ferro

Desp. — Junte-se aos autos uma petição por mim despachada

9ª VARA

Processo nº 91 — AÇÃO DE DESQUITE AMIGÁVEL

Req: Lasmie Cavalcanti Ribeiro

Adv. — Ubirajara Ferreira e Silva

Reqd: Sonia Maria Alvim Ribeiro

Desp. — Homologo o acordo de fls. para que produza seus jurídicos efeitos. Assim decreto o desquite do casal Lasmie Cavalcanti Ribeiro e Sonia Maria Alvim Ribeiro, determinando a expedição do competente mandado averbatório. I.

Processo nº — AÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

Req: Gecy Vegas Santos

Adv. — Aluisio Meira

Reqd: Maria Manuela da Silva Moreira de Sousa Rosado Cabral

Adv. — Sergio Alberto Frazão do Couto

Desp. — Designo o dia 25 do corrente, às 10 horas, para a perícia, observadas as formalidades legais.

ANA LOBATO

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO DO CÍVEL

RESENHA DO DIA 15.04.77

SEXTA VARA

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará (COHAB) — (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Deusalino Amorim

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Belém, 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (adv. Wady Rossy)

Requeridos: Celinor Lima da Fonseca e Maria José Andrade da Fonseca

Despacho: Contados e preparados entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Belém, 13.4.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requeridos: Raimundo Soares Palheta

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Belém, 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Antonio dos Santos

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Belém, 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requeridos: Fábio Campos Filho e Alayde Pita Campos

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Belém 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Filomina Filgueira Vianna

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (adv. Wady Rossy)

Requeridos: Erothildes Lopes de Matos

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Francisco de Assis Moraes

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

THEREZINHA GUEIROS

Escrivã Vitalícia

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Waldir Gomes de Paiva

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (A) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Leandro da Silva Bentes

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Martins, resp. pela 6ª Vara

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerida: Ana Maria Ferreira da Silva

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (adv. Wady Rossy)

Requerido: Nildomiro Alves de Carvalho
Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Alzira Moreira Trindade

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Alexandre Jorge Anaice

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Jaime Mendes dos Santos

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: José Raimundo Coelho Miranda

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: José Bandeira Cavalcante da Silva

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara

NOTIFICAÇÃO

Requerente: Cia. de Habitação do Estado do Pará — COHAB (Adv. Wady Rossy)

Requerido: Argemira Mendew Paulo Pereira

Despacho: Contados e preparados, entreguem-se os presentes autos independente de traslado. Em 13.04.77. (a) Pedro Paulo Martins, resp. pela 6ª Vara.

SÉTIMA VARA

EXECUÇÃO

Requerente Edvaldo Aquino Sacramento Lobato (Adv. Carlos Chady e Reis Ferreira).

Requerido: Antonio Fernando Machado Cunha

Despacho: Indefiro o pedido de fls. 37 de vez que o mesmo deve ser feito em ação própria. Belém, 14.04.77. (a) Italzira Bitencourt Rodrigues

DESPESAS

Autora: Maura Dercy de Oliveira Araújo (Adv. Haroldo Fernandes)

Réu: Teodomiro Freitas Moraes

Despacho: Cite-se. Em, 12.04.77. (a) Italzira B. Rodrigues

BUSCA E APREENSÃO

Autora: Ford Administração e Consórcios Ltda. (Adv. Vanilson Hesketh).

Réu: Celson Gomes Soares

Despacho: Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem descrito na inicial, sendo o mesmo, a seguir, depositado em poder do suplicante. Cite-se na forma da lei. Belém, 14.04.77. (a) Italzira B. Rodrigues.

COBRANÇA DE ALIMENTOS

Requerente: Mary Conceição Pontes de Castro (Adv. Arnaldo Moraes Filho)

Requerido: Joaquim Alberto Imbiriba de Castro

Despacho: Não tendo o acionado efetuado o pagamento das pensões alimentícias atrasadas e nem justificado a impossibilidade de fazê-lo, decreto a prisão civil do réu devedor por noventa dias, a ser cumprida no Presídio São José, nesta capital. Expeça-se o mandado. Em 13.04.77. (a) Italzira B. Rodrigues.

NONA VARA

Desquite Amigável

Requerentes: Josias Freitas e Simone Maria de Moraes Rego Freitas

Despacho: Tendo ouvido os cônjuges em conjunto e separadamente convenci-me da irredutibilidade de suas decisões. Assim, determino seja lavrado o termo do acordo, indo a conta e ao MP. Belém, 13.4.77 (a) Maria Lucia Caminha Gomes dos Santos.

Execução - Décima Vara

Autora: Cia. Real de Investimento (Adv. Egydio Sales).

Requeridos: Fernando Américo Brasil e outros (Adv. Pedro Paulo Campos).

Despacho: Diga a parte contrária. Caso concorde, baixem os autos à conta. Em 15.4.77 (a) Izabel Vidal de Negreiros

Ordinária

Autora: Transbrasil S.A., (Adv. Roberto Ferreira).

Ré: Selma Maria Machado Farias

Despacho: Cite-se na via ordinária. Em 15.4.77 (a) Izabel Vidal de Negreiros.

RESENHA DO CARTÓRIO DO OITAVO OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO

BELEM, 15 DE ABRIL DE 1977

Ação: Execução de Incompetência - 079/77 - 1ª Vara

Requerente: Agro Industrial de Salinópolis

S.A., - Agrisal (Adv. Dr. Raimundo Costa).

Requerido: Isopor - Indústria e Comércio de Plástico S.A. (Adv. Dr. Antonio Mattos).

Despacho: Rejeito a execução por sua manifesta improcedência e falta de amparo legal, adotando como razões de decidir, os argumentos da exeta. Custas do incidente pela exipiente. Publique-se e registre-se.

Ação - Ordinária - 1ª Vara - nº 522/76

Autor - Antonio Salvador Namias (Adv. Dr. Creonor Aragão).

Réu - Cicero Cantuaria (Adv. Dr. Antonio Fernando Rocha)

Despacho - Renovem-se as providências para o dia 17.5.77, às 11 horas, cumpridas as diligências de lei. Int.

Ação - Busca e Apreensão - 2ª Vara - nº 059/77

Autor - Ford Administração e Consórcio Ltda (Adv. Dr. Vanilson Hesketh)

Réu - Reginaldo Pessoa (Adv. Dr.)

Despacho - Contados e preparados.

Ação - Execução - 2ª Vara - nº 438/76

Autor - Nazareno Rodrigues da Silva (Adv. Dr. José M. da Consolação)

Réu - Antonio Tadeu Rodrigues e outros (Adv. Dr.)

Despacho - Sejam avaliados os bens penhorados e descritos no auto de penhora retro pelo avaliador do juízo a quem couber a distribuição.

Ação - Embargos à execução - 4ª Vara - nº 132/76

Embargante - Eduardo Pereira Magalhães (Adv. Dr. Pedro Lima)

Embargado - Condomínio do edifício Incenso (Adv. Dr. Arnaldo Moraes)

Despacho - Designo o dia 10 de maio vindouro, às 11 horas para a audiência de instrução e julgamento, cumpridas as diligências de lei. Int.

Ação - Execução - 7ª Vara - nº 487/75

Autor - Banco Itau S.A., (Adv. Dr. Antonio Fernando Rocha)

Réu - Renato Pereira Novaes e Waldir Moreira da Silva (Adv. Dr. Creonor S. Aragão)

Despacho - Digam os interessados

Ação - Busca e apreensão - 7ª Vara - nº 468/75

Autor - Consórcio Nacional RE/5 (Adv. Dra. Avelina Hesketh)

Ré - Janete Souza e Silva (Adv. Dr. Iracelyr Rocha)

Despacho - Oficie-se na forma do pedido de fls. 27

Ação - Execução - 7ª Vara - nº 168/77

Autor - Charone & Filho Ltda. (Adv. Dr. João Alberto Paiva)

Réu - Hamilton Bentes (Adv. Dr.)

Despacho - Comproven-se a remessa da mercadoria quanto a duplicata sem aceite do executado de fls. 9. Cite-se, no rito executivo, apenas quanto a duplicata de fls. 12.

Ação - Despejo - 7ª Vara - nº 167/77
 Autor - Azle dos Santos Vilas Boas (Adva. Dra. Maria Soares Palheta)
 Réu - Antonio Carlos Tavares Pereira (Adv. Dr.)
 Despacho - Comprove o requerente o débito.
 Ação - Execução - 8ª Vara - nº 147/77
 Autor - Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo (Adv. Dr. Laudomício Ferreira)
 Réu - Abelard da Silva Nunes Filho (Adv. Dr. João Roberto Neves)
 Despacho - Fale a parte contrária.

Ação - Desquite litigioso - 8ª Vara - nº 260/75
 Autora - Maria da Graça Silva Gomes (Adv. Dr. Ubirajara F. e Silva)

Réu - Fernando dos Santos Gomes (Adv. Dr.)
 Despacho - Para a continuação da audiência designo o dia 29 do corrente, às 10 horas. Intime-se.
 Ação - Desquite Litigioso - 9ª Vara - nº 324/76

Autora - Marielza Vasconcelos Borges (Adv. Dr. Pedro Theodoro)
 Réu - Wilson Borges de Melo (Adv. Dr. Eloy de Melo Neto)
 Despacho - Nada a sanear. Designo o dia 13 de maio, às 12 horas, para a audiência de instrução e julgamento, cientes as partes.

Ação - Execução - 9ª Vara - nº 252/73

Autor - Banco da Amazônia S. A., (Adv. Dr. Carlos Luzio Affonso)
 Réu - Kawage & Cia. Ltda. (Adv. Dr. Paulo de Tarso Dias Klautau)
 Despacho - Em avaliação.

**CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO
 ESCRIVÃO HEBAL SARMAHNO
 RESENHA DO DIA 15.4.77**

2ª Vara
 Proc. nº - Ordinária. (Agravado de Instrumento)
 Aut - Banco Brasileiro de Descontos
 Adv - Carlos B. Potiguar
 Réu - Paulo Costa Machado de Souza

Adv - Ademar Kato
 Desp - Forme-se o instrumento. Belém, 13.4.77 (a)
 Wilson Jesus M. da Silva

7ª Vara
 Proc. nº - Desquite Lit.

Aut - Edmilson José G. Ledo
 Adv - Laurenio Rocha
 Réu - Vera Cecília da R. Ledo
 Adv - Mario Bermejo
 Desp - No prazo de 3 dias, exiba o alimentante prova do pagamento das pensões alimentícias em débito ou justifique a impossibilidade do cumprimento da prestação, sob as penas da lei. Renovem-se as diligências para o dia 6 de junho, às 11,00 horas. Belém, 13.4.77 (a) Italzira B. Rodrigues.

8ª Vara
 Proc. nº 1388/77 - Execução
 Aut - R. Agra
 Adv - Alacy Viana
 Réu - José Ribeiro da Silva
 Desp - Expeça-se a carta precatória, requerida observadas as formalidades legais. Em 13.4.77 (a) Clemenie Pontes

9ª Vara

Proc. s/n - Ac. do Trabalho
 Aut - Feliciano Pereira dos Santos
 Adv - Vera Couto
 Réu - INPS
 Adv - Carlos Alcantarino
 Desp - A conta. 14.4.77 (a) Maria Lucia C. Gomes
 9ª Vara
 Proc. s/n - Ac. do Trabalho

Réu - INPS
 Aut. Luis Gonzaga Ramos
 Desp - Remetam-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. 12.4.77 (a) Maria Lucia C. Gomes
 9ª Vara
 Proc. nº - Ac. do Trabalho
 Aut - Eloy dos Anjos Castro
 Adv - Vera Couto
 Réu - INPS e Claudio Pinheiro
 Adv - José A. Batista
 Desp - Renovem-se as diligências para o dia 13 de maio, às 10 horas. 12.4.77 (a) Maria Lucia C. Gomes
 9ª Vara - Ac. do Trabalho
 Aut - Manoel Pereira dos Santos
 Adv - Vera Couto
 Réu - INPS
 Adv -
 Desp - Diga o INPS, 12.4.77 (a) Maria Lucia C. Gomes

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO
 Juízo de Direito da Primeira (1ª) Vara de Órfãos da Capital
 Juiz - Dr. Armando Braulio Paul da Silva
 Escrivão - Moacyr Santiago
 Cartório do 1º Ofício de Órfãos

RESENHA DO DIA 15 DE ABRIL DE 1977
 Proc. nº 333 de arrolamento dos bens deixados por falecimento de Antonio Gomes Calandrine; inventariante - Dalila Dias Filho, pela Assistência Judiciária - Advogado Dr. Ofir Cavalcante - Despacho - Expeça-se o alvará. Em 15.4.77 (a) Armando Braulio.
 Proc. nº 107 de Inventário de Orlando Estácio; inventariante - Beatriz Pereira Estacio. Advogados - Drs. Ruy Silva e Vasco de Borborema. Despacho - Acolho o parecer do Dr. Curador Geral. Intime-se por mandado a firma Irmãos Estacio Ltda., para depositar em juízo a quantia de Cr\$ 168.573,20 apurada no balanço de fls. II - Arbitro os honorários do perito em três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00), e finalmente, III - À avaliação. Belém, 15.4.77. (a) Armando Braulio.
 Proc. nº 100 - 3º volume de inventário de Germano Pinheiro Sá, inventariante - Dr. José Alberto Soares Maia - Advogados - Drs. Artemis Leite da Silva, Flavio Maroja, Raimundo Maués. Despacho - Digam os interessados sobre as petições de fls. 801 a 809. Belém, 15 de abril de 1977. (a) Armando Braulio. Belém, Pa, 15 de abril de 1977.

M. SANTIAGO
 Escrivão

Resenha do Cartório "RHOSSARD", 2º Ofício privativo de Órfãos, Interditos e Ausentes, desta Comarca de Belém do Pará. Dr. Armando Braulio Paul da Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, acumulativamente, no cargo de juiz de Direito da 1ª Vara, privativa de Órfãos.

1ª Vara - Tutela de Fatima da Silva Sena - Despacho "R. H. Diga o Ministério Público" Advogado Dr. José Nascimento.

1ª Vara - Arrolamento - Alcindo da Silva Leite - Despacho - "Expeça-se o alvará" Advogado Dr. Edson Couto, Assistente Judiciário.

1ª Vara - Inventário - Elpidio d'Oliveira Santos - Despacho "Digam os interessados" - Advogados Drs. Aluisio Meira, Arnaldo Moraes Filho e Rosomiro Arrais.

1ª Vara - Inventário - João Sabino de Sena e sua mulher Francisca Guedes de Sena - Despacho "digam os interessados". Advogado Dr. Nathanael Farias Leitão e João Diogo de Sales Moreira.

1ª Vara - Arrolamento - Manoel Jorge de Paiva e sua mulher Margarida Damasceno de Paiva - Despacho "Digam os interessados". Advogados Drs. Otavio Augusto de Bastos Meira e Reginaldo Rabelo.

1ª Vara - Inventário - Antonio Francisco da Silva Maia e Antonio Gonçalves Maia - Ofício recebido da Caixa Econômica Federal número 72/77 - Despacho "N.A.". Junte-se". advogados Drs. Celio Melo, Domingos Emmi e Vasco Borborema.

1ª Vara - Inventário - Raimundo Pereira de Oliveira - Requerimento de Regina Margarida Mello de Oliveira - Despacho "N.A. J. Ouvindo-se os interessados" Advogado Dr. Haroldo Fernandes.

1ª Vara - Inventário - Benedito Alves Leite -
Requerimento de Marina Lima Leite - Despacho "N.A.
J. conclusos". Advogado Dr. Sergio A. Frazão do Couto.
Belém, 15 de abril de 1977
ODON GOMES DA SILVA
Escrivão

RESENHA DO DIA 15 DE ABRIL DE 1977
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Dra. Juíza de Direito da 10ª Vara
Ação de Reintegração de Posse
Autora - Clotildes Almeida Santos (Dr. Artemis Leite)
Réu - Gremio Recreativo e Beneficente Sacramenta
(Dr. Cleber Velasco)
Despacho - Remarco para o dia 26 às 9,30 horas do mês
de abril. Intimem-se.
Juiz de Direito da 3ª Vara
Requerimento de Alvará
Requerente - Raimunda Cardoso Nascimento (Setor de
Prática Jurídica)

Despacho - D.A. Expeça-se o alvará.
Primeira Pretoria do Cível e Comércio
Ação de Reintegração de Posse
Autora - Nazaré de Oliveira Fernandes Esteves (Setor
de Prática).
Réu - Luiz Ramos Grim
Despacho - Face à Certidão do Oficial de Justiça
remarco para o dia 27.4.77, às 10,30 horas, devendo ser
oficiado para o comando da Polícia Militar, conforme pede a
A. na petição retro.
Primeira Pretoria do Cível e Comércio
Ação de Reintegração de Posse
Autor - Alexandre Cardoso de Oliveira

Réu - José Aguinaldo de Oliveira
Despacho - Reconsidero o meu despacho supra, pois o
réu é revel e, de acordo com o art. 330, II do Código de
Processo Civil, este Juízo irá proferir sem necessidade da audiência
de instrução e julgamento, observado o que dispõe o art. 330 §§ I, II e
III do mesmo código.

Segunda Pretoria do Cível e Comércio
Ação de Reintegração de Posse
Autor - Leonel Cabral Cavalcante (Dr. Pedro Lima)
Ré - Maria Rocha Tavares
Despacho - Face a resistência oferecida (fls. 36) oficie-se
a autoridade competente, com as cautelas legais.
Segunda Pretoria do Cível e Comércio
Ação de Despejo
Autor - Olímpio Barbosa
Réu - Alaide dos Santos Lima
Despacho - Cite-se.

3º CARTÓRIO DA AJC RESENHA DO DIA 15.4.77

1ª Pretoria
Proc. nº 109/77 - Consignação em Pagamento
Autor - Justino Lopes Neto (Adv. Dr. João Batista
Marques).
Réu - Antonio Inacio Garcia
Despacho - Remarco para o dia 18.5.77, às 11 horas.
2ª Pretoria
Proc. nº 128/77 - Consignação em Pagamento
Autor - Santos Reis de Andrade (Adv. Dr. João Batista
Marques)
Réu - Wandick Rodrigues da Cruz.
Despacho - N.A. como requer, com as cautelas legais.

Observação - As Resenhas acima publicadas foram
protocoladas na I.O.E. às 16,30 horas do dia 18.4.77)
(Ext. Reg. nº 2175)

EDITAIS JUDICIAIS

Protesto de Letras

Faço saber por este edital a Geraldo
Barbosa de Souza (Emitente), Nelson Barbosa
de Souza, Teodorico de Melo Martins, Francisco
Lima Silva (Avalistas), Dirceu Pereira, Cassio
de Souza Lopes, Benedito Urbano Sarmanho,
Rui Guilherme Gama Seabra, Juracy Silva
Ribeiro, Clícia Fátima G. Fonseca, Supermerc.
Nordestão Ltda., Odilselino Lourinho Janahu
Pará Empreendimentos Ltda., Júlio de Jesus
Luzio Affonso, Agostinho Pinto Barros, L. Lopes
de Souza e Cia. Ltda., Zuleide Cardoso da Silva
Rodrigues, estabelecidas nesta cidade que fo-
ram apresentadas em meu cartório a Rua 28 de
Setembro 276 da parte do Banco do Estado do
Pará S/A, Francred S/A., Marcosa S/A., Banco do
Brasil S/A, para apontamentos e protestos por
falta de pagamento Três (3) notas promissórias,
Vinte e Cinco (25) duplicatas de Contas Mer-
cantis nº 261-2-3, 2507-4, 2612-4, 2507-5, 2507-2, 2274-3,
2872847-76, 2612-2-2, 2507-3, 0011-77, 1124-021,
1144-021, 1323-20, 4571-5, 1936-17, 26889, 0163F- 76
- e, 126-77, 76-50885-c, 3-4, 77-0215-b, 25-a, 27961,
7394-4-12, nos valores de Cr\$ 1.000,00/Cr\$ 30.000,00
/Cr\$ 10.466,75 saldo/Cr\$ 1.373,00/Cr\$ 363,00/Cr\$
1.373,00/Cr\$ 363,00/Cr\$ 1.373,00/Cr\$ 363,00/ Cr\$
609,40/Cr\$ 818,00/Cr\$ 1.373,00/Cr\$ 363,00/Cr\$....
654,00/Cr\$ 600,00/Cr\$ 550,00/Cr\$ 650,00/Cr\$.....
888,20/Cr\$ 592,00/Cr\$ 1.275,20/Cr\$ 1.275,00/Cr\$...
825,00/Cr\$ 21.600,00/Cr\$ 11.020,00/Cr\$ 1.909,33/
Cr\$ 4.337,55/Cr\$ 7.629,30/Cr\$ 1.064,00/ vencimen-
tos Vários por V. Sa. Emitidas, Avalizadas e não
pagas a favor de Banco do Estado do Pará S/A.,
Teodorico de Melo Martins, Francred S/A., Cred.
Financ. Invest., Marcosa S/A. Máquinas e Equi-
pamentos, Sharp S/A., Equipamentos Eletrôni-
cos, Rozzo S/A., Ind. da Alimentação, Jonas L.

Queiroz, A. M. Leite Giroux, Importadora de
Ferragens S/A, Tágide Repr. S/A, Curtume
Rionorte Ltda., Ika Irmãos Knopfholz S/A.,
Ind. Com. Irmãos Morhy Ltda., respectivamente
e os intimo e notifico ou a quem legalmente os
representem para pagarem ou dar a razão por
que não pagam as ditas notas promissórias e as
duplicatas de contas mercantis ficando V. Sa.
ciente desde já de que os protestos respectivos
serão lavrados e assinados dentro do prazo
legal.

Belém, 15 de abril de 1977.

(a) Isa Veiga de M. Corrêa
Oficial do Protesto de Letras - 1º Ofício

(Ext. Reg. Nº 2147 - Dia: 20/04/77)

Repartição Criminal

EDITAL

A Doutora Nanette Guimarães Vieira - 4ª
Pretora Criminal, faz saber aos que este lerem ou
dele tomarem conhecimento que pelo doutor
Otávio Proença de Moraes, 7º Promotor Público
da Capital, foi denunciado (a) José Ribamar
Souza Beckman e Natalina Paiva do Nascimento,
brasileiros, solteiros, ele residente à Travessa
Vileta, nº 155 e a Travessa 2ª de Queluz nº 689,
bairro da Terra Firme.

Como incursos nas penas do artigo 12 § 5º,
inciso II do Código Penal Brasileiro. E como não
foram encontrados para serem citados
pessoalmente, expede-se o presente Edital, para
que os denunciados sob pena de revelia,
compareça a este Juízo no dia 25 do mês de abril,

às 11.00 horas, a fim de serem interrogados pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 11 de abril de 1977

Eu, José Maria de Lima Escrivão, o subscrevi.

NANETTE GUIMARÃES VIEIRA
4ª Pretora Criminal

(G. Reg. 924)

Protesto de Letras

Acham-se neste Cartório, à Rua Senador Manoel Barata nº 217, nesta cidade, para serem protestados, de acordo com as leis vigentes, os títulos abaixo relacionados:

Edilson P. Araujo Cia - DP- Cr\$ 6.783,93 - J. M. Conduru Agrop. Ltda. DP- Cr\$ 22.000,00 - José Maria Pinheiro Conduru - DP - Cr\$ 22.000,00 - Darzino Oliver Almeida - DP - Cr\$ 1.090,49 - Oscar Melo Kuri - DP - Cr\$ 4.680,00 - José Ribeiro da Silva - DP - Cr\$ 10.000,00 - João dos Santos Ferreira - DP - Cr\$ 120.000,00 - E. LG. Eletricidade Geral Ltda. - DP - Cr\$ 4.127,00 - José Luiz Acioli Ramos Dps. (2) Cr\$ 1.066,00 C/uma - Maria José Barros - DP - Cr\$ 378,00 - José Pinto de Aguiar - DP - Cr\$ 548,00 - Reginaldo Dias Lima - dps. (2) Cr\$ 302,00 C/uma. - Cláudio Trindade de Souza - NP - Cr\$ 10.540,00 - Saldo. - Raimundo Targino de Oliveira - DP - Cr\$ 1.741,66 - Odemar Campos Dourado - DP - Cr\$ 315,00 - pelo que ficam ditos devedores, intimados e notificados para dentro no prazo de 72 horas, virem ou darem as razões do não pagamento dos referidos títulos, sob pena de serem lavrados os respectivos protestos.

Belém-Pa, 18 de abril de 1977

CARTÓRIO DE PROTESTO DE LETRAS MOURA PALHA - II OFÍCIO

Nazaré L. P. de Moura Palha

Oficial

(T. nº 00715 - Reg. nº 2159 - Dia 20.04.77)

Tribunal de Justiça do Estado

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA

2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmº Sr. Desembargador Presidente das Câmaras, foi designado o dia 28 de abril para julgamento dos seguintes feitos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CAPITAL

Agvte: Fernando Américo Medeiros Brasil

(Dr. Jayme Bentes)

Agvado: Banco Real Sociedade Anônima

(Dr. Egidio Salles)

Relator: Desembargador Antonio Koury,

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CAPITAL

Agvte: Fernando Américo Medeiros Brasil

(Dr. Jayme Bentes)

Agvdo: Banco Real S.A., (Drs. Egidio

Salles e Fernando Gonçalves)

Relator: Desembargador Antonio Koury por dependência

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. Belém, 14 de abril de 1977.

GENGIS FREIRE

Subsecretário do TJE

TRIBUNAL ELEITORAL

Presidente: EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA

CARTÓRIO ELEITORAL DA 1ª ZONA

EDITAL Nº 26 - 2ª VIA

De ordem da Meritíssima Senhora Doutora Juíza Eleitoral da Primeira Zona, faço público a quem interessar possa que requereram 2ª Via de seus títulos os seguintes eleitores: Raimunda Odete do Rosário, Carlos dos Reis Valadares, Mauricio Bastos da Silva, Carlos Henrique Vieira Bacelar, Nedi Fernando da Silva, Moacir Rodrigues Dias, João Malcher Dias Filho, Paulo Ferreira, Aurélio da Silva Oliveira, Claudio Justino Silva de Souza, Celia Maria de Oliveira Nunes, Adelino José Ferreira Pinto, Osvaldo Viana Martins, Ronaldo Araújo, Raimundo Lins de Oliveira, Lucimar Araújo de Andrade, Celia Maria Carvalho Cruz, Raimundo Ival Freire da Silva, Jaime Pará Viana, Carlos Cabral de Souza, Odemir Barriga da Silva, Sandoval Alves Chagas, Delma Ney da Silva Nery, Pedro dos Santos Souza, Edilson do Amaral Vieira, Adelia Trindade Pinheiro, Felix Manuel Teixeira de Oliveira, Ivone Sofia Abdon Ferreira, Deodato Margalho, Alcides Sarmiento do Nascimento, Maria de Nazaré Miranda Ferreira, dado e passado no Cartório Eleitoral da Primeira Zona, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Olyntho Toscano de Vasconcelos
Escrivão Eleitoral da 1ª Zona

EDITAL Nº 27 - TRANSFERÊNCIA

De ordem da Meritíssima Senhora Doutora Juíza

Eleitoral da Primeira Zona, faço público a quem interessar possa que requereram transferência de Zona, os seguintes eleitores: José Aloysio Cavalcante Campos, Patricio Ribeiro dos Santos, Maria das Graças Modesto Coelho, Rodrigo Coelho Costa, Geraldo Rosa Farias, Maria Monteiro dos Santos, Francisco Jorge da Silva, José Maria Valente, Akiudel José Fernandes Moutinho, Veronica Pinheiro Goes, Gilberto Felipe Teixeira de Castro, Ivone de Albuquerque Nunes. Dado e passado no Cartório Eleitoral da Primeira Zona, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Olyntho Toscano de Vasconcelos
Escrivão Eleitoral da 1ª Zona

CARTÕES DE VISITA

**Confeccionamos
vários modelos**

**Serviços Gráficos da
IMPrensa Oficial**